

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

55

Neste número:

Formas de Governo
Latin American Studies
Relações Cívico-Militares
Ciências Sociais e Alcoolismo
Sociologia e Empresa


EDUSC

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Editor

Maria Alice Rezende de Carvalho

Comissão Editorial

João Trajano de Lima Sento Sé (UERJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ);
Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ); Ricardo Benzaquen (IUPERJ);

Conselho Editorial

Carmen Rial, UFSC; Ethel Kosminsky, UNESP; Guita Grin Debert, UNICAMP;
Helena Bomeny, UERJ; Lívio Sansone UFBA; Magda Maria Neves, PUC-MG;
Marcos Chor Maio, FIOCRUZ; Rubem Barbosa Filho, UFJF; Walquíria Leão Rego, UNICAMP;
Washington Bonfim, UFPI.

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli
Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Novais
Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans
Editoração eletrônica: Carlos Fendel/Hilel Hugo Mazzoni

Produção gráfica

EDUSC

Appropriate articles are abstracted/indexed in:

Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996) -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

ISBN 1516-8085

1. Ciências humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciências Política 5. Antropologia I.
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar • Universidade de São Paulo – USP

05508-900 São Paulo – SP

Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043 / e-mail: anpocs@anpocs.org.br

Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



EDUSC

Editora da Universidade do Sagrado Coração
Rua Irmã Armanda, 10-50
17011-160 – Jardim Brasil – Bauru-SP
Tel. (14) 235 7111 – Fax (14) 235 7219
e-mail: edusc@usc.br

Sumário

| | |
|--|-----|
| Nota do Editor | 5 |
| Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório <i>Fernando Limongi</i> | 7 |
| A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: Uma Breve História <i>cum</i> Estudo Bibliográfico <i>João Feres Jr.</i> | 41 |
| A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): Uma Síntese <i>Jorge Zaverucha</i> <i>Helder B. Teixeira</i> | 59 |
| O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais <i>Delma Pessanha Neves</i> | 73 |
| A Sociologia Brasileira e a Empresa <i>Ana Maria Kirschner</i> | 99 |
| Teses e Dissertações | 123 |
| Trabalhos Publicados: 1975-2003 | 139 |

Colaboraram neste número:

Fernando Limongi, doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago, é professor livre docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo – USP – e presidente do Cebrap. É autor de *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional* (Rio de Janeiro, Editora FGV/Fapesp, 1999) em co-autoria com Argelina Figueiredo e de *Democracy and Development* (Nova York, Cambridge University Press, 2000) em co-autoria com Adam Przeworski, José Antonio Cheibub e Michael Alavrez.

João Feres Jr., PhD em ciência política pela City University of New York (CUNY), é professor associado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Tem como áreas de interesse: política comparada, teoria política, história do pensamento político. Como linha de pesquisa: estudo comparado das políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos e Brasil.

Jorge Zaverucha, doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago, é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador sênior do CNPq. É autor de *Polícia Civil de Pernambuco: O Desafio da Reforma* (Recife, Editora da UFPE, 2003), entre outros.

Helder B. Teixeira, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é professor da Universidade Tiradentes (Sergipe).

Delma Pessanha Neves é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista do CNPq/Departamento de Antropologia da UFF, no Projeto de Pesquisa O Alcoolismo e a Exclusão Social, que teve início em março de 1999.

Ana Maria Kirschner, doutora em sociologia pela Universidade de Paris III, é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Organizou, em co-autoria com E. Gomes, *Empresários Brasileiros dos Anos 90: Sucessão e Mudança de Mentalidade?*, e publicou *Empresa, Empresários e Sociedade* (Rio de Janeiro, Sete Letras/FUJB, 1999).

Nota do Editor

Maria Alice Rezende de Carvalho
João Trajano Sento-Sé
José Ricardo Ramalho
Luiz Fernando Dias Duarte
Ricardo Benzaquen de Araújo

Há 29 anos o *BIB* cumpre com êxito as funções de orientação e informação bibliográfica de alto nível para a comunidade de cientistas sociais.

Foi criado em 1974, por iniciativa dos profs. Lucia Lippi de Oliveira e Charles Pessanha, no âmbito do Grupo de Documentação em Ciências Sociais – GDCS –, sediado na Biblioteca Nacional, com apoio financeiro da Fundação Ford. Naquela ocasião, o GDCS atribuiu a organização do *BIB* ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ –, o qual passou a publicá-lo como suplemento da revista *Dados*.

Em 1979, o *BIB* foi transferido para a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais – Anpocs, que assumiu sua direção acadêmica e nacionalizou seu alcance.

Charles Pessanha tem sido editor do *BIB* desde 1981, mas esteve presente, de algum modo, na elaboração de todos os 54 números precedentes. Por isso, a trajetória de institucionalização das ciências sociais no Brasil deve a ele uma menção.

A nova editoria do *BIB* registra e agradece a dedicação de Charles Pessanha na coordenação de esforços coletivos em prol da consolidação desse nosso engenho. Reitera, além disso, o convite para uma participação ampliada de todos no caminho que se inicia.

Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório*

Fernando Limongi

Introdução

Nos últimos anos, à medida que os estudos sobre transições de regimes perdiam fôlego, a política comparada sofreu o impacto da “revolução” neo-institucionalista. Com o advento dessa perspectiva, o debate acadêmico sobre a democracia em países periféricos passou a girar em torno de dois aspectos, a saber, a distinção quanto à forma de governo (debate presidencialismo *versus* parlamentarismo), de um lado, e, de outro, quanto aos efeitos das leis eleitorais sobre o comportamento dos políticos e eleitores (voto pessoal *versus* voto partidário). Em boa medida, o neo-institucionalismo aplicado à política comparada resumiu-se à ênfase nos efeitos postos em marcha por essas variáveis.

Esta passagem, retirada da introdução do livro *Structure and policy in Japan and the United States*, escrita pelos editores da coletânea, Cowhey e McCubbins (1995, pp. 2-

3), pode ser lida como um manifesto, em que o neo-institucionalismo aplicado à política comparada define seus principais eixos temáticos e pressupostos:

We seek a new synthesis between the theoretical impetus of a whole tradition of political thought – the rational choice, or new institutionalism school – with the driving questions of comparative politics. [...] The essayist here explore the consequences of two important differences between American and Japanese political institutions. The first is the choice of parliamentary as opposed to presidential government. On the one hand, the dependence of the parliamentary executive on legislative confidence may weaken it relative to a president with constitutionally guaranteed powers. On the other hand, this very interdependence gives parliamentary parties the incentive to hold together more tightly than might parties in legislatures that do not fear the fall of the

* Este texto passou por inúmeras versões. Sua origem é um texto apresentado na Anpocs, em 1999, assinado também por Argelina Figueiredo, Paula Sterzi, Simone Diniz e Ana Luzia Valente. Com a autorização dos demais autores, reescrevi várias vezes o texto até então. Partes dele foram aproveitadas em trabalho conjunto com José Antonio Cheibub, publicado em 2001 na *Annual Review of Political Science*. Sua última versão encontra-se em um capítulo da minha tese de livre-docência. Agradeço aos integrantes da banca, composta por Maria Hermínia Tavares, Brasília Sallum Jr., Gláucio Ary Dillon Soares, Wanderley Guilherme dos Santos e Sebastião Velasco Cruz, cujos comentários, na medida das minhas capacidades, foram integradas ao texto. O leitor atento notará que boa parte dos argumentos apenas repete o que já escrevi com Argelina Figueiredo em textos que discutem o caso brasileiro. Em suma, este texto é mais coletivo do que individual.

government if they experience defections from the party lines on an important vote. This is specially true given the possibility of divided government in presidential systems. The second important explanatory variable in these essays is the structure of the electoral systems. If we accept that the (at least instrumental) goal of legislators everywhere is to be reelected, then the rules by which elections take place are important determinants of their incentive structures. [...] Ultimately, we are interested in political institutions not for their own sake, but for the ways in which they shape the policy outputs of the governments.

A fusão ou a separação dos poderes passou a ser invocada como uma espécie de “primeiro princípio” a partir do qual seria possível deduzir o funcionamento de todo o sistema político: a probabilidade de crises, a disciplina partidária etc. Isso porque, de acordo com esse argumento, a definição constitucional dos poderes Executivo e Legislativo afetaria os incentivos e as estratégias dos políticos. O parlamentarismo seria superior ao presidencialismo por conter mecanismos que incentivariam a cooperação entre os atores políticos, incentivos que estariam ausentes, quando não operando em sentido contrário, no presidencialismo.

Análises centradas no efeito da variação das leis eleitorais tomam formato similar, isto é, o funcionamento do sistema político é deduzido a partir do controle exercido pelos líderes partidários sobre as chances eleitorais dos políticos. A variação desse quesito institucional é a base para a construção de uma tipologia abrangente e exaustiva dos sistemas políticos, os quais são classificados de acordo com os incentivos presentes na arena eleitoral para que políticos se elejam e se reelejam com base no voto pessoal ou no voto partidário.

O objetivo deste artigo é o de oferecer uma revisão crítica desses argumentos. Enfatizo os mecanismos invocados para explicar a variação da *performance* de regimes democráticos. Procurarei sublinhar as inconsistências de alguns dos argumentos correntes. Do ponto de vista propriamente positivo, pretendo, na última seção do trabalho, apontar para a importância de uma variável que não vem recebendo a atenção devida na literatura, qual seja, a do grau de centralização/descentralização do processo decisório. Argumento que essa variável afeta diretamente os cálculos dos atores políticos relevantes, modificando a *performance* do governo.

Neste artigo, institucionalismo é entendido, seguindo as proposições de Diermeier e Krehbiel (2002), como um método de análise no qual explicações para resultados dos processos políticos são buscadas na variação das instituições formais. Isso porque as instituições definem a estrutura de recompensas e punições para diferentes estratégias, pautando assim o comportamento dos atores políticos. Logo, para que esse tipo de análise faça sentido, para que efetivamente tenha poder explicativo, as premissas comportamentais devem ser mantidas constantes.¹ Por vezes, como mostrarei, os argumentos correntes não seguem à risca esse preceito básico. As conseqüências da variação institucional dependem da variação concomitante das premissas comportamentais.

Além desta primeira parte introdutória e da conclusão, o texto é composto de quatro seções. A primeira discute a possibilidade da ocorrência de “paralisia decisória” (Santos, 1986) em governos parlamentaristas e presidencialistas. A segunda é dedicada à relação entre as formas de governo e a disciplina partidária. A terceira discute a relação entre as leis eleitorais e a disciplina partidária. A quarta trata da variação no grau de

centralização do processo decisório em regimes presidencialistas e parlamentaristas.

Paralisia Decisória e Forma de Governo

Governos parlamentaristas seriam imunes à “paralisia decisória”. Afinal de contas, a própria existência do governo dependeria da superação dessa possibilidade. A “formação do governo” depende da existência prévia de uma maioria legislativa, o que, conseqüentemente, garantiria a capacidade do governo para governar. Em não havendo uma maioria legislativa disposta a apoiar o governo, eleições são convocadas para solucionar o impasse. Governos parlamentaristas fundam-se no atendimento prévio do imperativo majoritário (cf. Cheibub e Limongi, 2002, para uma discussão mais aprofundada deste ponto).

No entanto, a fusão dos poderes Executivo e Legislativo ocorre somente se um governo é formado, e não há garantias, como observam Laver e Schonfield (1990), de que os governos serão formados. Há fortes incentivos nesse sentido, mas não é necessário que isso ocorra. O recurso às urnas, por si só, não garante a existência de uma maioria legislativa. Contados os votos, tem início uma segunda fase do processo, a de formação do governo.

No limite, sob parlamentarismo, a garantia da existência de um governo só existe quando um partido controla a maioria das cadeiras. No entanto, maiorias unipartidárias não são freqüentes e tendem a ocorrer apenas em países regidos por sistemas eleitorais majoritários. De acordo com os dados coligidos por Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (2000), entre 1950 e 1990 um partido recebeu mais de 50% dos votos nas eleições em 44,6% dos anos observados sob governos parlamentaristas. Os dados organi-

zados por Kaare Strom (1990, p. 61) registram que apenas 13,9% dos governos formados no pós-guerra em países membros da OECD foram sustentados por maiorias unipartidárias.

A falta de um partido majoritário é, por certo, uma dificuldade contornada com certa facilidade por meio da formação de governos sustentados por coalizões partidárias. Os dados coligidos por Strom (1990, p. 61) mostram que governos parlamentaristas sustentados por coalizões majoritárias representam 49,9% dos 345 governos formados incluídos em sua análise.

No entanto, a noção usual, segundo a qual governos parlamentaristas contam necessariamente com o suporte de uma maioria – seja ela unipartidária, seja fruto de uma coalizão –, foi questionada por Kaare Strom (1990, p. 61). Em seu estudo seminal, Strom mostrou que governos minoritários representam nada mais e nada menos do que 36,2% dos governos parlamentaristas formados no pós-guerra.² Governos minoritários, ao menos em tese, seriam fortes candidatos para sofrer de “paralisia decisória”. Isto é, um governo minoritário deveria ser sinônimo de crise política, de imobilismo. Strom argumenta que, sob determinadas condições, é racional formar governos minoritários. Pesam nessa decisão a possibilidade de influenciar políticas públicas sem fazer parte do governo e as expectativas eleitorais (recompensa ou punição das urnas) por fazer parte do governo. Usando uma série de indicadores, o autor mostra que a *performance* dos governos minoritários não difere radicalmente da observada em governos majoritários.³

O fato é que, em alguns países escandinavos, governos minoritários são a regra e não a exceção.⁴ A freqüência com que governos parlamentaristas minoritários ocorrem questiona a suposição de que essa forma de

governo é sustentada por um imperativo majoritário. Os incentivos à cooperação entre parlamentares, os quais caracterizariam o parlamentarismo, não são tão fortes quanto normalmente se supõe.

Quanto às coalizões que sustentam o governo, é preciso distinguir entre a coalizão governamental e a legislativa. A primeira é constituída pelos partidos que recebem pastas ministeriais e apóiam formalmente o governo. A segunda assegura-lhe votos para aprovar as matérias de seu interesse. Governos minoritários existem quando estas coalizões não são idênticas. Vale notar, para referência futura, que existem membros do Legislativo dispostos a apoiar o Executivo sem receber pastas ministeriais, isto é, cujo comportamento não é guiado exclusivamente pelos ganhos de cargos.

Quanto à paralisia decisória sob parlamentarismo, deve-se considerar que a distribuição de cadeiras pode levar a uma situação em que não exista qualquer governo, majoritário ou minoritário, viável. De fato, na Grécia, em 1989, foram necessárias três eleições consecutivas para “desempatar” os resultados das urnas e um governo pudesse ser formado. A Dinamarca, nos anos de 1990, confrontou-se com uma situação peculiar: governos minoritários tiveram suas propostas legislativas sucessivamente derrotadas. Isso porque os dois maiores partidos se mostraram incapazes de formar governos viáveis. Em decorrência dessa situação, a tarefa de constituir o governo foi confiada a pequenos partidos de centro, cujas propostas não foram apoiadas quer pela esquerda, quer pela direita (Damgaard, 1994; Elklit, 1999).

A distribuição de cadeiras pelos partidos pode levar à formação de governos cujo escopo de ação é necessariamente diminuto. Coalizões são formadas em torno de pontos programáticos comuns, que definem a agenda do governo. De acordo com Tsebellis

(1995), podemos dizer que a possibilidade de que governos de coalizão redundem em “paralisia decisória” varia positivamente com o número de partidos que integram a coalizão e com a distância ideológica entre eles. É possível, portanto, que um governo se forme, mas que o espaço existente para iniciativas capazes de reunir apoio da maioria para alterar o *status quo* venha a ser mínimo, quando inexistente.

Feitas essas considerações, deve-se concluir que a “paralisia decisória” não é um mal do qual o parlamentarismo esteja necessariamente imune. Além disso, a ocorrência de governos minoritários bem-sucedidos mostra possibilidades não consideradas pelos críticos do presidencialismo. Governos podem ter êxito sem o apoio formal da maioria legislativa. Por certo, essas ressalvas não são suficientes para afastar o cerne da identificação entre presidencialismo e a probabilidade de “paralisia decisória”, uma vez que essa forma de governo repousa sobre o princípio da separação de poderes e o acordo de ambos, do poder Executivo e do Legislativo, é condição necessária para a aprovação de leis. Como o eleitor dispõe de dois votos e esses votos são transformados em cadeiras segundo regras distintas, segue que não há qualquer garantia de que o Executivo e o Legislativo tenham vontades convergentes.

Esta garantia pode ser dada quando o partido do presidente controla a maioria das cadeiras no Legislativo.⁵ Em 56,2% dos anos observados sob presidencialismo, entre 1950 e 1990, um partido controlava mais de 50% das cadeiras (Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi, 2000), uma proporção mais alta do que a verificada sob parlamentarismo. Os dados, no entanto, não distinguem o partido do presidente e há, assim, a possibilidade de que esses venham a ser, em verdade, “governos divididos”.

No entanto, o fato de o partido do presidente não controlar a maioria no Legislativo não significa que ele estará condenado a ter suas pretensões bloqueadas pelo Congresso. Por que presidentes não poderiam recorrer à formação de coalizões? Por que presidentes minoritários não podem ser bem-sucedidos? Essas alternativas, como vimos, são corriqueiras no parlamentarismo e não podem ser, simplesmente, tomadas como inviáveis sob o presidencialismo. Tão logo essas alternativas são consideradas, muitas das críticas usuais ao presidencialismo e sua tendência a gerar conflitos intransponíveis entre o presidente e o congresso caem por terra.⁶

Com raras exceções, seguindo as posições de Linz (1994) e a ênfase que esse autor dá ao caráter de soma zero da competição política sob o presidencialismo, a literatura especializada tem desconsiderado a possibilidade de que presidentes sejam apoiados por coalizões partidárias. De acordo com Linz, presidentes, porque possuem mandato popular próprio, não procurarão obter a cooperação do Legislativo, preferindo apelar diretamente ao povo para obter a aprovação de sua agenda. De outra parte, os líderes partidários derrotados na eleição presidencial negarão apoio ao presidente. Com olhos voltados exclusivamente para a próxima eleição e suas chances de chegar ao cobiçado cargo, prefeririam contribuir para o fracasso do governo.

Os argumentos de Linz foram sistematizados por Mark P. Jones (1995, p. 6) que os apresenta da seguinte forma:

Presidents have their own independent popular mandate and are likely to be reluctant to cede the degree of power necessary to an opposition party in order to entice it into a legislative coalition. This is due to their independence as nationally elected officials,

which often causes presidents to overestimate their power. The principal opposition parties (or party) recognize that the executive is, on the whole, the one responsible for the performance of the government. Thus they are often loathe to do anything to help the president succeed. Instead, they often adopt a policy of blind opposition with the end goal of causing the government to fail with the hope that one of their party leaders will be able to win the next presidential election.

Esses argumentos não resistem à leitura atenta. Quanto à estratégia a ser perseguida pelo presidente, ela se estriba na suposição de que o presidente superestima as suas próprias forças. Mais do que isso, supõe que todos os presidentes cometam um equívoco: inebriados pelos votos obtidos, acreditam que podem governar sem obter o apoio da maioria no Congresso. Parece ser mais razoável supor que os presidentes saibam que a aprovação de matérias pelo poder Legislativo depende do apoio da maioria dos parlamentares e que, dessa maneira, recorram ao apoio popular direto em condições excepcionais.

Quanto ao comportamento dos partidos que não controlam a presidência, cabe notar, antes de mais nada, que as decisões estratégicas enfrentadas no parlamentarismo não são muito diferentes. Participar do governo pode trazer ganhos e/ou perdas eleitorais, e os partidos devem pesar ganhos e perdas para decidir se participam ou não do governo. Toda e qualquer coalizão envolve a cooperação presente entre partidos que no passado disputaram e no futuro disputarão os votos dos eleitores. Não há razões para supor que no presidencialismo, sempre e para todos os partidos, as perdas excedam os ganhos. Além do mais, retornando ao argumento de Jones, em um contexto multipartidário, os partidos devem considerar as conseqüências do fracasso do governo em

eleições futuras. Ao fazer oposição cega ao governo, apostando em seu fracasso, um partido pode beneficiar um outro partido mais distante da sua posição no espectro político.⁷

Se todos os partidos adotassem a estratégia da oposição cega prevista por Jones, poderíamos chegar a um resultado absurdo, em que nenhum partido lançasse candidatos à presidência. Bastaria, para tanto, que soubessem do fato de que, sob representação proporcional, a chance de um partido controlar a maioria das cadeiras legislativas é muita baixa. Sabendo disso, todos os potenciais candidatos perceberiam que seu governo estaria fadado ao fracasso por falta de apoio parlamentar.

Deve-se considerar ainda a possibilidade de governos minoritários bem-sucedidos sob presidencialismo. Mesmo quando a estratégia eleitoral recomendar que um partido evite cooperar formalmente com o governo, esse partido pode apoiar as iniciativas específicas do governo. Presidentes minoritários podem ser bem-sucedidos à maneira dos primeiros-ministros minoritários. Basta que exista um grupo de parlamentares que acredite ter ganhos políticos votando com governo, mesmo sem participar formalmente dele.

O fato é que o cargo de presidente não é tudo o que os políticos, reunidos ou não em partidos, podem querer. Os críticos do presidencialismo, mais uma vez seguindo as proposições de Linz, enfatizam o fato de esse sistema se assemelhar a um jogo de soma-zero. Mas isso só é verdade se mantida a premissa de que os políticos seriam guiados exclusivamente pela ambição de ocupar cargos; *office seeking*, para usar o jargão corrente.⁸ A existência de governos minoritários sob parlamentarismo indica que partidos e políticos podem perseguir outros objetivos além da cadeira de primeiro-ministro e/ou postos ministeriais. O mesmo ocorre sob

presidencialismo. A cadeira presidencial não é tudo a que os partidos e os políticos podem aspirar. Participar do governo, controlando pastas ministeriais e/ou influenciando políticas, pode vir a ser do interesse dos partidos sob presidencialismo. Ou seja, as premissas comportamentais não são as mesmas quando raciocinamos sobre regimes presidencialistas e parlamentaristas. Em um caso, o presidencialismo, raciocinamos assumindo a categoria de políticos que são guiados exclusivamente pelo desejo de obter cargos. Em outro contexto, sob parlamentarismo, temos uma visão mais generosa dos políticos, uma vez que seus cálculos incorporam preocupações com as políticas.

O fato é que não se pode derivar da separação de poderes a impossibilidade de presidentes virem a ser apoiados por coalizões partidárias. Trabalhos empíricos mostram que os presidentes são apoiados por coalizões. De acordo com os dados organizados por Deheza (1998), 56,1% dos governos presidencialistas latino-americanos foram apoiados por coalizões partidárias. A Argentina é o único país incluído em sua amostra que não registra a ocorrência de qualquer governo de coalizão.⁹

A suposição de que os presidentes não poderiam ser sustentados por coalizões partidárias levou à defesa de fórmulas eleitorais que aumentem as chances do partido presidencial controlar a maioria das cadeiras do Legislativo. Para tanto, defendeu-se o abandono da representação proporcional e a adoção de fórmulas eleitorais que favoreceriam o bi-partidarismo. Indo além do conhecido contraste entre sistemas majoritários e proporcionais, as propostas recentes têm sugerido o abandono do uso de eleições presidenciais em dois turnos e a realização de “eleições casadas” para o Legislativo e o Executivo.¹⁰ Essas fórmulas são defendidas por favorecerem a redução do número de parti-

dos e, conseqüentemente, as chances de um presidente minoritário. As reformas eleitorais com esse objetivo perdem sua justificativa quando se abandona a convicção de que os presidentes não podem ser apoiados por coalizões.¹¹

Dessa forma, tomando em conta a distribuição das preferências dos detentores de mandato parlamentar e do chefe do Executivo, expressas na distribuição de cadeiras por partidos, a lógica do funcionamento dos sistemas políticos erigidos sobre a separação ou a fusão de poderes não é radicalmente distinta. Quanto a esse aspecto, os defensores do parlamentarismo tenderam a minimizar as dificuldades experimentadas sob essa forma de governo, ao passo em que exageravam as dificuldades existentes no presidencialismo.

Olhando atentamente os argumentos, veremos que, no mais das vezes, as diferenças que se atribui à forma de governo são derivadas, na realidade, da variação das suposições comportamentais. Os críticos do presidencialismo raciocinam com modelos em que, nessa forma de governo, os políticos são “míopes” (só pensam nos resultados eleitorais imediatos) e/ou *office seeking* (tudo que querem é o cargo de presidente), enquanto, sob parlamentarismo, eles agem com base em ganhos de longo prazo e têm preferências por políticas. Nesses termos, tais argumentos violam os princípios expostos por Krehbiel e Diermeier.

Cheibub, Saiegh e Przeworski (2002) mostram que os modelos de formação de governo desenvolvidos para dar conta do fenômeno sob o sistema parlamentarista podem, feitas as adequações necessárias, ser estendidos ao presidencialismo. Os resultados são os mesmos. Ou seja, quando as mesmas premissas comportamentais são aplicadas às duas formas de governo, as diferenças desaparecem.

Forma de Governo e Disciplina Partidária

Os políticos, de acordo com a visão dominante atualmente na ciência política, têm como objetivo fundamental garantir a continuidade de suas carreiras e, para tanto, precisam se reeleger. Dito de outra maneira, a função de utilidade dos políticos é definida pela probabilidade de sua reeleição. Tudo o mais, portanto, depende ou deve ser derivado desse interesse fundamental. Está claro que os políticos maximizam suas funções de utilidade sob restrições institucionais dadas, fundamentalmente, pela forma de governo e pela legislação eleitoral vigente. Ou seja, as instituições definem as estratégias empregadas pelos políticos para obter o que desejam: dar continuidade às suas carreiras.

Nesta seção, discutiremos as restrições postas pela forma de governo. Os efeitos das leis eleitorais serão discutidos na seção seguinte. Em geral, nas análises recentes, a presença da separação ou da fusão dos poderes tem levado a previsões antagônicas quanto à tendência de os políticos cooperarem com vistas à aprovação de leis. De um lado, teríamos o presidencialismo, no qual prevalece o princípio da independência e da rigidez temporal dos mandatos presidencial e parlamentar. De outro, teríamos o parlamentarismo, no qual os mandatos são interdependentes. Como os políticos se preocupam com a continuidade de suas carreiras, seus cálculos seriam radicalmente diversos em um e outro caso.

No presidencialismo, de acordo com o argumento tradicional, os parlamentares não teriam incentivos para considerar o efeito de suas decisões sobre o sucesso do governo, uma vez que o chefe do Executivo não tem como afetar a duração de seus mandatos. Sendo assim, os legisladores podem adotar um comportamento oportunista e irresponsável. Importa ao parlamentar garantir a

sua reeleição, a qual depende dos laços que o unem à clientela eleitoral que lhe cabe defender. Posto em uma situação na qual fosse forçado a optar entre apoiar o governo e beneficiar seus eleitores, o deputado escolheria sempre a segunda alternativa. Agiria desta forma por uma única e simples razão: os dividendos eleitorais gerados por essa estratégia eleitoral.

O argumento aplica-se a todos os parlamentares, independentemente de sua filiação partidária. Em outras palavras, todos os membros do Legislativo possuem o mesmo interesse e esse interesse é ditado, em última instância, pela aplicação do imperativo eleitoral. Como as regras eleitorais que regem a eleição de todos os legisladores são as mesmas, todos os membros da instituição seguiriam a mesma estratégia e favoreceriam o mesmo tipo de política. Assim, seguindo este argumento, o Legislativo pode ser tomado como um ator único, uma vez que todos os legisladores adotam uma estratégia eleitoral comum.

Com base nesse argumento, é possível postular a existência de uma relação causal entre essa forma de governo e a ausência da disciplina partidária. O argumento original, uma vez mais, deve-se a Linz (1994, p. 35), para quem: “A noção de um sistema partidário ‘responsável’ e disciplinado está em desacordo estrutural, se não for incompatível, com o presidencialismo puro”.

No entanto, a dedução do comportamento irresponsável dos parlamentares a partir da independência e da rigidez temporal dos mandatos pede suposições adicionais nem sempre explicitadas. Em primeiro lugar, pede que o eleitor recompense a estratégia dos deputados. Eleitores, portanto, votam com os olhos voltados para o curto prazo, e são incapazes de perceber as relações de seus atos e dos políticos que patrocinam com o fracasso do governo.¹² Em segundo,

assume que a disponibilidade da estratégia independa das relações dos parlamentares com o governo. Em outras palavras, os benefícios a serem distribuídos às clientelas eleitorais podem ser auferidos sem a participação e o apoio do Executivo.

Sob o parlamentarismo, a realidade seria radicalmente diversa. Os mandatos dos parlamentares e do Executivo, dada a vigência da fusão de poderes, são interdependentes. Os parlamentares antecipariam as conseqüências de seus votos para a sobrevivência do governo e, conseqüentemente, para a continuidade de seus mandatos. Esse cálculo impediria a ação irresponsável e individualista dos parlamentares. O vínculo imediato e direto com os eleitores seria mediado pela sobrevivência do governo.

Em questões complexas ou de aprovação mais difícil, os governos parlamentaristas contam com uma arma poderosa: o voto de confiança. Em lugar de votarem exclusivamente a matéria em pauta, os parlamentares votam também a continuidade de seus mandatos e o controle do partido sobre o governo. Assume-se, implicitamente, que a antecipação das eleições provocará a perda de mandatos para um número considerável de parlamentares, o que levaria ao rodízio do controle do poder. Prevendo tais conseqüências, os parlamentares prefeririam apoiar o governo a seguir seus interesses pessoais imediatos.

De acordo com este argumento, não é o Primeiro Ministro ou o partido que pune os parlamentares que se comportam de maneira oportunista. Quem o faz são os eleitores. Para que o argumento seja consistente, é necessário, portanto, que os eleitores votem em partidos e não nos parlamentares, isto é, que o voto seja partidário e não pessoal. Mas não seria esse mesmo eleitor o beneficiário do comportamento irresponsável do parlamentar? Há uma inconsistência lógica no argumento,

pois o representante vota contra o governo para beneficiar seus eleitores que, no momento seguinte, negam-lhe o apoio. Em outras palavras, a ameaça de dissolução só pode ser tomada como a base do comportamento responsável do parlamentar se os eleitores votarem partidariamente e não nos políticos, com base na avaliação de sua “folha corrida” de benefícios concedidos às suas bases.

No entanto, como veremos na próxima seção, o que leva os eleitores a privilegiar os partidos ou os políticos individuais, se o voto é partidário ou pessoal, é uma função da legislação eleitoral e não da forma de governo. Em outras palavras, nada impede que se observe voto pessoal em regimes parlamentaristas (por exemplo, o Japão até a reforma de 1933) e voto partidário em regimes presidencialistas (a Venezuela até a reforma de 1993).

Se a ameaça da dissolução do governo fosse suficiente para garantir o apoio a ele, a instabilidade governamental deveria ser baixa em todos os governos parlamentaristas. Não é, no entanto, o que observamos. Há casos notórios de instabilidade governamental, como a Terceira e Quarta República na França e a Itália do pós-guerra, para citar apenas os casos mais conspícuos. Ou seja, a ameaça de dissolução do governo não pode ser tomada como suficiente para garantir o apoio dos legisladores ao governo.

Além disso, a relação entre dissolução do governo e eleições não é tão direta quanto querem crer os críticos do presidencialismo. O cálculo dos legisladores não pode ser inteiramente atribuído aos riscos de uma eleição antecipada, pela simples razão de que essa não é a consequência necessária e nem a mais frequente da dissolução do governo. Cheibub (1998) mostra que 56% de todas as trocas de Primeiros Ministros em 21 países industrializados, entre 1946 e 1965, não ocorreram em função de eleições. Com base

nos mesmos dados, o autor mostra que 38% das trocas que envolveram a mudança de partido do Primeiro Ministro e 46% das mudanças que levaram à redefinição da composição partidária do governo ocorreram sem eleições. As eleições estão longe de ser o resultado necessário da dissolução do governo.

O argumento segundo o qual a ameaça da dissolução seria a base do comportamento “parlamentar responsável” assume que os políticos preferem estar no governo a estar na oposição. Membros do partido que governa, com medo de que as eleições antecipadas causem a alternância no poder, não negariam apoio ao Primeiro-Ministro. Isto é, preferem estar no poder a estar na oposição. Estranhamente, os argumentos sobre a irresponsabilidade dos políticos sob o presidencialismo não consideram os benefícios que a participação no governo pode trazer. Ou seja, a associação entre “irresponsabilidade parlamentar” e presidencialismo se ancora na suposição de que não se ganha nada apoiando o governo.¹³ Mais do que isso, supõe que os parlamentares poderão distribuir benefícios a seus eleitores, quaisquer que sejam suas relações com o governo. Para fins de argumentação, suponhamos que o Executivo controle o acesso aos recursos que os políticos desejam distribuir às suas clientelas eleitorais. Se for assim, o governo está em posição favorável para negociar com os parlamentares e impor suas considerações nessas barganhas.¹⁴

Como veremos adiante, a capacidade dos parlamentares de afetar as políticas públicas depende da organização do processo decisório, mais especificamente do controle do Executivo sobre a agenda legislativa. No momento, cabe frisar que a irresponsabilidade parlamentar não pode ser tomada como intrínseca ao presidencialismo ou como necessariamente ausente no parlamentarismo. A capacidade do Legislativo de patrocinar

políticas distributivistas clássicas depende da organização do processo decisório no interior do Legislativo e dos poderes legislativos do presidente.

Modelos formais que relacionam governos parlamentaristas à disciplina partidária foram desenvolvidos por Baron (1998) e por Diermeier e Feddersen (1998). Esses modelos assumem que os membros de uma coalizão governante têm interesses divergentes quanto às políticas a serem implementadas pelo governo. Digamos que políticos queiram implementar políticas distributivistas para atender suas clientelas e aumentar suas chances de reeleição. Como os recursos são escassos, há conflito mesmo entre membros de uma coalizão. Ainda assim, eles preferem a continuidade do governo, na medida em que este assegura uma probabilidade superior a zero de que a política de sua preferência será implementada. Sob um governo liderado pela oposição, essa probabilidade cai a zero. Dada essa estrutura de preferências, o governo pode contar com o voto disciplinado dos integrantes da sua bancada quando condiciona sua sobrevivência à aprovação de uma matéria. Em outras palavras, o voto de confiança explica a disciplina partidária: o controle sobre a agenda legislativa garante que os políticos troquem os ganhos imediatos pelos ganhos futuros, os quais dependem da sobrevivência do governo. A queda do governo significaria transferir o controle sobre a agenda legislativa para representantes de outros grupos políticos. Dessa forma, legisladores podem votar contra suas preferências imediatas em determinadas questões. O voto de confiança torna explícita a troca entre os interesses imediatos e os de longa duração.

Ambos os modelos supõem que, por um lado, todos os governos parlamentaristas controlam a agenda legislativa. Por outro, quando estendidos ao presidencialismo, assumem que os governos tomam a forma do

modelo norte-americano, em que a agenda legislativa é decidida autonomamente pelo próprio Legislativo. Empiricamente, ambas as suposições são incorretas. O controle da agenda legislativa pelo chefe do Executivo não é uma característica intrínseca ao parlamentarismo, tampouco o presidencialismo implica um Legislativo descentralizado, controlador da iniciativa legal. Esse ponto será discutido na seção seguinte.

Essas observações são suficientes para sustentar que os modelos expostos até o momento podem ser adaptados ao presidencialismo. Se os presidentes controlarem a agenda legislativa, o mecanismo invocado para explicar a disciplina partidária sob parlamentarismo poderá ser estendido ao presidencialismo. Os deputados votam contra seus interesses imediatos e apóiam as medidas presidenciais com base nas expectativas de ganhos futuros que a participação no governo pode lhes assegurar.

Em resumo, não há razões para relacionar a disciplina partidária à forma de governo. O contraste entre a independência e a interdependência dos mandatos não é suficiente para estabelecer a presença ou a ausência de incentivos à cooperação entre parlamentares e destes com o Executivo. Alguns dos argumentos encontrados na literatura são baseados em comportamentos inconsistentes e empiricamente falsos. Tais argumentos dependem de premissas adicionais sobre o comportamento dos eleitores e sua capacidade de avaliar a consequência de seus votos. Assume-se que os eleitores sob presidencialismo estariam sempre dispostos a respaldar com votos a ação oportunista dos parlamentares. Sob parlamentarismo, os eleitores puniram essa mesma estratégia.

Mais uma vez, a variação é menos institucional e mais comportamental. As premissas relativas ao comportamento dos atores variam com as instituições. Por que eleito-

res, sob presidencialismo, seriam menos capazes de incorporar as conseqüências de seus atos em seus cálculos? Da mesma forma, por que os objetivos dos políticos seriam diversos em uma e outra forma de governo? Notadas essas inconsistências, fica claro que o poder explicativo dos argumentos levantados se vê prejudicado. É impossível distinguir o que cabe às instituições e o que cabe à variação na racionalidade do eleitor.

Leis Eleitorais e Disciplina Partidária

A estratégia dos políticos para obter seu principal objetivo, a reeleição, é influenciada de maneira direta pelas leis eleitorais. No caso, não se trata da distinção usual e mais conhecida entre sistemas majoritários e proporcionais e suas conhecidas conseqüências para o número de partidos. Nos argumentos aqui considerados, importam os incentivos e as penalidades que as leis eleitorais implicam para a construção de vínculos pessoais entre os políticos e seus eleitores.

Para que os partidos dominem a arena eleitoral, de acordo com esse argumento, é necessário que os líderes controlem os recursos-chave que, em última análise, vão determinar as chances de sucesso eleitoral dos candidatos aos cargos legislativos. Se os líderes controlam esses instrumentos, as carreiras políticas passam a ser construídas no interior dos partidos e dependem da sintonia entre o comportamento do parlamentar e a linha partidária. Em outras palavras, o político que procurar cultivar uma base de apoio própria à margem do partido não terá sucesso em sua carreira. O partido tem meios para cortar suas pretensões, negando o seu acesso à arena eleitoral.

Portanto, a raiz última da força partidária, expressa na disciplina das bancadas em plenário, é o controle que os líderes partidá-

rios detêm sobre a elaboração das listas que o partido oferece aos eleitores. O parlamentar indisciplinado não poderá ser candidato à reeleição. Nesse caso, carreiras políticas serão construídas no interior do partido e, conseqüentemente, eleitores votarão nos partidos e não nos políticos. Os partidos medeiam as relações entre eleitores e políticos.

Onde os partidos políticos não controlam o acesso às listas partidárias, a estratégia dominante para os políticos seria a de cultivar bases próprias de apoio político. O vínculo com o eleitor é construído por meio de uma conexão pessoal que une os políticos às suas clientelas eleitorais, conexão esta que se estabelece às margens dos partidos. Para receber votos, políticos patrocinam políticas públicas que ofereçam benefícios localizados e tangíveis a seus eleitores. Como esses benefícios são financiados por taxas pagas por todos e sem uma correspondência direta entre o que se contribui e o que se recebe, os eleitores só percebem a ação dos políticos para lhes trazer benefícios e não os responsabilizam pelos custos pagos. Por isso, os políticos que trazem benefícios para suas clientelas são recompensados com votos.

Os políticos, portanto, para se reeleger, defendem os interesses de uma clientela específica, responsável, em última análise, por sua eleição. Nesses termos, os políticos não têm qualquer incentivo para seguir a linha partidária. Fazê-lo não traria dividendos eleitorais. Partidos não contam na arena eleitoral e parlamentar porque não dispõem de meios para punir políticos que agem em desacordo com a linha partidária.

Assim, de acordo com esse argumento, os partidos são fortes,¹⁵ e contam para o jogo político onde e quando eles controlam o acesso dos políticos à lista eleitoral. São fracos onde não controlam esses recursos. Portanto, a partir dos recursos controlados pelos líderes partidários se pode deduzir o tipo

de conexão eleitoral, se partidária ou pessoal. Apesar de procurarem estabelecer um ordenamento completo das fórmulas eleitorais existentes, Shugart e Carey enfatizam que esta é, na realidade, a distinção básica: “A habilidade dos líderes para partidários para garantir a cooperação entre políticos para a manutenção da reputação partidária depende das sanções que estes mesmos líderes podem impor aos políticos que desrespeitam a linha do partido” (1992, p. 420).

À primeira vista, os sistemas majoritários com distritos uninominais favoreceriam o voto pessoal. Essa associação esteve presente nos primeiros trabalhos sobre o tema. Por exemplo, no influente livro *The personal vote*, publicado em 1987, Cain, Ferejohn e Fiorina afirmam que as relações entre eleitores e políticos na Inglaterra estariam fora de equilíbrio, prevendo sua transformação. Na realidade, a pesquisa empírica apresentada no livro indicaria uma evolução em direção a relações mais personalizadas, como aquelas presentes no sistema norte-americano. Em outras palavras, o voto partidário estaria em declínio na Inglaterra.

A literatura subsequente, como atesta a citação de Shugart e Carey reproduzida acima, encarregou-se de corrigir os exageros de Cain, Ferejohn e Fiorina. O localismo e o personalismo não dependeriam quer das bases geográficas do distrito, quer do número de cadeiras em disputa. A distinção voto pessoal/voto partidário, a qual distinguiria os Estados Unidos da Inglaterra, estaria fundada no controle partidário sobre a seleção dos candidatos apresentados aos eleitores.¹⁶

No que se refere a sistemas proporcionais, a literatura sempre adotou o critério identificado acima, qual seja, o do controle da composição da lista pelo partido para distinguir os sistemas políticos. Fundamentalmente, neste quesito, sistemas proporcionais podem ser distinguidos em duas grandes fa-

mílias: sistemas com ou sem voto preferencial. No segundo caso, quando não há voto preferencial, a lista de candidatos é ordenada pelo partido e não pode ser alterada pelo eleitor. Sendo assim, o eleitor só pode votar no partido, não tendo meios para expressar suas preferências quanto aos nomes presentes na lista. Nesse caso, portanto, a carreira de um político é inteiramente determinada pela luta intrapartidária pré-eleitoral. Logo, políticos não teriam incentivos para construir bases eleitorais próprias, uma vez que o eleitor não tem peso na decisão quanto à sua inclusão na lista e, por decorrência, sua posição nesta. A carreira política, portanto, se define, fundamentalmente, no interior do partido. Segue que o partido terá total controle sobre o comportamento dos parlamentares na arena legislativa. Isso porque os políticos antecipam a punição futura do partido expressa na exclusão da lista ou na colocação em posições baixas.

Os sistemas proporcionais com voto preferencial, ao permitir que os eleitores expressem suas preferências individuais, trariam consigo incentivos para que os políticos cultivassem vínculos pessoais com suas clientelas.¹⁷ O voto do eleitor além do partido pode distinguir o candidato, e é natural supor que o eleitor vá favorecer aquele político que, a seu ver, se diferencie dos demais. Há, portanto, incentivo para que membros de um mesmo partido busquem se diferenciar uns dos outros, no sentido de construir laços personalizados com seus eleitores. Para usar a terminologia de Shugart e Carey (1995): nesses sistemas há incentivos para que os políticos cultivem o voto pessoal. Mais do que isso, o partido não teria como punir aqueles que embarcam nessa estratégia. Logo, o político que quiser estabelecer vínculos pessoais com os eleitores terá sua estratégia recompensada na arena eleitoral.

Shugart e Carey (1995) sustentam que os incentivos para que os políticos cultivem o voto pessoal são maiores sob voto proporcional preferencial do que em sistemas majoritários uninominais. Isso se deveria a uma relação mais ampla: os incentivos para cultivar o voto pessoal cresceriam com a magnitude do distrito. Isto é, quanto maior o número de deputados eleitos pelo distrito, tanto maiores os incentivos para que os políticos construam vínculos pessoais com seus eleitores. Nas palavras de Shugart e Carey: “Na medida em que o número de co-partidários de que um determinado candidato tem que se distinguir cresce, a importância de estabelecer uma reputação pessoal única, distinta da do partido, também cresce” (1995, p. 430).

Cabe notar que o argumento considera apenas os possíveis retornos eleitorais do investimento para criar bases de apoio pessoais, desconsiderando inteiramente os custos. Esses também aumentam à medida que cresce o número de competidores. Não é, sob essas condições, fácil criar um eleitorado cativo com base nos serviços individuais prestados a uma determinada clientela eleitoral. Redutos eleitorais precisam não apenas ser definidos como também defendidos contra um sem número de potenciais “invasores”. Os custos para a construção de uma base de apoio específica são bem menores em um sistema majoritário, uma vez que essas se encontram pré-definidas pelo próprio distrito. Ademais, em sendo o distrito uninominal, segue que, necessariamente, não existem dois parlamentares a representar o mesmo distrito. Em outras palavras, nessas condições, o político monopoliza a oferta de políticas públicas para o distrito, o que não ocorre em um sistema proporcional em que sequer é possível estabelecer com a clareza necessária quem é o responsável pelo benefício oferecido aos eleitores.

Na realidade, os argumentos apresentados por Shugart e Carey acabam por associar voto pessoal à existência de competição intrapartidária:

In all systems where there is intraparty competition, as M grows, so does the value of personal reputation. Conversely, in systems where there is no intraparty competition, as M grows, the value of personal reputation shrinks (1995, p. 418).

Há uma certa confusão no argumento, o que pede esclarecimentos. Por definição, dado que os partidos monopolizam a oferta de candidaturas, a competição intrapartidária sempre existirá. O uso do termo “lista aberta” dá lugar a idéias equivocadas quanto ao seu funcionamento, parecendo indicar que a lista está aberta a todos os candidatos em potencial. Não é o caso. A lista é aberta não à entrada dos candidatos, mas aos eleitores. Por isso, o mais correto é denominá-la lista não-ordenada, que é uma das modalidades de voto preferencial. Os partidos oferecem uma lista que é estabelecida em sua convenção, isto é, fruto da disputa pré-eleitoral, da qual os eleitores não participam. A disputa partidária pré-eleitoral será tanto maior quanto menor o número de candidaturas por cadeiras que o partido puder oferecer. A diferença é que, com o voto preferencial, o eleitor também participa da disputa intrapartidária. E este, do ponto de vista normativo, é o seu atrativo. Não se pode esquecer que, por definição, qualquer seja a regra eleitoral, os partidos monopolizam a oferta de candidatos. Partidos, portanto, agem e têm as vantagens dos oligopólios. Se a decisão quanto à nomeação dos candidatos é feita sem a intervenção dos eleitores, são aumentados os riscos de que os partidos se distanciem dos eleitores, dando

lugar ao que na crônica política se chama, depreciativamente, “partidocracia”.

Assim, em todo e qualquer sistema político, a competição eleitoral ocorre em dois níveis: intrapartidário e interpartidário. Leis eleitorais regulam estes dois processos, definindo quem delas participa e quando elas ocorrem. A lista fechada significa a completa separação no tempo das duas disputas e impede que os eleitores afetem diretamente a luta intrapartidária. Logo, reforça o poder dos líderes não apenas em relação aos parlamentares, mas também na relação desses com o eleitorado. Não é demais lembrar que Michels formulou a famosa lei de ferro das oligarquias após estudar a política intrapartidária. Ou seja, nem todas as consequências da lista fechada para o fortalecimento dos partidos são positivas.

A lista não-ordenada como praticada no Brasil faz com que a disputa intrapartidária se resolva em dois momentos, na convenção e no dia da eleição, permitindo assim uma participação mais direta do eleitor na definição das opções partidárias. Assim, de maneira inversa ao que usualmente se observa, a lista favorece o maior controle dos cidadãos sobre os políticos.

O eleitor também pode ter maior ou menor participação na luta intrapartidária em sistemas majoritários. Nesses sistemas, esse tipo de competição pode ser levado aos eleitores de duas formas diferentes. Primeiro, ele pode anteceder ao momento eleitoral, como é o caso do sistema de primárias, praticado nos Estados Unidos. A segunda alternativa é dada pelo sistema de lemas praticado no Uruguai, chamado no Brasil de sublegenda. Nesse segundo caso, parte da disputa intrapartidária ocorre no dia da eleição.

A literatura que trata dos efeitos das leis eleitorais tem desconsiderado esses aspectos. Os efeitos nocivos da “lista aberta” têm sido exagerados pela literatura especializada, na

medida em que esta privilegia a suposta liberdade que esse sistema acarretaria para os políticos, focando-se nas relações entre líderes e parlamentares e deixando de lado as relações entre o partido e os eleitores. O inverso ocorre com a lista fechada: seus aspectos negativos têm sido negligenciados.

Cabe observar que, em sistemas proporcionais, o voto é sempre primeira e fundamentalmente partidário. Por definição, o voto proporcional implica o fato de que a conversão de votos em cadeiras agregará, inicialmente, os votos por partidos. Essa é a distinção básica entre o sistema majoritário e o proporcional. No majoritário, os votos são primariamente conferidos a indivíduos, mesmo onde há alguma forma de transferência de votos. Nesses termos, o voto pessoal puro só pode ocorrer em sistemas majoritários. Sob sistema proporcional, o voto pessoal sempre tomará tintas partidárias. Sob as diferentes modalidades de voto preferencial, oferece-se ao eleitor uma possibilidade de expressar uma opção pessoal no interior do partido. Por mais que parte dos políticos procure privilegiar seus traços pessoais e fugir do controle partidário, o fato de que suas chances de obter uma cadeira dependem, antes de tudo, dos votos dados ao partido, isto é, do número de cadeiras obtidas pelo partido, limita o alcance da estratégia.

Há ainda um outro ponto que merece ser discutido. Na literatura, a tendência para o desenvolvimento do voto pessoal é, por assim dizer, naturalizada. Os argumentos consideram apenas os incentivos presentes na arena eleitoral para o seu florescimento. O acesso aos recursos orçamentários necessários à construção dos vínculos pessoais com os eleitores é desconsiderado. Na verdade, acredita-se que onde as condições eleitorais favorecem o voto pessoal, o sistema político como um todo será marcado pelas tendências centrífugas postas em marcha pela cone-

xão eleitoral. As políticas públicas carecerão de coerência interna, posto que os partidos e/ou o governo não serão capazes de coordenar as ações dos políticos. Em uma palavra, a fragilidade dos partidos leva à “crise de governabilidade”. Esse argumento é apresentado de forma mais completa por Cain, Ferejohn e Fiorina na seguinte passagem:

Important features of democratic political processes vary with the ways by which members gain and retain their seats. To the extent that members develop personalized electoral support, they are able, should they so desire, to withstand efforts by national leaders to control and coordinate their behavior. This ability has obvious consequences for the style of policy making and the types of policies characteristic of the political system. Moreover, the manner in which members of representatives assemblies gain office has broader consequences for the development of governmental institutions. Representatives who believe themselves responsible for their own electoral fate are less likely to accept government practices and institutions which deny them the means to exercise individual influence than are representatives whose fate lies in the hands of national party or other authority. Again, the consequences for the style and substance of policy making are obvious. In general, a polity's electoral process, policy processes, and institutional structure are bound together: if one element of the constellation changes, the others will adjust toward a new equilibrium (1987, p. 4).

O argumento praticamente dilui a força do neo-institucionalismo, na medida em que a maneira pela qual os políticos obtêm e retêm seus mandatos determina seus interesses e tudo o mais se molda a esse interesse básico. O processo decisório será organizado da maneira mais apropriada e eficiente para

a obtenção das políticas necessárias à reeleição dos políticos.

No entanto, para que os incentivos ao voto pessoal, presentes na arena eleitoral, determinem o tipo de política pública aprovada pelo congresso, certas condições institucionais adicionais precisam ser alcançadas. Em especial, a organização interna dos trabalhos legislativos precisa favorecer os objetivos eleitorais dos parlamentares. Segundo Mayhew, em passagem tantas vezes citada:

The organization of the Congress meets remarkably well the electoral needs of its members. To put it another way, if a group of planners sat down and tried to design a pair of American national assemblies with goal of serving members' electoral needs year in and year out, they would be hard pressed to improve on what exists (1974, p. 81).

Mayhew evita estabelecer uma relação causal clara. A organização do Legislativo não é direta e explicitamente creditada aos interesses eleitorais dos parlamentares. As leis eleitorais e a organização do processo decisório estão em equilíbrio, mas não sabemos quem as “projetou”. A literatura inspirada em seu trabalho dá por suposto que os incentivos eleitorais determinam o princípio organizacional estabelecido no interior do poder Legislativo. Afinal de contas, os legisladores escolhem soberanamente as regras sob as quais se darão seus trabalhos e é de se esperar que escolham o princípio organizacional que maximize seus dividendos eleitorais, isto é, o princípio organizacional descentralizado, baseado em comissões, por meio do qual podem controlar a decisão sobre as políticas públicas na área em que tem maior interesse eleitoral.

Cain, Ferejohn e Fiorina são explícitos a este respeito. Eles acreditam que a interação entre as leis eleitorais, a estrutura institucio-

nal e as decisões sobre políticas públicas acabam por gerar uma situação de equilíbrio político-institucional, o que significa que

One source of institutional change lies in the degree of consistency between legislative and electoral rules. When electoral rules creates incentives for a personal vote and legislative rules deny representatives the opportunity to establish it, stress arises in the system, or to put it another way, the rules are in disequilibrium. Indeed, we suggest an even stronger hypothesis: there is an inherent tendency for single member-district, plurality rule system to move in the direction of greater decentralization and independent electoral standing. Generally speaking, electoral institutions are more difficult to change than legislative ones, because electoral institutions are enshrined in the constitution of a political system (1987, p. 217).

Estes autores postulam, assim, a existência da relação causal insinuada por Mayhew. Shepsle e Weingast são ainda mais explícitos:

Professional politicians possess ingenuity, an entrepreneurial spirit, and adaptability. Legislative institutions and policies they foster reflect this central fact. Legislators, motivated to secure reelection and legislative influence, devise institutions to further these objectives (1984, p. 366).

Shepsle e Weingast, portanto, acreditam que os políticos racionais agirão sempre como os planejadores hipotéticos de Mayhew. Esse tipo de argumento, por assim dizer, naturaliza o modelo norte-americano. Se os políticos buscam garantir sua reeleição, adotarão as instituições que os políticos norte-americanos adotaram: o sistema de comissões.

Do ponto de vista metodológico, tal operação fere os princípios que alimenta-

ram o movimento neo-institucionalista. Em uma leitura, o argumento tem aspectos funcionalistas: o caráter peculiar das instituições é explicado por suas conseqüências, as longas carreiras dos políticos. Uma outra leitura possível leva à recuperação do pluralismo. Os interesses explicariam as instituições vigentes. O argumento estabelece um vínculo automático e direto entre o interesse presente na arena eleitoral e a organização legislativa. Tal vínculo só pode ser sustentado se a lição que usualmente se deriva do teorema de Arrow em textos introdutórios ao neo-institucionalismo for esquecida. Como ensinado em livros-texto (ver, por exemplo, Shepsle e Bonchek, 1997, cap. 2) decisões coletivas não podem ser entendidas como mera agregação das preferências individuais. Isto é, não basta assumir que os políticos tenham um interesse comum em garantir suas reeleições para inferir que serão capazes de coordenar suas ações e escolher o desenho institucional ótimo para este fim. Nessa situação, os políticos enfrentariam os clássicos problemas que afetam a ação coletiva.

As explicações que conectam diretamente os incentivos presentes na arena eleitoral a resultados das políticas públicas não se sustentam. Paradoxalmente, esse tipo de argumento, que tem nos estudos legislativos norte-americanos uma de suas origens, acaba por tornar irrelevantes as variáveis centrais destes mesmos estudos, a saber, o modo pelo qual o processo de tomada de decisão no interior do poder Legislativo é organizado. Esse formato organizacional peculiar – sistema de comissões – é tomado como o resultado necessário e natural de sistemas em que se identificam incentivos para a construção do voto pessoal. Evidentemente, os incentivos não bastam. Atores não maximizam suas preferências sem restrições. Na verdade, a mesma naturalização do sistema norte-

americano se verifica quando analisamos o contraste presidencialismo/parlamentarismo quanto à organização do processo decisório. É o que discuto a seguir.

Processo Decisório e Controle da Agenda

Na literatura comparada, a centralização ou a descentralização do processo decisório não tem sido tratada como uma variável institucional independente e com peso explicativo próprio. Dadas as origens do neo-institucionalismo – os estudos legislativos norte-americanos e a ênfase dada nestes estudos ao sistema de comissões –, esse silêncio não deixa de ser paradoxal. De fato, tal ausência pode ser entendida pelas observações que fecharam a seção anterior, qual seja, a tendência a se assumir que o formato do processo decisório se adapta aos imperativos presentes na arena eleitoral. Mais especificamente, acredita-se que o processo decisório organizado em torno do sistema de comissões surgiria “naturalmente” nos regimes políticos em que prevalece o voto pessoal. O modelo norte-americano, dessa forma, passa a ser tomado como paradigmático. Desvios dessa tendência ocorreriam somente onde as leis eleitorais neutralizassem o voto pessoal, dando oportunidade ao surgimento do voto partidário e da centralização do processo decisório.

No que tange às formas de governo, a centralização do processo decisório tende a ser associada a governos parlamentaristas, enquanto a descentralização aparece como uma característica intrínseca ao presidencialismo. Nas palavras de Tsebellis:

In parliamentary systems the executive (government) controls the agenda, and the legislature (parliament) accepts or rejects proposals, while in presidential systems the

legislature makes the proposals and the executive (the president) signs or vetoes them (1995, p. 325).

Se fosse assim, o processo decisório não seria propriamente uma variável independente. Como mostrarei, essa associação não é completa. Nem todos os regimes parlamentaristas podem ser equiparados à Inglaterra, da mesma forma que os Estados Unidos não podem ser tomados como o modelo de um regime presidencial.

A Inglaterra tende a ser considerada o exemplo típico de governo parlamentarista. Conforme mostra Cox (1987), as origens do “segredo eficiente” encontram-se no crescente controle exercido pelo gabinete sobre a agenda dos trabalhos legislativos. A “expropriação” dos direitos parlamentares dos membros do parlamento em favor do Gabinete ocorreu, paradoxalmente, quando as pressões para que os parlamentares atendessem às demandas de seus eleitores cresceram. Na origem desse processo estão as reformas eleitorais de meados do século XIX, que ampliaram o sufrágio e, dessa forma, a dependência dos políticos para com os eleitores. A demanda dos eleitores por legislação cresceu e a pauta do parlamento se viu sobrecarregada pela enxurrada de propostas. A reorganização do processo decisório favoreceu o Gabinete, o qual passou a controlar a agenda legislativa. Dado esse controle, os eleitores perderam qualquer incentivo para votar nos candidatos em função de seus atributos pessoais e/ou serviços prestados. Os parlamentares deixaram de ser capazes de atender às demandas particulares de seus eleitores. Reconhecendo que a função deles se resumia a formar e sustentar o gabinete, os eleitores deixaram de considerar as características pessoais dos candidatos na

hora de decidir seu voto. O critério partidário passou, então, a orientar o eleitor.

Um aspecto essencial da primazia do gabinete inglês encontra-se no fato de ele controlar as finanças. Conforme notam Lowenberg e Patterson (1979, p. 249), desde o começo do século XVIII, o governo garante para si o direito exclusivo de introduzir medidas que impliquem alterações nos gastos e/ou nas receitas. A proposta de orçamento enviada pelo Gabinete raramente é alterada. Segundo Lowenberg e Patterson:

The budget is presented separately by the chancellor of the exchequer [...]. The expectation is so great that this budget will eventually be adopted by Parliament exactly as presented by the government that a provisional resolution places it into effect on the day it is delivered, though months may pass before its final enactment. Nothing comparable occurs with respect to other legislative proposals which must go through a fairly time-consuming procedure before they are enacted (1979, p. 250).

Como é sabido, na Inglaterra, a disciplina partidária é a norma. Partidos votam de maneira unida nas centenas de votações nominais a ter lugar em cada sessão legislativa. As medidas usuais de coesão partidária, como o índice de Rice, por não apresentarem variação significativa, foram substituídas pela mera contagem das votações em que houve pelo menos um voto indisciplinado. As votações com votos indisciplinados raramente passam de uma dezena em uma sessão legislativa e, em geral, não alteram o resultado das votações (Crowe, 1980).

Ainda assim, o governo não deixa de colher algumas derrotas (Schwarz, 1980). Na Inglaterra, de acordo com Rose (1986), a chance de uma proposta introduzida pelo gabinete ser aprovada foi de 96,6% para o pe-

ríodo 1945-1978. Projetos e emendas da oposição ou dos próprios membros do governo têm escassas chances de ser aprovados. Trabalhando com dados para três sessões legislativas, Rose (1986, p. 13) encontrou uma taxa de sucesso de 4,4% para as emendas apresentadas pela oposição e de 9,5% para as apresentadas por *backbenchers* da situação.

O controle do gabinete inglês sobre a agenda legislativa implica seu contrário. Os *backbenchers* não têm acesso direto à produção legal. O número de dias reservados à apreciação dos projetos introduzidos pelos *backbenchers* não passa de vinte em um ano. Apesar dessa restrição, eles ainda apresentam um número grande de projetos, fazendo com que a escolha dos projetos a serem apreciados seja feita por sorteio (Lowenberg e Patterson, 1979, p. 249).

Nem todos os governos parlamentaristas, no entanto, apresentam essas características. A Terceira e a Quarta República Francesa são casos bastante conhecidos de instabilidade governamental sob o parlamentarismo. A característica distintiva desses regimes era o fato de o governo não controlar a agenda dos trabalhos legislativos. De acordo com Andrews:

The constitution of the Third Republic had provided for very little executive involvement in the parliamentary process; what existed emphasized the president rather than the prime minister or Government [...]. The Fourth Republic constitution was designed, in part, to provide the Government with greater means to lead parliament in its law-making [...]. The governments continued to be plagued by uncertain majorities, as the constitutional devices had little practical effect (1978, p. 466).

A agenda legislativa não era estabelecida pelo governo, mas pela Conferência de Presi-

dentos dos partidos em que o governo tinha representação. A partir de 1955, o governo passou a se beneficiar da revisão das regras internas do parlamento, o qual começou a adotar votos ponderados proporcionais às bancadas representadas na Conferência de Presidentes (Andrews, 1978, p. 471). A despeito deste avanço, a definição da agenda não foi monopolizada pelo governo.

A própria definição da agenda do governo, tanto na Terceira quanto na Quarta República, acabou se tornando um dos principais motivos para a queda do governo por meio do mecanismo conhecido como *interpellation*, (*Idem, ibidem*). Tratava-se de um tipo de voto de confiança invocado para decidir se a agenda proposta pelo governo era ou não aceitável pelo parlamento. Dessa forma, coalizões negativas de veto podiam se formar para bloquear a ação do governo. E, ainda, as comissões podiam “fechar as portas” ao governo, já que, como nota Andrews (*Idem, ibidem*), “um projeto de lei não poderia ser submetido ao Plenário sem a apreciação prévia da comissão”. Segundo este autor, o governo podia forçar a comissão a apresentar seu parecer dentro de determinado prazo, mas, em geral, tal ato era respondido com um parecer desfavorável ao governo.

Na Terceira e na Quarta República, as limitações à apresentação de propostas legislativas que implicassem aumento de despesas e/ou reduzissem receitas praticamente inexistiam. De fato, ao longo desse período, algumas tentativas para limitar a ação dos parlamentares nessa área foram tomadas, mas todas acabaram por se provar ineficazes. Andrews explica que

The 1946 Constitution expressly authorized deputies to propose expenditures, except “during the discussion of the budget, the estimate or supplementary budgets” (Art 17). However, parliamentary rules and, after 1949,

legislation weakened that authorization somewhat. The situation became similar to the Third Republic after 1934 (1978, p. 485).

A Quinta República apresenta um quadro radicalmente diverso. Com a aprovação da Constituição de 1958, o governo obteve uma série de instrumentos, por meio dos quais passou a exercer um completo controle sobre a agenda legislativa. Por exemplo, o artigo 48 da Constituição estabelece que as matérias introduzidas pelo governo e as dos parlamentares aceitas por ele têm prioridade sobre as demais e devem ser debatidas na ordem estabelecida pelo governo. Quanto à ação dos parlamentares na área financeira, Andrews nota que

Under the article 40 and 41 of the 1958 constitution, the government can prevent the receipt of private members’ bills that would increase expenditures, reduce revenues, or trespass in the domain of the regulation. This was a constitutional innovation, as neither preceding constitution contained such provision (*Idem, ibidem*).

Entre as muitas armas conferidas ao governo para limitar o campo de ação possível dos deputados, encontra-se o “voto bloqueado”, previsto no artigo 48 da Constituição, que, quando invocado pelo governo, faz com que o destino da matéria e das emendas selecionadas pelo ele sejam decididas em uma única votação.

Uma outra poderosa arma do governo é conferida pelo artigo 49, que permite ao governo aprovar medidas sem que essas sejam efetivamente votadas. De acordo com o artigo citado, o governo pode invocar sua responsabilidade e atrelá-la à matéria, de tal sorte que essa será aprovada desde que não seja aprovada, por maioria absoluta dos vo-

tos e em 24 horas, uma moção de censura ao governo.

A “racionalização do parlamento” (Huber, 1996) francês resultou em uma alteração radical do padrão da produção legislativa. Conforme escreve Keeler:

Whereas the Fourth Republic parliament debated a flood of private member bills and passed an average of 65.2 propositions per year, many of which constituted assaults on the budget, the Fifth Republic's government-dominated parliament has produced an average of only 11 propositions per year, none of which could affect financial matters. While 29.7% of all laws promulgated during the Fourth Republic were initiated by the parliament, private-member bills represented only 11.5% of the total from 1959 through 1991 (1996, p. 522).

A participação dos governos na produção legal durante a Quinta República sempre foi superior a 80%. De acordo com os dados compilados por Frears (1981, p. 49), entre 1959 e 1977, a participação do governo sobre o total de leis promulgadas foi de 86,8%. Para o período entre 1959 e 1973, os dados apresentados por Andrews (1978, p. 484) indicam que a taxa de aprovação do governo foi de 84,8%. A taxa de sucesso do governo ao longo da Quarta República foi de 58,2%.

A Itália do pós-guerra é outro exemplo de governo parlamentarista marcado pela instabilidade governamental. Strom (1990, p. 58) contabiliza nada mais nada menos do que 48 governos formados na Itália entre julho de 1946 e abril de 1987, ou seja, neste período, os governos italianos duraram em média menos que um ano. Somente quinze dos 48 governos duraram mais do que um ano.

A fragilidade dos governos italianos não é facilmente explicada. Como nota Di Pal-

ma (1976, p. 147), a política italiana do pós-guerra é marcada pela oposição entre dois partidos com forte presença e controle sobre a arena eleitoral, a saber, Democracia Cristã e Partido Comunista Italiano. Além do mais, um desses partidos manteve o controle quase absoluto sobre o governo. Dado esse quadro, argumenta Di Palma, seria de se esperar que a maioria se mostrasse capaz de exercer o poder em bases estáveis e com resultados visíveis. No entanto, a instabilidade governamental mostra que a Democracia Cristã raramente foi capaz de garantir a aprovação de seu programa pelo parlamento que, em tese, controlava.

A organização interna do parlamento italiano fornece parte da resposta para esse paradoxo. Nas palavras de Di Palma:

The divisiveness of the Italian party system leads us to expect an arena-like parliament, dominated by the presence of a number of highly organized and bickering political parties that transfer to parliament the political divisions they incarnate in society. In particular, the presence of a strong Christian Democratic Party and a strong Communist party, each holding permanently opposite roles, suggests a legislature with limited transformative potentials, in which the majority tries to curb a dangerous opposition through a set of strongly majoritarian rules. However, the procedural and organizational features of the Italian legislature offer us quite a different picture: one in which individuals, minorities, and parliament maintain considerable power vis-à-vis the government, in which the centers of parliamentary decision are dispersed, and in which transformative resources are available (1976, p. 150).

Entre as características que permitem a participação dos parlamentares e da minoria nas decisões, Di Palma destaca o poder terminativo das comissões, o fato do governo não

possuir poder de veto e, por último, não ter poderes para encerrar os debates. Ademais, as medidas introduzidas pelo governo não gozavam de qualquer privilégio, e a agenda dos trabalhos era definida pelo presidente de cada uma das casas legislativas. As votações nominais, em geral, eram secretas, fazendo com que o governo se visse à mercê dos votos dos chamados “franco atiradores”. Com base nessas considerações Di Palma conclui:

The result of many of these arrangements is that one out of four bills approved from 1948 to 1968 has been a private bill – a ratio unmatched by other European parliaments – and that amendments by the opposition are again more successful than in other European parliaments (Di Palma, 1976, cap. 2). All of this, however, still leaves considerable room for government initiative. We find, for instance, that, owing in part to the legislative power of the committees, our parliament approves a literally staggering number of laws – eight thousand in the same twenty years. Three out of four are government laws. More importantly, we find that almost 70 percent of government bills introduced from 1948 to 1972 have been passed with the votes of the Communist party (1976, p. 151).¹⁸

A comparação entre, de um lado, a Inglaterra e, de outro, a França e a Itália mostra a importância do controle da agenda legislativa pelo gabinete e, o que é dizer o mesmo com a ênfase invertida, das restrições sobre as ações legislativas dos parlamentares individuais. Sobretudo, cabe frisar a relevância das restrições sobre os projetos individuais que impliquem gastos. O controle do gabinete sobre o processo decisório completa-se quando este passa a monopolizar as iniciativas orçamentárias. Dessa forma, os parlamentares só têm como influen-

ciar as políticas públicas como membros do partido ou de partidos que emprestam apoio legislativo ao primeiro ministro. Em outras palavras, como argumenta Huber (1996), os poderes de agenda são utilizados para estruturar e manter unida a maioria.

A ausência do controle do governo sobre a agenda legislativa implica o seu contrário, a possibilidade de que minorias venham a erigir pontos de veto, obstruindo as tentativas da maioria de patrocinar mudanças nas políticas. Em geral, as minorias exercem esse poder por meio do controle sobre comissões legislativas. Para que esse ponto de veto se efetive, em geral, elas lançam mão da prerrogativa de emitir parecer e escrever substitutivos sobre as matérias sob sua jurisdição. Quando o governo não tem como retirar matérias das comissões, o vínculo eleitoral com minorias prepondera sobre os laços partidários. Os custos eleitorais de apoiar o governo, mesmo para um membro da maioria, identificado com uma minoria afetada por uma proposta governamental, são muito elevados.

O contraste entre os casos francês e italiano e o inglês evidencia a importância do controle exercido pelo Executivo sobre a agenda dos trabalhos legislativos. O ponto a ressaltar é que, embora esteja presente na maioria dos governos parlamentaristas, essa característica institucional não é constitutiva desta forma de governo. Governos parlamentaristas podem conviver com legislativos descentralizados em que os legisladores detenham recursos para influenciar e participar de maneira ativa do processo decisório. Em outras palavras, a “crise de governabilidade”, a incapacidade do governo para governar, pode ocorrer em regimes parlamentaristas. Nestes termos, cabe frisar que a crise e a instabilidade governamental não estão relacionadas ao número de partidos. O que realmente importa é o desenho do processo

decisório, na medida em que este define o poder institucional com que minorias contam para barrar as pretensões da maioria.

De outra parte, a centralização do processo decisório não é incompatível com o presidencialismo. A literatura que trata do presidencialismo sequer chega a cogitar que os presidentes possam utilizar seus poderes legislativos com objetivos similares ao de primeiros ministros, isto é, para obter apoio político. O presidencialismo tende a ser analisado tomando por referência as expectativas expressas pelos “Pais Fundadores” da república norte-americana. A separação de poderes é parte constitutiva do modelo de *checks and balances*, isto é, de um modelo em que os poderes são contrapostos uns aos outros com vistas à sua neutralização. Em outras palavras, o presidencialismo é equiparado ao sistema de *checks and balances*, em que o Executivo e o Legislativo devem ter interesses discordantes para que um venha a controlar e limitar um ao outro.

Shugart e Carey (1992) foram, provavelmente, os primeiros a chamar a atenção para as diferenças institucionais no interior dos governos presidencialistas. Contra a corrente dominante, a qual tratava das mazelas do presidencialismo no singular, o trabalho pioneiro destes autores distinguiu tipos de presidencialismo, com base na variação dos poderes legislativos dos chefes do Executivo.¹⁹ Há presidentes que podem ser chamados de fracos, como o norte-americano, porque dotados apenas de poderes legislativos reativos – no caso, o poder de veto em sua forma mais branda, qual seja, o veto total. No outro extremo, temos presidentes, como o brasileiro pós-1988 e o chileno pós-1989, cujos poderes legislativos incluem uma variedade de poderes ativos, que vão da prerrogativa exclusiva de iniciar legislação em determinadas áreas ao poder de decreto. Com base nessas variações institucionais (na maior par-

te dos casos constitucionais), Shugart e Carey (1992, cap. 8) procuram construir um índice de poderes legislativos presidenciais. Dessa maneira, oferecem um contínuo que vai dos presidentes mais fracos aos mais fortes.

Em suas análises empíricas, no entanto, o contínuo cede lugar à classificação dicotômica (presidentes fracos *versus* fortes), a partir da qual os autores procuram derivar as chances de sucesso (medido em termos de sobrevivência ou derrocada) do regime democrático. O argumento tem por base os incentivos criados por essa diferença institucional para que os presidentes busquem negociar com o Legislativo. Quanto maiores os poderes do chefe do Executivo, menores seriam os incentivos para que buscassem obter a cooperação do Legislativo. Em outras palavras, os presidentes usariam seus poderes legislativos para “dobrar” a resistência dos legisladores. Presidentes fracos, de outra parte, não teriam outra alternativa senão a de negociar com o Legislativo. Shugart e Carey argumentam nesse sentido na seguinte passagem:

Our examination of the dimensions of presidential power suggests the regimes with great presidential legislative powers are problematic, as are those in which authority over cabinets is shared between assembly and president. On matters of legislation, we suggest that relatively strong assemblies should be associated with more stable and effective government relative to strong presidencies because assemblies serve as arenas for the perpetual fine-tuning of conflicts. [...] The dual democratic legitimacies decried by critics of presidentialism – the claim that no democratic principle exists to resolve conflicts over who better can claim to represent the “will” of the electorate – are minimized to the extent that an assembly is accorded a more powerful role in legislation than is the presi-

dency. Thus presidentialism with a strong congress indeed does afford a democratic principle for the regulation of interbranch conflicts; that principle is that the assembly prevails, subject to a need for compromise with the president. The relatively weaker presidents (those of Costa Rica and the United States, for example), cannot use decree legislative authority to break a “logjam” in congress, as many presidents can do with perfect legality. Thus, a fundamental conclusion is that the criticism of presidential regimes should not be put forward as if all presidencies were created equal; rather, these criticisms apply with greater force to strong presidents (1992, p. 165).

No que se refere aos poderes legislativos do presidente, os autores trabalham, portanto, no interior das premissas estipuladas por Linz (1994). A separação de poderes implica a existência de interesses institucionais diversos. A intensidade com que tais interesses se manifestam varia com a força dos poderes legislativos outorgados ao Executivo. Presidentes fortes lançam mão de seus poderes legislativos para romper os obstáculos postos pelos interesses próprios dos legisladores. O ponto de partida da análise é, portanto, o de que o Legislativo e o Executivo têm – ou devem ter – interesses antagônicos.

Os poderes legislativos do presidente são incorporados à análise sem que se considere a distribuição das preferências. A possibilidade de que os poderes legislativos do presidente possam ser utilizados de acordo com uma lógica partidária não é sequer considerada. A literatura norte-americana, a partir da leitura consagrada das intenções dos idealizadores de sua constituição, expressa nos *Federalist Papers*, assume que a separação de poderes implica, necessariamente, a contraposição de interesses institucionais distintos. Essa suposição depende da inexistência de vínculos en-

tre os detentores de mandato em um e outro poder, suposição negada pelo desenvolvimento dos partidos políticos. Estes, como se sabe, não figuram no modelo desenhado pelos federalistas.

A variação dos poderes legislativos do presidente distingue os tipos de presidencialismo. O efeito da variação positiva dessa variável não é, necessariamente, o de contribuir para a manifestação do conflito institucional latente, contido no princípio da separação dos poderes. Antes, o contrário: quanto maiores os poderes legislativos do presidente, maior o grau de “fusão de poderes” possível sob presidencialismo. As conseqüências dessa “fusão de poderes” para a produção legislativa e para a disciplina partidária podem ser similares às observadas sob parlamentarismo.

Os presidentes podem ter tanto o controle sobre o orçamento como as condições de neutralizar a ação de minorias. Quanto ao primeiro ponto, as análises de Shugart e Carey (1992), complementadas pelos trabalhos reunidos em Mainwaring e Shugart (1997) e de Alesina *et al.* (1998), mostram que a maioria dos presidentes controla as fases mais importantes da elaboração e da execução do orçamento. A prerrogativa exclusiva do Executivo implica o seu contrário: a restrição ao acesso dos parlamentares aos recursos que deveriam mobilizar para a construção dos vínculos pessoais com seus eleitores. Em outras palavras, as constituições presidencialistas mais recentes erigiram barreiras significativas, que impedem os políticos de usarem recursos orçamentários com vistas à construção do “voto pessoal”.

Os chefes de Estado contam ainda com armas para eliminar “pontos de veto” no interior do processo Legislativo. Eles podem forçar a apreciação das matérias de seu interesse por meio do pedido de urgência ou algo similar. O poder de decreto pode ser

considerado sob esta ótica, posto que, nesse caso, a vontade do Executivo tem força de lei imediatamente.

A tendência a analisar o presidencialismo com base no modelo do conflito entre o Executivo e o Legislativo tem levado a um equívoco adicional. Onde e quando os presidentes controlam a produção legislativa, teríamos a manifestação do “decretismo” ou do velho “caudilhismo”, um tipo peculiar de governo que não mereceria o título de democracia-liberal. A preponderância legislativa do Executivo é tomada como a prova da atrofia do poder Legislativo, portanto, da falência da separação de poderes e dos controles mútuos que este formato institucional implica. Governos com tal formato, de acordo com este raciocínio, estariam a um passo da ditadura e, como seria de se esperar, são encontrados na América Latina.

Essa questão merece esclarecimento. Conforme observou com propriedade Huber (1996), por significativos que sejam, os poderes de agenda do Executivo não permitem que este imponha sua vontade à maioria. Nesses termos, para recorrer à terminologia introduzida por Krehbiel (1988), poderes de agenda não conferem poderes positivos. São antes armas da própria maioria, permitindo que esta se estruture e se mantenha unida, contando com uma proteção contra o “canto da sereia” dos ganhos de curto prazo. Em outras palavras, a prerrogativa da iniciativa legislativa confere significativas vantagens estratégicas, que podem ser utilizadas para induzir os membros da coalizão à cooperação (Tsebellis, 1995). Ou seja, as sugestões de Huber permitem estender os modelos de Baron (1998) e de Diermeier e Feddersen (1998) ao presidencialismo, isto é, tomar o controle sobre a agenda legislativa como a base para explicar a disciplina partidária.

Em resumo, o grau de centralização do processo decisório deve ser considerado uma variável independente nas análises institucionalistas. Sua variação independe da variação da forma de governo. De um lado, não é verdade que o gabinete controle a agenda legislativa em todos os governos parlamentaristas. Na medida em que não o fazem, governos parlamentaristas mostram forte tendência a sofrer crises de governabilidade, isso é, do governo se mostrar incapaz de vencer as resistências de minorias encasteladas, por exemplo, em comissões legislativas, como aconteceu na França e na Itália. Em governos presidencialistas, o Executivo pode ter controle sobre a agenda legislativa sem que isto represente, necessariamente, um risco à ordem democrática. A relação entre o presidente e sua base de apoio parlamentar não deve ser interpretada de maneira diversa da que tem lugar em regimes parlamentaristas. O sucesso legislativo dos chefes do Executivo, dos presidentes ou dos primeiros ministros pode ser explicado com base em modelos similares. A referência é a mesma, qual seja, a delegação da maioria.

Conclusão

A agenda de pesquisas neo-institucionalistas não mudou muito ao longo da última década. As variáveis independentes a receber atenção permaneceram as mesmas. No essencial, as conclusões também não se alteraram. A essência da passagem citada na abertura deste artigo, escrita por Cowhey e McCubbins em 1995, é reproduzida na introdução de uma nova coletânea, editada por Haggard e McCubbins em 2001:

This volume is devoted to exploring the effects of political institutions on public policy. A generation of work has shown that

institutions affect various political outcomes. For example, numerous scholars have shown that electoral systems shape the behavior of parties, candidates, and voters. Other scholars have demonstrated that different constitutional structures, such as presidential or parliamentary systems, affect regime stability, accountability, responsiveness, and democratic durability (Haggard e McCubbins, 2001, p. 1.)

Como se vê, os comparativistas permaneceram ocupados com a análise das mesmas variações institucionais identificadas anos antes. Se as instituições importam, para repetir o jargão, basta identificar o que os autores citados acima denominam “estrutura institucional”, a saber, leis eleitorais e forma de governo, para que o analista tenha todas as respostas que procura. Não é de se estranhar que os artigos reunidos neste volume reproduzam os mesmos “achados” revisados e criticados acima.

Como procurei mostrar, a maior parte dessas conclusões não resiste à análise atenta. Em geral, resultados quanto aos efeitos da forma de governo dependem da variação das premissas comportamentais e não das institucionais. Para que as conclusões negativas acerca desta forma de governo se sustentem, é necessário assumir que no presi-

dencialismo os políticos só se interessem por cargos e não se importem com as políticas adotadas. Da mesma forma, os eleitores devem se comportar de maneira míope, dando pouca ou nenhuma atenção às conseqüências de suas decisões no futuro. No que se refere ao efeito das leis eleitorais, as conclusões usuais só se sustentam quando desconsideram o processo decisório ou, pior, tomam-no como uma função direta do imperativo eleitoral. Dadas essas inconsistências, não é de se espantar que, ao longo da década de 1990, a literatura tenha patinado sobre os mesmos temas e achados.

A identificação das variáveis relativas à organização do processo decisório está na origem do movimento institucionalista. Não deixa de ser paradoxal que os comparativistas relegassem essas variáveis ao segundo plano. Procurei mostrar as conseqüências deletérias desse abandono. A organização do processo decisório – seu grau de centralização – afeta diretamente a estrutura de incentivos dos atores políticos, dando base para uma explicação mais consistente para a cooperação entre o Executivo e o Legislativo, assim como para a coesão partidária. Os alegados efeitos da forma de governo e das leis eleitorais são, em geral, subsumidos por aqueles ditados pela centralização do processo decisório.

Notas

1. “O método deste tipo de pesquisa consiste em análises em que as características institucionais são tomadas como exógenas e os postulados comportamentais são fixos e, então, comparar os equilíbrios que são gerados sob os diferentes arranjos institucionais” (Diermeier e Krehbiel, 2002).
2. Se governos minoritários fossem mais instáveis do que os demais, estes dados poderiam não nos dizer muito. No entanto, o quadro não se altera radicalmente quando Strom calcula esta proporção sobre os anos observados: governos minoritários ocorrem em 28,2% dos anos observados.

3. Os indicadores utilizados por Strom, no entanto, não incluem a produção legislativa.
4. Como já mencionado, a amostra de Strom limita-se aos países membros da OECD. Sua discussão se insere no interior de uma literatura que discute a instabilidade de governos parlamentaristas. A instabilidade do regime democrático e a probabilidade de transições não figura entre suas preocupações.
5. Assumindo que este partido seja disciplinado. Ver a discussão do tema mais adiante.
6. Um resumo das posições antipresidencialistas pode ser encontrada na seguinte passagem do influente artigo de Stepan e Skach (1993, p. 17): “A essência do presidencialismo puro é a independência mútua. Desta condição que define (e limita) esta forma de governo, decorrem uma série de incentivos e regras decisórias que, de maneira previsível, encorajam a formação de governos minoritários, desencorajam a formação de coalizões duráveis, maximizam as chances de impasses legislativos, motivam os executivos a desprezarem a constituição e estimulam os membros da comunidade política a, periodicamente, pedir que os militares promovam golpes. Presidentes e legislaturas são eleitos diretamente pelo povo e têm seus próprios e fixos. Esta independência mútua cria a possibilidade de impasses políticos entre o chefe do executivo e o legislativo para o qual não há um mecanismo constitucional capaz de solucioná-lo”. Os argumentos apresentados a seguir são baseados em Figueiredo e Limongi (2000, p. 160).
7. Considere-se a decisão de um partido de direita quanto à sua participação no governo em que o presidente é filiado a um partido de centro e em que o partido de esquerda vem crescendo eleitoralmente nos últimos pleitos. Nesse caso, o fracasso do governo poderia beneficiar a esquerda e é duvidoso que a direita se recuse a participar do governo.
8. Para uma discussão da oposição entre as premissas *office-policy seeking* no contexto da formação de governos, consultar Laver e Schonfield (1990). Cheibub e Limongi (2001) discutem o tema, tomando por referência o contraste presidencialismo/parlamentarismo.
9. Para outros trabalhos empíricos sobre o tema, consultar também Abranches (1988), Amorim Neto (1995) e Meneguello (1998).
10. Para argumentos neste sentido, consultar Shugart e Carey (1992), Jones (1995) e Carey (1997).
11. Na verdade, pode-se considerar que o problema se torna mais agudo sob o bi-partidarismo com partidos disciplinados. Nesse caso, os presidentes minoritários poderiam ser condenados ao fracasso legislativo.
12. Vale notar que este argumento parece contradizer aquele que sustenta a defesa de eleições casadas. Em um caso, acredita-se que as decisões eleitorais quanto aos dois votos de que o leitor dispõe são totalmente independentes, em outro, que são interdependentes.
13. Confundindo a conjuntura vivida com aspectos institucionais, muitos dos argumentos antipresidencialistas resumem as iniciativas presidenciais a medidas impopulares, como cortes de gastos, relacionadas a planos de estabilização e reformas estruturais. Nesses termos, apoiar o governo traria apenas custos eleitorais. Para um exemplo conspícuo desta confusão, consultar Mainwaring (1991b).
14. Ver Figueiredo e Limongi (2000, p. 163) para o desenvolvimento deste argumento.

15. Cabe notar que a distinção partidos fortes-fracos é de natureza diversa da encontrada em Sartori (1968). Neste último caso, a força dos partidos tem por referência os eleitores. Para Sartori, são fortes os partidos em sistemas partidários que forcem os eleitores a convergir para o centro, evitando a radicalização e a polarização política. Ver Limongi (2002) para uma discussão da tipologia de Sartori e sua repercussão sobre o debate político brasileiro.
16. Cabe notar que Cox (1987) explica o surgimento do voto partidário na Inglaterra sem fazer menção às leis eleitorais.
17. Um dos artigos mais influentes na literatura internacional sobre o tema é do Mainwaring (1991a). Este artigo contribuiu decisivamente para cristalizar a interpretação de que as leis eleitorais adotadas pelo Brasil impedem o fortalecimento dos partidos políticos. Para uma crítica desta visão com relação ao Brasil, ver Figueiredo e Limongi (2002).
18. Segundo Di Palma, 75% das leis passadas em cada uma das câmaras foram aprovadas por poder terminativo das comissões (1976, p. 151). É interessante notar que Di Palma não se refira ao fato de o Executivo dispor do poder de decreto. Este também não é mencionado por Cotta (1990). Para análises do uso do poder de decreto na Itália, ver Della Salla e Krepel (1998). Para uma análise comparativa do uso do decreto na Itália e no Brasil, ver Figueiredo e Limongi (1991).
19. Segundo os autores, a outra dimensão fundamental para a variação no interior do presidencialismo é dada pelo calendário eleitoral, mais precisamente, pela proximidade entre as eleições presidenciais e as legislativas. Nesse aspecto, os autores preocupam-se com a redução do número de partidos e, concomitantemente, com as condições que levam o partido presidencial a controlar a maioria das cadeiras no Legislativo.

Bibliografia

- Abranches, Sérgio.
1988 "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". *Dados*, 1, pp. 5-33.
- Alesina, Alberto; Hausmann, Ricardo; Hommes, Rudolf & Stein, Ernesto.
1998 "Budget institutions and fiscal performance in Latin America". *Working Papers Series*, 394, Inter-American Development Bank.
- Amorim Neto, Octavio.
1995 "Cabinet formation and party politics in Brazil". Trabalho apresentado no XIX Congresso da Latin American Studies Association, Atlanta.
- Andrews, William G.
1978 "The constitutional prescription of parliamentary procedures in Gaullist France". *Legislative Studies Quarterly*, III (3).
- Baron, David P.
1998 "Comparative dynamics of parliamentary government". *American Political Science Review*, 92: 593-610.

- Bowler, S.; Farrell, D. M. & Katz, R. S.
 1999 *Party discipline and parliamentary government*. Columbus, Ohio State University.
- Cain, Bruce; Ferejohn, John & Fiorina, Morris.
 1987 *The personal vote: constituency service and electoral independence*. Cambridge, Harvard University Press.
- Cheibub, José Antonio.
 1998 "Elections and alternation in power in democratic regimes". Trabalho apresentado na Annual Meeting American Political Science Association, Boston.
 2002 "Minority governments, deadlock situations, and the survival of presidential democracies". *Comparative Political Studies*, 35 (3): 284-312.
- Cheubub, José Antonio & Limongi, Fernando.
 2002 "Democratic institutions and regime survival: parliamentary and presidential democracies reconsidered". *Annual Review of Political Science*, 5: 151-179.
- Cheibub, José Antonio; Przeworski, Adam & Saiegh, Sebastian.
 2002 "Governos de coalizão nas democracias presidencialistas e parlamentaristas". *Dados*, 45 (2): 187-218.
- Carey, John M.
 1997 "Democratization and neo-institutional analysis, in Larry Diamond (org.), *Consolidating the third wave democracies*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- Carey, John M. & Shugart, Matthew S.
 1995 "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas". *Electoral Studies*, 14.
 1998 *Executive decree authority*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cotta, Maurizio.
 1990 "The 'centrality' of parliament in a protracted democratic consolidation", in U. Liebert e Maurizio Cotta (eds.), *Parliament and democratic consolidation in Southern Europe*, Londres, Pinter, pp. 55-91.
- Cox, Gary W.
 1987 *The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cowhey, Peter F. & McCubbins, Matthew D. (eds.).
 1995 *Structure and policy in Japan and the United States*. Nova York, Cambridge University Press.
- Crowe, Edward W.
 1980 "Cross-voting in the British House of Commons: 1945-1974". *The Journal of Politics*, 42.
- Damgaard, Erik.

- 1994 "Termination of Danish Government coalitions: theoretical and empirical aspects". *Scandinavian Political Studies*, 17 (3) :193-211.
- Deheza, Grace Ivana.
1998 "Gobiernos de coalición en el sistema presidencial: América del Sur", in Dieter Nohlen e Mario B. Fernández, *El presidencialismo renovado: instituciones y cambio político en América Latina*, Venezuela, Nueva Sociedad.
- Della Sala, Vincent & Kreppel, Amie.
1998 "Dancing without a lead: legislative decrees in Italy", in John M. Carey e Matthew S. Shugart, *Executive decree authority*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Diermeier, Daniel. & Feddersen, Timothy. J.
1998 "Cohesion in legislatures and the vote of confidence procedure". *American Political Science Review*, 92: 611-622.
- Diermeier, Daniel. & Krehbiel, Keith.
2002 "Institutionalism as a methodology". Mimeo.
- Di Palma, Giuseppe.
1976 "Institutional rules and legislative outcomes in the Italian Parliament". *Legislative Studies Quarterly*, 1 (2).
- Elklit, Jorgen.
1999 "Party behaviour and the formation of minority coalition governments: Danish experiences from the 1970s and 1980s", in Wolfgang Muller e Kaare Strom, *Policy, office or votes?*, Nova York, Cambridge University Press.
- Figueiredo, Argelina. C. & Limongi, Fernando.
1998 "Institutional legacies and accountability: executive decrees in Brazil and Italy". Trabalho apresentado na Conference on Confronting Non-Democratic Legacies During Democratic Deepening, Latin America and Southern Europe, Buenos Aires.
2000 "Presidential power, legislative organization and party behavior in the legislature". *Comparative Politics*, 32: 151-170.
2002 "Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária". *Dados*, 45 (2): 303-344.
- Fiorina, Morris P.
1989 *Congress: keystone of the Washington Establishment*. 2 ed., Yale University Press.
- Frears, John. R.
1981 "Parliament in the Fifth Republic", in Willian G. Andrews e Stanley Hoffmann, *The impact of the Fifth Republic on France*, Nova York, State University of New York Press.
- Haggard, Stephan. & McCubbins, Mathew.
2001 "Introduction: political institutions and the determinants of public policy", in Stephan Haggard e Mathew D. McCubbins (eds.), *Presidents, parliaments, and policy*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Herman, Valentine & Mendel, Françoise.
 1976 *Parliaments of the world: a reference compendium*. Londres, Inter-Parliamentary Union/De Gruyter.
- 1986 *Parliaments of the world: a reference compendium*. Berlim/Noba York, Inter-Parliamentary Union.
- Huber, John D.
 1996 *Rationalizing parliament*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Jones, Mark P.
 1995 *Electoral laws and the survival of presidential democracies*. Notre Dame Ind., Notre Dame University Press.
- Keeler, John T. S.
 1996 "Presidents, premiers, and models of democracy in France", in John T. S. Deeler e Martin A. Schain, *Chirac's challenge: liberalization, europeanization, and malaise in France*, Nova York, St. Martin's Press.
- Kriebhel, Keith.
 1988 "Spatial models of political choice". *Legislative Studies Quarterly*, 8: 259-319.
- Laver, Michael J. & Schonfield, Norman.
 1990 *Multiparty government: the politics of coalition in Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- Limongi, Fernando.
 2002 "Debate institucional e democracia no Brasil: o problema do sistema partidário" in Renato Persinotto e Mário Fuks (orgs) *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp 55-72.
- Linz, Juan.
 1994 "Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference?", in Juan Linz e Arturo Valenzuela (eds.), *The failure of presidential democracy: the case of Latin America*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, pp. 3-87.
- Lowenberg, Gerhard & Patterson, Samuel C.
 1979 *Comparing legislatures*. Boston, Little Brown.
- Mainwaring, Scott.
 1991a "Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective". *Comparative Politics*, 24 (1): 21-43, out. Versão para o português: (1991), "Políticos, partidos e sistemas eleitorais". *Novos Estudos Cebrap*, 29: pp 34-58, mar.
 1991b "Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil". *Lua Nova*, 28 (29): 21-74.
- Mainwaring, Scott & Shugart, Mathew (eds.).
 1997 *Presidentialism and democracy in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.

- Mayhew, David R.
1974 *Congress: the electoral connection*. New Haven, Yale University Press.
- Meneguello, Rachel.
1998 *Partido e governo no Brasil contemporâneo, 1985-1997*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Morlino, Leonardo.
1998 *Democracy between consolidation and crises*. Oxford, Oxford University Press.
- Przeworski, Adam; Alvarez, Michael; Cheibub, José & Limongi, Fernando.
2000 *Democracy and development*. Nova York, Cambridge University Press.
- Rose, R.
1986 *British MPs: more bark than bite?*, in Erza N. Suleiman (ed.), *Parliaments and parliamentarians in democratic politics*, Nova York, Holmes & Meier.
- Santos, Wanderley G. dos.
1986 *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice.
- Sartori, Giovanni.
1968 "Political Development and Political Engineering." In J. D. Montgomery e A. O. Hirschman, (eds.), *Public Policy*, Cambridge, Mass, Harvard University Press, vol. 17, pp. 261-298.
- Shepsle, Kenneth. & Bonchek, Mark.
1997 *Analysing politics: rationality, behavior and institutions*. Nova York, W. W. Norton.
- Shepsle, Kenneth. & Weingast, Barry.
1984 "Legislative politics and budget outcomes", in Gregory B. Mills e John L. Plamer (eds.), *Federal budget policy in the 1980s*, Washington, The Urban Institute.
- Schwarz, John E.
1980 "Exploring a new role in policy making: the British House of Commons in the 1970s". *The American Political Science Review*, 74.
- Shugart, Mathew S. & Carey, John.
1992 *Presidents and assemblies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Siavelis, Peter M.
2001 "Chile: las relaciones entre el poder ejecutivo y el poder legislativo después de Pinochet", in Jorge Lanzaro (compilador), *Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas em America Latina*, Buenos Ayres, Clacso.
- Stepan, Alfred. & Skach, C.
1993 "Constitutional frameworks and democratic consolidation: parliamentarism versus presidentialism". *World Politics*, 46: 1-22.
- Stone, Alec.
1996 "Constitutional politics and malaise in France", in John T. S. Keeler e Martin A. Schain, *Chirac's challenge: liberalization, europeanization, and malaise in France*, Nova York, St. Martin's Press.

- Strom, Kaare.
1985 “Party goals and government performance in parliamentary democracies”. *American Political Science Review*, 79.
1990 *Minority government and majority rule*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Tsebellis, George.
1995 “Decision making in political system: veto players in presidentialism, parliamentarism, multicameralism, and multipartism”. *British Journal of Political Science*, 25: 304. Versão em português (1997), “Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (34).

- Artigo recebido em novembro/2002
- Aprovado em março/2003

Resumo

Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório

O neo-institucionalismo aplicado à política comparada resumiu-se à ênfase nos efeitos postos em marcha pela forma de governo e/ou pelas leis eleitorais. A fusão ou a separação dos poderes passou a ser invocada como uma espécie de “primeiro princípio” a partir do qual seria possível deduzir o funcionamento de todo o sistema político: a probabilidade de crises, a disciplina partidária etc. Análises centradas no efeito da variação das leis eleitorais tomam formato similar, isto é, o funcionamento do sistema político é deduzido a partir do controle exercido pelos líderes partidários sobre as chances eleitorais dos políticos. O objetivo deste artigo é o de oferecer uma revisão crítica desses argumentos. Enfatizo os mecanismos invocados para explicar a variação da *performance* de regimes democráticos. Do ponto de vista propriamente positivo, na última seção do trabalho sublinho a importância do grau de centralização/descentralização do processo decisório. Argumento que essa variável não vem merecendo a atenção devida.

Palavras-chave: Democracia; formas de governo; leis eleitorais; processo decisório.

Résumé

Formes de gouvernement, lois électorales et processus décisionnel

Le néo-institutionnalisme appliqué à la politique comparée s’est résumé à l’importance des effets mis en marche par la forme de gouvernement et/ou par les lois électorales. La fusion et la séparation des pouvoirs est désormais invoquée en tant qu’une espèce de “premier principe” à partir duquel il serait possible de déduire le fonctionnement de tout le système politique : la probabilité des crises, la discipline politique, etc. Des analyses centrées dans l’effet de variation

des lois électorales adoptent un format similaire, c'est-à-dire, le fonctionnement du système politique est déduit à partir du contrôle exercé par les dirigeants des partis sur les chances électorales des politiciens. L'objectif de cet article est d'offrir une révision critique de ces arguments. L'accent est mis sur les mécanismes invoqués pour expliquer la variation de la *performance* de régimes démocratique. Du point de vue positif, l'importance du degré de centralisation/décentralisation du processus décisionnel est mise en évidence dans la dernière partie du travail. Nous soutenons que cette variante ne reçoit pas l'attention qui lui est due.

Mots-clés: Démocratie ; formes de gouvernement ; lois électorales ; processus décisionnel.

Abstract

Forms of Government, Party Legislation, and the Decision Process

The so-called *neo-institutionalism* applied to compared politics has focus its attention on the emphasis put into effect by the forms of government and/or the electoral legislation. Either the fusion or the separation of powers was then evoked as some kind of "primary principle" from which the entire political system would be understood: crisis probability, party discipline, etc. The analysis centered on the effect of the electoral legislation variations takes similar shape, i.e., the running of the political system is traced from the control exerted by party leaders over the electoral chances of politicians. This paper aims at offering a critical review on such arguments. It emphasizes the process invoked to explain the variation of the so-called *performance* of the democratic regimens. It also points out, in the last section, the importance of the level of centralization/decentralization on the decision process, variable that hasn't received considerable attention in spite of its importance.

Key words: Democracy; forms of government; electoral legislation; decision process.

A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: Uma Breve História *cum* Estudo Bibliográfico

João Feres Jr.

Introdução

Ao contrário do que postulam alguns “metodólogos” ilustres das ciências sociais contemporâneas (King, 1994), não há tema que seja intrinsecamente interessante. Muito pelo contrário, parece razoável supor que a quantidade de estudos acadêmicos sobre um determinado assunto quase sempre é diretamente proporcional à intensidade de demandas e interesses daqueles que cientista político Peter Evans chamou de “clientes e patrocinadores” do trabalho acadêmico (Kohli, Evans *et al.*, 1996). Esse parece ser o caso das ciências sociais, tão fortemente permeadas que são pelos debates políticos, legais, morais e econômicos dentro de uma dada sociedade. Como pretendemos mostrar aqui, esse certamente é o caso do esforço de estudo sociocientífico da América Latina empreendido em meios acadêmicos dos Estados Unidos da América, que daqui para frente passaremos a chamar simplesmente por seu nome em inglês: *Latin American studies*.¹

O objetivo deste artigo não é o de fornecer uma análise dos trabalhos substantivos produzidos pelos *Latin American studies*, mas sim de reunir em um só estudo bibliográfico as obras principais que tratam, direta ou indiretamente, de sua consolidação institucional. Devido à sua natureza, o estudo proposto também serve de guia para a literatura secundária dos *Latin American studies*, uma

vez que parte considerável das obras citadas pertence a essa categoria. Em termos gerais, pretendemos contribuir para o crescimento e a sofisticação do estudo crítico do conhecimento sobre o Brasil e os brasileiros produzido em ambientes acadêmicos estrangeiros, mormente nos Estados Unidos – país que é líder mundial na produção de conhecimento sociocientífico sobre outras sociedades. Os *Latin American studies* são o espaço institucional dentro do qual o Brasil é estudado nos Estados Unidos. Ademais, o vasto “conhecimento” produzido naquele país sobre a América Latina como um todo também é projetado, ou estendido, sobre nós.

Se a tese de que as ciências sociais dependem de estímulos externos (extra-acadêmicos) para crescer e frutificar é correta, estudos bibliográficos se enriqueceriam muito se a análise pudesse de alguma maneira levar em consideração esses estímulos. Para que isso seja feito de maneira mais clara, optamos por apresentar as bibliografias em meio a uma narrativa histórica linear – procedimento que também visa a tornar a leitura menos tediosa.

***Latin American Studies* antes da Consolidação**

Segundo alguns autores da literatura secundária, os *Latin American studies* tiveram início entre o final do século XIX e o início

do século XX (Martz, 1971; Johnson, 1985; Berger, 1995). Essa informação deve, contudo, ser matizada, dado que os *Latin American studies* não existiam à época como instituição. Isto é, entre outras coisas, não havia uma comunidade acadêmica de especialistas profissionais nem um público de estudiosos. Como informa o próprio Berger, os poucos trabalhos produzidos no início do século XX eram escritos por diletantes, em sua maioria viajantes e militares, e se dirigiam a um público também formado por diletantes. Ademais, vale a pena lembrar que, naquela época, o termo “América Latina” não havia sequer sido plenamente incorporado ao vocabulário da língua inglesa.²

Mesmo deixando o rigor onomástico de lado e considerando apenas o aspecto semasiológico dos conceitos, o termo irmão, *Spanish America* (América Espanhola), não recebeu um tratamento diferente. Nossa consulta ao catálogo da Biblioteca do Congresso de Washington, sede da maior coleção de obras sobre a América Latina nos Estados Unidos, mostrou que, anteriormente a 1900, nenhuma obra contendo o termo *Latin America* em seu título foi publicada em inglês. O resultado para *Spanish America* é similar: apenas seis livros, e nenhum com viés acadêmico.

Um passo importante para a criação de um espaço acadêmico para os *Latin American studies* foi dado com o lançamento da *Hispanic American Historical Review* (HAHR) em 1918, o qual contou com o apoio de fundações privadas, principalmente a Carnegie Foundation, e do então presidente Woodrow Wilson.³ Contudo, esse periódico não garantiu por si só a profissionalização do estudo sociocientífico da América Latina. Como notam Berger e Johnson, os acadêmicos americanos que escreveram sobre a América Latina no período que precedeu a Segunda Guerra Mun-

dial tinham, em sua maioria, interesses acadêmicos diversos, isto é, não eram especialistas na área. Ademais, as ciências sociais tinham um papel exíguo nessa literatura. Uma análise ligeira de toda a produção da revista nesse mesmo período mostra uma forte predominância de artigos de história, sobretudo de história diplomática. Em consequência desse viés disciplinar, os textos são altamente descritivos e apresentam pouca ou nenhuma elaboração teórica.⁴ Mesmo os raros artigos de ciência política publicados na revista durante o período (por exemplo, Clevon, 1921; Lima, 1922) se atêm à análise formal de constituições e leis – uma modalidade de ciência política que entrou em declínio com a revolução behaviorista dos anos de 1950 (Gunnell, 1988). É de se esperar que uma revista que se chame *Hispanic American Historical Review* publique predominantemente artigos de história. Entretanto, não podemos esquecer que essa revista foi por quase meio século a única revista acadêmica dedicada ao estudo da “América Latina”.

Em um comentário breve sobre o estado dos *Latin American studies*, feito na ocasião em que recebeu o prêmio Kalman Silvert da Latin American Studies Association (Lasa), Johnson diz que, em 1946, não havia nos Estados Unidos sequer meia-dúzia de latino-americanistas nas disciplinas de antropologia, geografia ou literatura, e um número ainda menor em ciência política, economia e sociologia. Logo em seguida, o autor faz o seguinte comentário sobre a literatura de sua disciplina: “Os livros-texto de história eram verdadeiramente abomináveis, em sua maioria incrivelmente tediosos, amontoados de fatos ou de coisas que se faziam passar por fatos” (Johnson, 1984).⁵

Essa situação não mudou significativamente após a guerra. Nos parágrafos iniciais de seu *Governments of Latin America*, o pro-

fessor da disciplina “Governo e Cidadania” da Universidade do Novo México, Miguel Jorrín, declara:

Quando comecei a escrever esse livro, não havia para a área um só texto em inglês. A única obra de valor para estudantes e professores era a excelente compilação de constituições Latino-americanas feita pelo professor Fitzgibbon (Jorrín, 1953, p. vii).

Ou seja, o livro de Fitzgibbon, *The Constitutions of the Americas, as of January 1, 1948* (1948) tem um enfoque similar ao dos artigos de ciência política publicados na *HAHR* antes da guerra. Ironicamente, o livro de Jorrín está longe de ser uma exceção, pois contém vários capítulos sobre as leis e as constituições dos países latino-americanos, alternados com passagens sobre a história desses países.

Corroborando o diagnóstico de Jorrín em tons mais dramáticos, John Martz classifica o estado dos *Latin American studies* no período anterior à guerra como lastimável (1971, p. 75) – afirmação reiterada por Mark Berger (1995, p. 31). Em sua contribuição à literatura secundária, Rosendo A. Gomez nota que, no período de 1920 a 1945, os cientistas políticos (americanos) produziram, em média, um artigo acadêmico por ano sobre a América Latina (Gomez, 1967). Mesmo escrevendo durante o *boom* dos *Latin American studies*, em meados dos anos de 1960, o cientista político Kalman H. Silvert ainda reclamava da dominância da disciplina de história na área, notando que muitos dos acadêmicos que escreviam sobre a política da América Latina eram de fato historiadores – uma seqüela do estado de coisas que precedeu à profissionalização e à institucionalização repentina na área (Martz, 1965, p. 1). Richard Morse vai além, em 1964, ao chamar a produção dos

Latin American studies de “penduricalho vagamente ridículo de uma falcatrua político-comercial” (Morse, 1964).

Voltando à questão levantada no começo dessa seção, podemos dizer que a datação oferecida por Berger, Martz e Johnson é baseada em uma definição um tanto frouxa do que seja *Latin American studies*. Ao nosso ver, anteriormente à guerra, quando o estudo da América Latina era feito por meia dúzia de acadêmicos espalhados pelo território americano, não se podia falar em *Latin American studies* propriamente ditos. Esses só se consolidaram de fato com a criação de programas de estudo, cursos, centros de pesquisa, revistas especializadas, linhas editoriais, conferências, associações de estudiosos e linhas de financiamento públicas e privadas. Somente com essa infra-estrutura institucional é que abordagens, teorias e literaturas sociocientíficas sobre a América Latina puderam ser elaboradas. Essa realidade não existia antes da guerra e passou a existir depois dela. Porém, esse processo não se deu de modo paulatino e contínuo. Como veremos na próxima seção, a Segunda Guerra Mundial não foi o evento mais marcante a propiciar a consolidação dos *Latin American studies*.

A Guerra Fria e os *Latin American Studies*

A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial possibilitou uma expansão sem precedentes do poder e da influência internacional dos Estados Unidos. O novo papel de superpotência mundial criou, de pronto, uma enorme demanda por conhecimento especializado a respeito de países e regiões do mundo com os quais o país tinha pouco ou nenhum contato prévio. O começo quase imediato da Guerra Fria tornou essa demanda por competência em assuntos internacionais ainda mais urgente. Mesmo encontran-

do resistência em setores mais conservadores da sociedade americana – que entendiam a importância do apoio à pesquisa em ciências exatas para fins bélicos e produtivos, mas desconfiavam da utilidade política do saber gerado pelas ciências sociais – o Estado americano acabou por apostar na formação de quadros competentes em ciências sociais por meio do financiamento maciço do sistema universitário (Ball, 1989 e 1993). As fundações privadas rapidamente aderiram às políticas de expansão do sistema universitário, criando linhas de financiamento para a pesquisa em ciências naturais e sociais.⁶ O crescimento vertiginoso dos estudos de área (*area studies*) no pós-guerra deve ser entendido como um produto desse esforço (Wallerstein, 1997). Ainda que algumas regiões e países do mundo tenham sido objeto de estudos acadêmicos no período entre guerras, somente durante a Guerra Fria os estudos de área alcançaram um alto nível de profissionalização e organização institucional. No início dos anos de 1950, já havia 29 programas acadêmicos de estudos de área no país. Dez anos depois, eles eram mais de cem (Novick, 1988).

Como era de se esperar, os recursos para o financiamento dos estudos de área foram distribuídos de acordo com as prioridades geopolíticas do dia. Mas quais eram essas prioridades? Durante a década e meia que se seguiu ao fim da guerra, os articuladores da política externa americana achavam que o grau de infiltração comunista na América Latina era, em geral, baixo, concluindo que a região estava razoavelmente a salvo do “perigo vermelho”. Essa avaliação refletiu-se no nível de ajuda externa transferida aos países latino-americanos no período. De 1945 a 1955, a região inteira recebeu somente 2% do total de recursos transferidos pelos Estados Unidos para outros países, a título de ajuda externa para fins não-militares. Durante o mesmo período, os recursos destina-

dos à Europa Ocidental totalizaram 19 bilhões de dólares – quase dois bilhões por ano (Bethell, 1991). No outro *front* da Guerra Fria, no mesmo período, a Coreia do Sul recebeu sozinha mais fundos do que a América Latina inteira (Chiro, 1986). A orientação geral dessa política era dar recursos diretamente às áreas que estavam, segundo a avaliação dos *policymakers* americanos, sob ameaça direta do comunismo, e deixar as áreas menos ameaçadas abertas à iniciativa privada do país.

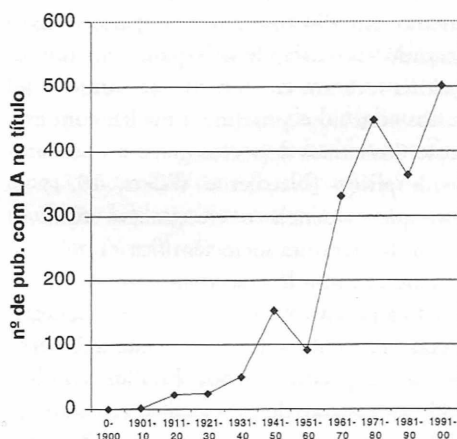
O lugar marginal ocupado pela América Latina na agenda da Guerra Fria era refletido pela quantidade de produção de conhecimento acadêmico sobre essa região. Robert A. McCaughey relata que, enquanto em 1951 30% das teses de doutorado em estudos de área eram relacionadas à região, em 1961 esse número havia caído para 18%, ao passo que no mesmo período as dissertações sobre o Sudeste Asiático subiram de 25% para 33% do total (McCaughy, 1984). Não devemos nos impressionar com os 30% de 1951, pois, como vimos, devido ao pequeno número de programas de estudos de área na época, o número absoluto de teses sobre a América Latina era deveras pequeno. Some-se a isso o fato de que, considerando o longo tempo de gestação de teses de doutorado, grande parte desses trabalhos devem ter sido iniciada antes da guerra, ainda no período da Good Neighbor Policy de Franklin D. Roosevelt, quando o intercâmbio cultural entre Estados Unidos e América Latina recebeu algum incentivo por parte do governo americano.

A tendência de decréscimo do interesse americano pela América Latina durante os anos de 1950 pode ser notada claramente no estudo bibliográfico que fizemos no acervo da Biblioteca do Congresso de Washington.⁷ Os resultados estão expressos na Tabela 1.

Tabela 1

| Década | N. de Publicações |
|-----------|-------------------|
| 0-1900 | 0 |
| 1901-1910 | 2 |
| 1911-1920 | 23 |
| 1921-1930 | 25 |
| 1931-1940 | 50 |
| 1941-1950 | 155 |
| 1951-1960 | 91 |
| 1961-1970 | 328 |
| 1971-1980 | 450 |
| 1981-1990 | 361 |
| 1991-2000 | 502 |

Gráfico 1
Representação Gráfica do número
de publicações



Podemos constatar no Gráfico 1 o declínio da produção bibliográfica sobre a América Latina durante a primeira década do pós-guerra, mas o que mais chama a atenção é a inflexão abrupta da curva por volta da passagem da década de 1950 para a de 1960. Qual o motivo dessa inflexão? De maneira resumida podemos dizer foi a promoção da

América Latina para o *status* de alta prioridade na geopolítica americana da Guerra Fria. Os fatos que contribuíram para esse desfecho são bem conhecidos. Alguns autores citam o lançamento do satélite soviético Sputnik como um fator importante para a consolidação de uma percepção nos Estados Unidos de que a partir daquele instante o inimigo soviético havia atingido um alcance global. Em verdade, o Sputnik contribuiu concretamente para a aprovação, em 1958, do National Defense Education Act pelo congresso americano, o que aumentou vertiginosamente o financiamento público da educação e da pesquisa acadêmica naquele país.⁸ A seção desse ato conhecida como *Title IV* já previa a promoção do estudo de línguas latino-americanas e a criação de programas de estudos de área nas universidades.

Outros autores citam a viagem que o vice-presidente americano, Richard Nixon, empreendeu por alguns países latino-americanos em 1958 como um fator decisivo para uma reavaliação, por parte da *intelligentsia* americana, do nível de infiltração comunista no “continente” latino-americano. Nixon começou pelo sul, com uma discussão acalorada com estudantes uruguaios, passou pela Argentina e recebeu duras críticas da imprensa daquele país por ter chegado atrasado à posse do presidente Arturo Frondizi, foi hostilizado por estudantes em Lima, e, finalmente, acossado por uma massa de manifestantes em Caracas, os quais atacaram sua limusine com paus, pedras e saliva. Em seu retorno a Washington, Nixon foi saudado por uma pequena multidão de funcionários públicos, dispensados do trabalho para aquele fim, que brandia faixas com dizeres como “Lembre-se do Maine” e “Não dê tréguas a esses vermelhos” (Schoultz, 1998).

¡Que Viva Cuba!

Por mais significativos que tenham sido o lançamento do Sputnik e a viagem mal-sucedida de Nixon, nada foi tão importante quanto a Revolução Cubana (1959) para a transformação da América Latina em área de prioridade máxima da Guerra Fria. A transferência de recursos dos Estados Unidos para a região aumentou de maneira vertiginosa depois da revolução. Segundo Carrie A. Meyer, em 1964 essa transferência a título de ajuda (*Aid*) atingiu um valor total nove vezes maior do que o de 1955 (Meyer, 1999). Entre outras iniciativas, o presidente americano John F. Kennedy lançou, em 1962, a Aliança para o Progresso, que prometia investir um total de 20 bilhões de dólares na América Latina em um período de dez anos (Levinson e Onís, 1970; Latham, 1998).¹⁰

Como mostra a curva, a produção bibliográfica sobre a América Latina seguiu o aumento repentino e intenso do interesse estratégico na área. Esse crescimento não se deu sob um vácuo institucional; muito pelo contrário, já em 1959 o American Council of Learned Societies¹¹ e o Social Science Research Council¹² criaram o Joint Committee on Latin American studies (Comitê Conjunto para o Estudo da América Latina),¹³ objetivando, segundo sua ata de criação, melhorar a comunicação entre os interessados na América Latina, planejar projetos acadêmicos futuros e administrar fundos de pesquisa.¹⁴ O comitê passou também a receber ajuda financeira da Ford Foundation, da Carnegie Corporation e do Council on Higher Education in the American Republics (cf. Johnson, 1964). Em 1966, sob os auspícios do Joint Committee on Latin American studies e da Hispanic Foundation¹⁵, foi fundada a Latin America Studies Association (Lasa), instituição que em pouco tempo passou a congrega a imensa maioria dos estu-

diosos da área. Logo em seu primeiro ano de funcionamento, a Lasa lançou a *Latin America Research Review*, periódico que em pouco tempo se tornaria a publicação *mainstream* da área, substituindo assim a *HAHR*, que, com a ascensão das ciências sociais, passou a ser uma revista mais especializada em história da América Latina.¹⁶

Os números da Tabela 1 agregam todos os tipos de publicação e, portanto, não distinguem a participação da literatura sociocientífica no total. Ou seja, o crescimento dessa literatura pode ser somente *inferido* dos dados. Contudo, estudos como o de Martin C. Needler e Thomas W. Walker corroboram essa inferência. Ao computar as instituições de ensino superior no país que ofereciam cursos sobre a América Latina, os autores notaram que, enquanto em 1949 e em 1958 o número de tais instituições era praticamente o mesmo, em 1969 ele havia dobrado. Considerando as disciplinas separadamente, a maioria teve um crescimento no número de cursos oferecidos próximo à média, com exceção dos cursos de sociologia, cujo número quadruplicou (Needler e Walker, 1971) – fato que evidencia o crescimento relativo maior da literatura sociocientífica em relação a matérias como línguas e história.

O aumento da participação das ciências sociais no total da literatura sobre a América Latina produzida nos Estados Unidos pode ser constatado pela análise do catálogo mais completo de acompanhamento da produção bibliográfica da área: o *Handbook of Latin American studies*. Por exemplo, tomemos o *Handbook*, nº 16 (1968), o qual cobre o material publicado em 1950. A primeira característica do material organizado que salta à vista é o número diminuto de títulos em inglês. O *Handbook* resenha trabalhos escritos em qualquer língua, de qualquer parte do globo, sobre a América Latina em geral ou qualquer um de seus países e re-

giões. A grande maioria das publicações resenhadas nessa edição foi produzida em países da América Latina. A organização do material segue uma divisão por disciplinas. Contudo, as únicas disciplinas representadas são: antropologia, economia, educação, geografia, *govern* e história. A sociologia sequer aparece como parte dos *Latin American studies*. Não há propriamente ciência política, mas “estudos de governo”. Enquanto os trabalhos de história ocupam 59 páginas da edição, os de “estudos de governo” ficam com apenas sete. Ademais, sob esse item são listados apenas dois trabalhos em inglês: um manual bibliográfico com referências às organizações governamentais de sete países (México, Colômbia, Peru, Guatemala, Chile, Cuba e Uruguai) e o artigo coletivo “Pathology of democracy in Latin América” (Pierson, 1950), esse sim um texto pioneiro, por ser verdadeiramente socio-científico.¹⁷ Os trabalhos de antropologia listados pertencem exclusivamente às áreas de arqueologia e antropologia indígena. Em suma, as ciências sociais produzidas nos Estados Unidos têm uma participação pífia na produção bibliográfica compilada nesse número do *Handbook*.

Agora, passemos ao *Handbook*, nº 26 (1968), que cobre o material publicado de 1961 a 1963. Em sua nota introdutória, o editor, Earl J. Pariseau, avisa que, após 29 anos sendo publicado sob o mesmo formato, o *Handbook* passará, a partir daquela edição, por uma reestruturação que visa a acompanhar o crescimento e a mudança de perfil das publicações na área. Isso se faz necessário porque, segundo informa Pariseau:

Especialmente nos últimos cinco anos, a América Latina tornou-se um foco considerável de atenção, o que tem acarretado uma demanda por conhecimento sobre todas os aspectos da vida econômica, social, política

e cultural das repúblicas, individualmente, e também da área como um todo. Por sua vez, isso contribuiu em muito para o crescimento do mercado editorial dos *Latin American studies* nos Estados Unidos, na América Latina e, de maneira menos intensa, na Europa (The Hispanic Foundation in the Library of Congress, 1968, p. ix).

Essa nota foi redigida em 1964, portanto, cinco anos após a Revolução Cubana, a qual Pariseau graciosamente deixa de citar. Entretanto, ele admite que esse novo impulso para a produção de conhecimento sobre a América Latina se assenta sobre “nossos interesses nacionais”. Também interessante é o tipo de mudança estrutural efetivada no *Handbook*. As “disciplinas” foram divididas em dois grupos: humanidades (arte, história, línguas, literatura, música e filosofia) e ciências sociais (antropologia, economia, educação, geografia, governo e relações internacionais, direito e sociologia). Cada grupo recebeu uma edição exclusiva, ou seja, de uma situação de relativa insignificância em 1950, as ciências sociais passaram a ter uma edição bianual inteira do *Handbook* exclusivamente dedicada a elas.

Um dos trabalhos que atestam de maneira definitiva o crescimento da produção dos *Latin American studies* nos anos de 1960 é “Latin American doctoral dissertations of the 1960s”, de Nelly S. González (1983) – artigo no qual a autora apresenta informações quantitativas e qualitativas baseadas em dados coligidos de trabalhos bibliográficos anteriores (Bushong, 1967; González, 1980).¹⁸ González informa que, na década de 1960, um total de 3.355 teses de doutorado sobre tópicos relativos à América Latina foram defendidas em uma amostra de 152 universidades americanas e canadenses. Desse total, 842 foram aprovadas na primeira metade da década, enquanto o restante, 2.513

teses, foi defendido no último quinquênio. Essa disparidade é um produto direto do crescimento do investimento e da proliferação dos *Latin American studies* na América do Norte durante a década em questão. O crescimento do número de teses defendidas foi contínuo durante todos os anos da década: de 117 teses, em 1961, a 689, em 1970. Segundo González, só na década de 1960 a academia americana produziu 3.355 teses de doutorado sobre a América Latina, superando o total de 2.710 teses produzidas nos cem anos anteriores. Devemos ressaltar que esses números elevados se explicam pelo critério extremamente abrangente adotado pela autora, que considera qualquer tese, em qualquer disciplina, a respeito de algum aspecto referente à América Latina, uma tese de *Latin American studies*, incluindo aí trabalhos de ciências naturais.¹⁹

González também classifica a produção de teses de acordo com as disciplinas, que são agrupadas sob as categorias de humanidades, ciências sociais e ciências naturais. Segundo os dados fornecidos pela autora, já na década de 1960, as ciências sociais passaram a liderar a produção acadêmica dos *Latin American studies*, com um total de 1.804 dissertações contra 1.001 das humanidades e 550 das ciências naturais. A história, classificada dentro das humanidades, foi entre todas a disciplina de maior produção, com 464 teses.²⁰ Nas ciências sociais, a economia (450), a ciência política (304), a antropologia (297) e a sociologia (187) lideraram a lista.²¹

Uma das informações mais interessantes da contribuição de González diz respeito não ao crescimento absoluto da produção dos *Latin American studies*, mas ao seu desempenho em relação aos outros estudos de área. Foram 3.355 teses contra 2.789 sobre a Ásia, 1.465 sobre a África, 1.182 sobre o Leste Europeu e 924 sobre o Oriente Médio. Essa superioridade numérica é significa-

tiva, dado que à época a guerra do Vietnã já estava em curso.

Da década de 1960 aos dias de hoje, os *Latin American studies* continuam a crescer — como o Gráfico 1 parece confirmar —, apesar das críticas recentes advindas tanto dos partidários da escolha racional como dos entusiastas da globalização. Os primeiros acusam os estudos de área de falta de cientificismo (Bates, 1997; Bates, 1997; Shea, 1997, p. 509), mas recebem de troco, dos especialistas de área, o argumento de que o tipo de informação qualitativa produzido por seus estudos tem utilidade nacional e não pode ser produzido por meio dos métodos quantitativos esposados por seus críticos (Johnson, 1997). Outra frente de crítica partiu das instituições financiadoras de pesquisa. Alguns de seus dirigentes argumentaram que, por serem concebidos segundo a geopolítica da Guerra Fria, os estudos de área não eram adequados para a produção de conhecimento sobre o mundo globalizado, que surgiu depois do fim da União Soviética (Prewitt, 1996; Hall, 1998, p. 510).

De fato, uma literatura robusta sobre temas relacionados à globalização floresceu nos últimos anos, mas isso não levou à extinção dos estudos de área, que continuam a seguir de perto as flutuações dos interesses geopolíticos americanos. Atualmente, por exemplo, a demanda por especialistas em Oriente Médio está em alta. Quanto aos *Latin American studies*, os diversos interesses econômicos e políticos que os americanos têm na região são suficientes para manter a instituição em funcionamento. Um outro fator importante a ser considerado é o crescimento da população “latina” no país, seja por meio da imigração em massa, seja de sua maior taxa reprodutiva, as quais criam novas demandas institucionais. Essas, por sua vez, resultam em novas abordagens ao estudo do ser “latino-americano” e maior produção bi-

bliográfica. Mas esse é um assunto para outro artigo. Por ora, pretendemos ter exposto uma parte importante da história desse empreendimento acadêmico do qual somos objeto de estudo e apresentado um conjunto de informações bibliográficas úteis àqueles que desejarem aprofundar seus estudos sobre o assunto ou pesquisar assuntos correlatos.

Notas

1. Esta ressalva é necessária, pois a expressão *Latin American studies* é frequentemente usada em referência a qualquer tipo de trabalho acadêmico que trate de um aspecto relacionado à América Latina, sem qualquer limite ou restrição disciplinar. Interessa-nos aqui, contudo, identificar especificamente o surgimento e o crescimento da abordagem sociocientífica ao estudo da América Latina.
2. O conceito de América Latina é relativamente novo. O termo parece ter sido usado pela primeira vez pelo escritor colombiano José María Torres de Caicedo, em espanhol, no poema intitulado “Las dos Américas” (1856) (cf. Ardao, 1980). O termo francês *Latine Amérique* não tardou a aparecer (Phelan, 1968). Em inglês, contudo, *Latin America* começou a ser usado somente ao final do século XIX (Simpson, 1997).
3. O primeiro número da *HAHR* abre com uma carta de Wilson (1918).
4. A respeito da qualidade dos estudos de história sobre a América Latina produzidos nos Estados Unidos antes da guerra, ver também Skidmore (1998), Gibson e Keen (1962) e Halperín-Donghi (1988).
5. Richard Morse expressa opinião similar (1964).
6. Para um tratamento mais completo dispensado à questão da influência das fundações privadas americanas na formação educacional nos Estados Unidos e em outros países, ver Arnove (1982). Ver também Horowitz (1971) e McCaughey (1984). Para um documento crítico e muito informativo a respeito da participação das fundações e outras entidades governamentais e não-governamentais americanas no financiamento de pesquisas voltadas para a Guerra Fria, ver Klare (1970).
7. O critério utilizado foi a presença da expressão *Latin America* no título da obra. A procura incluiu somente livros, periódicos e revistas publicadas em inglês.
8. Ver o trabalho cuidadoso de Barbara Barksdale Clowse (1981), que documenta todos os passos do debate parlamentar, assim como o papel que a percepção do inimigo soviético teve nas decisões finais.
9. Essa é uma paráfrase da famosa expressão *remember the Alamo*, usada pelos americanos para suscitar sentimentos de desprezo e ódio em relação aos mexicanos, os quais, em 1836, durante o conflito que resultou na independência do Texas, atacaram o forte com esse nome, matando grande parte dos beligerantes americanos, entre eles o lendário David Crockett. O “Maine” da frase é o navio de guerra USS Maine, cujo afundamento no porto de Havana, em 1898, devido a uma explosão no convés, forneceu justificativa para o início da guerra contra a Espanha, cuja vitória rendeu aos Estados Unidos o domínio (neo-colonial)

sobre Porto Rico, Cuba, Filipinas e Ilhas Guam. Em suma, em uma só frase, a saudação a Nixon sintetiza o anticomunismo velado com um antilatinismo explícito.

10. A política externa de Kennedy não tinha somente o lado desenvolvimentista. Evidentemente sem muita fanfarra, esse presidente foi responsável por um total redirecionamento da política de cooperação militar dos Estados Unidos com países latino-americanos. Enquanto os governos republicanos precedentes, trabalhando com a hipótese estratégica de uma possível tentativa de invasão soviética no continente, concentravam a ajuda militar aos países do sul na aquisição e na manutenção de equipamento militar pesado, Kennedy passou a financiar atividades de contra-guerrilha, inteligência e espionagem, além do programa conhecido como Civic Action, o qual incentivava militares latino-americanos a assumir tarefas civis, principalmente em áreas sob “risco revolucionário”. Para uma perspectiva do debate acadêmico sobre a política de segurança do governo Kennedy, articulada por pessoas que participaram direta ou indiretamente em *policymaking*, ver Wyckoff (1964), Powell (1965), Barber (1966) e McAlister (1966). Com relação ao caso particular da política militar dos Estados Unidos em relação ao Brasil, ver Huggins (1998).
11. Entidade que congrega as universidades mais prestigiosas dos Estados Unidos e lida, entre outras coisas, com a alocação de recursos para pesquisa e ensino.
12. Instituição não-governamental de financiamento à pesquisa acadêmica em ciências sociais de maior prestígio e envergadura dos Estados Unidos.
13. Já em 1963, o Joint Committee on Latin American studies patrocinou um seminário cujo tema era o estado da pesquisa de ciências sociais sobre a América Latina. Os trabalhos apresentados nesse evento foram publicados em um livro coordenado pelo antropólogo Charles Wagley (1964).
14. Para mais detalhes sobre o desenvolvimento institucional dos *Latin American studies*, ver Cline (1966) e Berger (1993, 1995). Alguns trabalhos têm como objetivo listar os recursos institucionais dos *Latin American studies* (universidades, centros de pesquisa, bibliotecas, coleções de arte, audiovisuais etc.), como Haro (1971) e Grow (1992). Para os interessados nos trabalhos ou na pesquisa de pessoas específicas, ver os diretórios de latino-americanistas ricos em informações publicados pela Hispanic Foundation (1971) e Harman (1985). Para índices mais recentes de acadêmicos, porém menos completos e detalhados, ver o diretório de membros da Lasa (por exemplo, Lasa, 2000), que contém nome e endereço institucional de todos associados da instituição.
15. A Hispanic Foundation é uma divisão da Biblioteca do Congresso de Washington fundada em 1939 com o objetivo de cuidar do acervo de obras referentes às culturas e aos povos hispânicos.
16. Howard F. Cline, então diretor da Hispanic Foundation da biblioteca do Congresso de Washington, publicou, em 1966, um artigo sobre a história institucional dos *Latin American studies*, começando pelo que ele imaginava ser o momento crucial de sua fundação, a criação da *HAHR* (1966). Apesar de seu tom burocrático, o texto, escrito na ocasião da fundação da Lasa, contém informações valiosas, entre elas trechos sobre a participação da Ford Foundation no crescimento dos *Latin American studies* a partir de 1959.

17. Esse artigo coletivo conta com contribuições do historiador Arthur Whitaker, do cientista político Russell Fitzgibbon, do economista Sandfor A. Mosk e do sociólogo W. Rex Crawford.
18. Além do trabalho de Needler e Walker, o qual, como González, apresenta análises quantitativas do crescimento dos *Latin American studies*, há também análises qualitativas mais ou menos críticas da produção na área como as de Morse (1964), Cline (1966), Soares (1976), Smith (1982) e Tulchin (1983). Ver também o fascículo especial publicado pelo *Handbook* contendo análises qualitativas de estudos sobre os “principais” países da região, produzidos entre os anos de 1960 e 1990 (Dent, 1990).
19. Somente *science* no original em inglês.
20. Para informações e avaliações adicionais sobre a disciplina de história nos *Latin American studies*, ver Stein (1961, 1964), Cline (1949, 1967), Johnson (1984, 1985) e Halperin-Donghi (1982, 1988).
21. Informações específicas sobre a participação da ciência política nos *Latin American studies* podem ser encontradas em Kling (1964), Gomez (1967), Ranis (1968), Fagen (1977), Dent (1986) e Valenzuela (1988).

Bibliografia

- Ardao, Arturo.
1980 *Genesis de la idea y el nombre de America Latina*. Caracas, Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos.
- Arnove, Robert F.
1982 *Philanthropy and cultural imperialism: the foundations at home and abroad*. Bloomington, Indiana University Press.
- Torres de Caicedo, José Maria.
1956 “Las Dos Americas”, in Arturo Ardao, *Genesis de la idea y el nombre de America Latina*, Caracas, Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos.
- Ball, Terence.
1989 “The politics of social science in Postwar America”, in L. May, *Recasting America: culture and politics in the age of Cold War*, Chicago, University of Chicago Press.
- Ball, Terence.
1993 “American political science in its postwar political context”, in J. Farr e R. Seidelman, *Discipline and history: political science in the United States*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Barber, Willard F. & Ronning, C. Neale.
1966 *Internal security and military power: counterinsurgency and civic action in Latin America*. Columbus, Ohio State University Press.

- Bates, Robert H.
- 1997a "Area studies and political science: rupture and possible synthesis (Africa studies)". *Africa Today*, 44 (2): 123-132, abr.-jun.
- 1997b "Area studies and the discipline: a useful controversy?". *PS: Political Science and Politics*, 30 (2): 166-169.
- Berger, Mark T.
- 1993 "Civilising the South: The US rise to hegemony in the Americas and the roots of Latin American Studies, 1898-1945". *Bulletin of Latin American Research*, 12 (1): 1-48.
- 1995 *Under Northern eyes: Latin American studies and U.S. hegemony in the Americas, 1898-1990*. Bloomington, Indiana University Press.
- Bethell, Leslie.
- 1991 *Latin America since 1930*. Cambridge [England]/Nova York, Cambridge University Press.
- Bushong, Allen David.
- 1967 "Doctoral dissertations on pan American Topics Accepted by United States and Canadian colleges and universities, 1961-1965". *Latin American Research Review*, 2 (2): 1-2.
- Chirot, Daniel.
- 1986 *Social change in the modern era*. Nova York, Harcourt, Brace and Jovanovich.
- Cleven, N. Andrew N.
- 1921 "Some social aspects of the Mexican Constitution of 1817". *Hispanic American Historical Review*, 4 (3): 474-485.
- Cline, Howard F.
- 1949 "Reflections on traditionalism in the historiography of Hispanic America". *Hispanic American Historical Review*, 29 (2).
- 1966 "The Latin American studies association: a summary survey with appendix". *Latin American Research Review*, 2 (1).
- 1967 "United States historiography of Latin America", in H. F. Cline, *Latin American history: essays on its study and teaching, 1898-1965* (2 vols.). Austin, University of Texas Press.
- Clowse, Barbara Barksdale.
- 1981 *Brainpower for the Cold War: the Sputnik crisis and national defense education act of 1958*. Westport/Londres, Greenwood Press.
- Dent, David W.
- 1986 "Past and present trends in research on Latin American politics, 1950-1980". *Latin American Research Review*, 21 (1).

- 1990 *Handbook of political science research on Latin America: trends from the 1960s to the 1990s*. Nova York/Westport/Londre, Greenwood Press.
- Fagen, Richard R.
1977 "Studying Latin American politics: some implications of a dependence approach". *Latin American Research Review*, 12 (2).
- Fitzgibbon, Russell Humke.
1948 *The constitutions of the Americas, as of January 1, 1948*. Chicago, University of Chicago Press.
- Gibson, Charles & Keen, Benjamin.
1962 "Trends of United States studies in Latin American history". *American Historical Review*, 62: 855-877, jul.
- Gomez, Rosendo A.
1967 *The study of Latin American politics in university programs in the United States*. Tucson, University of Arizona Press.
- González, Nelly S.
1980 "Doctoral dissertations on Latin America and the Caribbean". *Consortium of Latin American Studies*, 10: ix.
1983 "Latin American doctoral dissertations of the 1960s". *Latin American Research Review*, 18 (3).
- Grow, Michael.
1992 *Scholars' guide to Washington D.C.: Latin American and Caribbean studies*. Baltimore/Londres/Washington D.C., The Woodrow Wilson Center Press/The Johns Hopkins University Press.
- Gunnell, John G.
1988 "American political science, liberalism and the invention of political theory". *American Political Science Review*, 82 (1): 71-87.
- Hall, Peter A. e Sidney Tarrow.
1998 "Globalization and Area Studies: When Is Too Broad Too Narrow?". *The Chronicle of Higher Education*, Jan. 23.
- Halperin-Donghi, Tulio.
1982 "'Dependency theory' and Latin American historiography". *Latin American Research Review*, 17 (1): 115-130.
1988 "The State of Latin American history", in C. Mitchell e L. Arizpe S, *Changing perspectives in Latin American studies: insights from six disciplines*. Stanford, Stanford University Press, pp. ix-238.
- Harman, Inge Maria (ed.).
1985 *National directory of Latin Americanists: biographies of 4,915 specialists*. Washington, Library of Congress.

- Haro, Robert P.
 1971 *Latin American research in the United States and Canada: a guide and directory*. Chicago, American Library Association.
- Hispanic Foundation in the Library of Congress.
 1968 *Handbook of Latin American studies: 1950: n. 16*. Nova York, Octagon Books Inc.
 1968 *Handbook of Latin American studies: n. 26*. Nova York, Octagon Books Inc.
 1971 *National Directory of Latin Americanists*. Washington, Library of Congress, Hispanic Foundation.
- Horowitz, Irving Louis & Horowitz, Ruth Leonora.
 1971 "Tax-Exempt foundations: their effects on national policy", in I. L. Horowitz, *The use and abuse of social science*, New Brunswick, E. P. Dutton & Co.
- Huggins, Martha Knisely.
 1998 *Political policing: The United States and Latin America*. Durham/Londres, Duke University Press.
- Johnson, Chalmers.
 1997 "Preconception vs. observation, or the contributions of rational choice theory and area studies to contemporary political science". *PS: Political Science and Politics*, 30 (2): 170-174.
- Johnson, John J. (ed.).
 1964 *Continuity and change in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
 1984 "Remarks by John Johnson". *LASA Forum*, 15 (2): 8-11.
 1985 "One hundred years of historical writing on modern Latin American by United States historians". *Hispanic American Historical Review*, 65 (4): 745-747.
- Jorrín, Miguel.
 1953 *Governments of Latin America*. Nova York/Toronto/Londres, D. Van Nostrand Company.
- King, Gary; Keohane, Robert O. & Verba, Sidney.
 1994 *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, Princeton University Press.
- Klare, Michael (ed.).
 1970 *The University-military-police complex: a directory and related documents*. Nova York, The North American Congress on Latin America (Nacla).
- Kling, Merle.
 1964 "The State of research on Latin America: political science", in C. Wagley, *Social science research on Latin America*, Nova York, Columbia University Press.
- Kohli, Atul; Evans, Peter *et al.*
 1996 "The role of theory in comparative politics". *World Politics*, 48 (1): 1-49.

- LASA.
2000 *Member directory*. Pittsburgh, Latin American Studies Association (Lasa).
- Latham, Michael E.
1998 "Ideology, social science, and destiny: modernization and the Kennedy-era alliance for progress". *Diplomatic History*, 22 (2): 199-131.
- Levinson, Jerome & Onís, Juan de.
1970 *The alliance that lost its way: a critical report on the alliance for progress*. Chicago, Quadrangle Books.
- Lima, Manoel de Oliveria.
1922 "New constitutional tendencies in Hispanic America". *Hispanic American Historical Review*, 5 (1): 24-29.
- Martz, John D. (ed.).
1965 *The dynamics of change in Latin American politics*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- Martz, John D.
1971 "Political science and Latin American studies: a discipline in search of a region". *Latin American Research Review*, 6 (1).
- McAlister, Lyle N.
1966 "Recent research and writings on the role of the military in Latin America". *Latin American Research Review*, 2 (1): 5-36.
- McCaughey, Robert A.
1984 *International studies and academic enterprise: a chapter in the enclosure of American learning*. Nova York, Columbia University Press.
- Meyer, Carrie A.
1999 *The economics and politics of NGOs in Latin America*. Westport, Praeger.
- Morse, Richard M.
1964 "The strange career of Latin-American studies". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 356.
- Needler, Martin C. & Walker, Thomas W.
1971 "The current status of Latin American studies programs". *Latin American Research Review*, 6 (1).
- Novick, Peter.
1988 *That noble dream: the "objectivity question" and the American historical profession*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Phelan, John Leddy.
1968 "Pan-latinism, French intervention in Mexico (1861-1867) and the genesis of the idea of Latin America", in J. A. O. Y. Medina, *Conciencia y autenticidad historicas; escritos en homenaje a Edmundo O'Gorman*. México, UNAM.

- Pierson, W.W.
 1950 "Pathology of democracy in Latin-America: a symposium". *American Political Science Association*, 44 (1).
- Powell, John D.
 1965 "Military assistance and militarism in Latin America". *Western Political Quarterly*, XVIII: 382-393, jun.
- Prewitt, Kenneth.
 1996 "Presidential items". *Items*, 50, mar.
- Ranis, Peter.
 1968 "Trends in research on Latin American politics: 1961-1967". *Latin American Research Review*, 3 (3).
- Schultz, Lars.
 1998 *Beneath the United States: a history of US policy toward Latin America*. London/Cambridge, Harvard University Press.
- Shea, Christopher.
 1997 "Political scientists clash over value of area studies: theorists say that a focus on individual regions leads to work that is mushy". *The Chronicle of Higher Education*, 10, jan.
- Simpson, John & Profitt, Michael (eds.).
 1997 *Oxford English Dictionary, additions series*. Oxford, Clarendon Press.
- Skidmore, Thomas E.
 1998 "Studying the history of Latin America: a case of hemispheric convergence". *Latin American Research Review*, 33 (1): 105-123.
- Smith, Peter H.
 1982 "The intellectual integrity of Latin American studies". *LASA Newsletter*, 12 (4).
- Soares, Glaucio Ary Dillon.
 1976 "Latin American studies in the United States: a critique and a proposal". *Latin American Research Review*, 1 (2).
- Stein, Stanley J.
 1961 "The task ahead for Latin American historians". *Hispanic American Historical Review*, 41 (3).
 1964 "Latin American historiography: status and research opportunities", in C. Wagley, *Social science research on Latin America*, Nova York, Columbia University Press.
- Tulchin, Joseph S.
 1983 "Emerging patterns of research in the study of Latin America". *Latin American Research Review*, 18 (1).

- Valenzuela, Arturo.
1988 "Political science and the study of Latin America", in C. Mitchell, *Changing perspectives in Latin American studies: insights from six disciplines*. Stanford, Stanford University Press.
- Wagley, Charles.
1964 *Social science research on Latin America*. Nova York, Columbia University Press.
- Wallerstein, Immanuel.
1997 "The unintended consequences of Cold War area studies", in N. Chomsky, *The Cold War and the university*, Nova York, The New Press.
- Wilson, Woodrow.
1918 "The founding of the review". *Hispanic American Historical Review*, 1 (1).
- Wyckoff, Theodore.
1964 *The defense of Latin America: the changing concept*. Tempe, Bureau of Government Research/Arizona State University, n. 81.

- Artigo recebido em novembro/2002
- Aprovado em março/2003

Resumo

A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história cum estudo bibliográfico

Este texto explora a literatura secundária dos *Latin American studies*, usando a história de sua consolidação nos Estados Unidos como fio condutor da narrativa. Por literatura secundária entende-se os textos que refletem sobre o desenvolvimento acadêmico e institucional dos *Latin American studies*. Mostramos que essa consolidação, na forma de programas de estudo, cursos, centros de pesquisa, revistas especializadas, linhas editoriais, conferências, associações de estudiosos e linhas de financiamento públicas e privadas, só pode ser entendida no contexto da Guerra Fria, mais especificamente, como consequência da revolução Cubana. Além da revisão literária, o artigo contém também uma análise bibliométrica que demonstra o crescimento vertiginoso da produção acadêmica sobre a América Latina a partir da década de 1960.

Palavras-chave: *Latin American studies*; Estudos de área; Estados Unidos; Guerra Fria; Revolução Cubana.

Résumé

La consolidation de l'étude sociale et scientifique d'Amérique latine : une brève histoire cum étude bibliographique.

Ce texte analyse la littérature secondaire des *Latin American Studies*, en utilisant l'histoire de la consolidation aux U.S.A. comme un fil conducteur à la narrative. Nous comprenons par littérature secondaire les textes qui ont une influence sur le développement académique et institutionnel des *Latin American Studies*. Je démontre que cette consolidation, sous la forme de programmes d'études, de cours, de centres de recherche, de revues spécialisées, de lignes éditoriales, de conférences, d'associations de chercheurs et de lignes de financement publiques et privées ne peut être comprise que dans le contexte de la Guerre Froide et, particulièrement, en tant que conséquence de la révolution cubaine. L'article contient, mis à part la révision littéraire, une analyse bibliométrique, qui démontre la croissance vertigineuse de la production académique à propos de l'Amérique latine à partir des années 1960.

Mots-clés: *Latin American studies*; Études de région ; États-Unis ; Guerre Froide ; Révolution Cubaine.

Abstract

The Consolidation of the Socioscientific Study of Latin America: A Brief History cum Bibliographical Study

This paper explores the secondary literature about the *Latin American Studies*, using the history of its consolidation in the United States as background. The term *secondary literature* here refers to those papers reflecting on the institutional and academic development of the *Latin America Studies*. It shows that such consolidation, in the form of a vast network of research centers, universities, professional scholars, grant opportunities, journals, associations, and so on, can only be properly understood in the context of the Cold War, more specifically as a response to the Cuban Revolution. Besides reviewing the literature, the paper contains a bibliometric analysis that shows the vertiginous growth of academic output about Latin America in the US starting in the 1960s.

Key words: *Latin American Studies*; Area Studies; the United States; Cold War; Cuban Revolution.

A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): Uma Síntese

Jorge Zaverucha
Helder B. Teixeira

É improvável que as instituições políticas e democráticas se desenvolvam, a menos que as forças militares e a polícia estejam sob pleno controle de funcionários democraticamente eleitos.

Robert Dahl

Desde o final do regime militar e o início do processo de transição para a democracia, tanto o estudo político sobre militares federais (Forças Armadas) e militares estaduais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar), bem como a vinculação entre tais instituições, ficou relegado a um papel secundário na literatura das ciências sociais. Parte desse desinteresse muito se deveu a precipitações valorativas que prejudicaram bastante uma abordagem mais sistematizada do tema. Em outras palavras, a equivocada crença de que os militares haviam voltado para os quartéis, não sendo mais fonte ameaçadora de poder, à mercê da instauração de um governo civil. De acordo com essa percepção, rumava-se inexoravelmente para a consolidação da democracia brasileira.¹

Este artigo pretende contribuir para divulgar as distintas visões sobre a realidade civil-militar brasileira pós-1964, a partir, especialmente, da produção em livros de acadêmicos brasileiros ou de estrangeiros publicados em português. Serão destacadas as principais publicações que, direta ou indiretamente, contribuíram para um melhor en-

tendimento acerca do papel dos militares na política desde o início do regime militar até os dias de hoje. Antes, algumas considerações preliminares serão feitas.

A primeira delas é que a feição deste trabalho procurou se fundamentar numa perspectiva de apresentação que facilitasse tanto a compreensão do leitor iniciante como do especialista no objeto supracitado. Nesse sentido, são apresentados os trabalhos que se concentraram nos antecedentes do Golpe de 1964, seguidos, então, das obras que tratam do período dos governos militares (1964-1985). Finalmente, assentam-se as maiores atenções na produção acadêmica pós-1985. Teses, dissertações e artigos publicados, quando mencionados, os são apenas a título de complementação elucidativa.

A segunda é que as análises das obras que se seguem não esgotam quaisquer leituras mais percucientes das mesmas. Num artigo desta natureza, a proposta central é, em síntese, divulgar o trabalho de pesquisadores, das mais variadas matrizes teóricas, comprometidos em lançar luzes sobre as condições e as conseqüências da presença militar na política brasileira.

A terceira refere-se às matrizes teóricas nem sempre explicitadas pelos autores. Grande parte dos trabalhos publicados por editoras no Brasil, sejam universitárias ou comerciais, são reformulações de dissertações e teses acadêmicas, nas quais, por neces-

cidade e força de circunstâncias próprias do ambiente acadêmico, o referencial teórico é sempre destacado. Todavia, quando da exposição ao grande público, esse detalhe é por vezes negligenciado. Por conseguinte, tornou-se dificultoso apresentar metodologicamente alguns dos trabalhos devido a esse aspecto. Esclarecidos esses pontos, passa-se a seguir a elencar as produções mais relevantes sobre o papel político dos militares entre 1964-2002.²

O Golpe Militar de 1964³

Uma detalhada e pioneira pesquisa empírica sobre a montagem da conspiração civil-militar para a derrubada do presidente João Goulart foi realizada por Dreyfuss (1981), na qual o pesquisador chegou à conclusão de que essa conspiração era de caráter capitalista e proeminentemente multinacional. Associada a líderes civis e militares locais, a conspiração venceu a luta de classes ao depor Goulart, afastando, segundo os conspiradores, a possibilidade de os comunistas chegarem ao poder. Metodologicamente, Dreyfuss fundamentou-se na abordagem gramsciana do conceito de hegemonia e, nesse sentido, sua análise é, antes de tudo, estrutural. Bandeira (1997) também enveredou pela análise estrutural e/ou determinista. Descreveu o papel central dos Estados Unidos na cooptação de líderes militares e empresariais que golpearam o presidente em exercício. Estruturas prevalecem sobre a ação dos indivíduos em ambas as obras. O golpe, portanto, estava fadado a acontecer.

Numa perspectiva distinta, Figueiredo (1993), tal como Santos (1986), não apresenta uma visão estruturalista nem determinista sobre a eclosão do golpe. Pelo contrário, a autora elaborou um estudo sobre as preferências dos atores políticos e suas estra-

tégias para maximizar seus objetivos, as quais terminaram por levar ao impasse democrático. Nesse sentido, não enfatiza a tese de conspiração, mas a de inapetência gerencial do Governo Goulart em não acomodar diferenças político-partidárias, e o erro do presidente em afastar-se da direita não-golpista que havia lhe garantido a posse como vice-presidente da República. Argumenta que, devido a um comportamento errático, o Governo Goulart alimentou, em vez de dissipar, o retrocesso político. Goulart não teria sido capaz de sedimentar apoios democráticos, e terminou por alavancar posturas concentradoras e desagregadoras tanto de cunho pessoal como sistêmico. Analisando o papel dos atores políticos, categoria central do estudo, Figueiredo demonstra que o golpe de Estado poderia ter sido evitado, caso os atores políticos tivessem se comportado de maneira distinta.⁴

O Regime Militar

Passando para as obras que retrataram o período compreendido entre 1964 e 1985, uma consideração prévia deve ser feita, uma vez que um novo recurso metodológico se consolida: a entrevista. Nesse caso, os trabalhos de D'Araújo, Castro e Soares (1994a; 1994b; 1995), D'Araújo e Castro (1997) e Couto (1999a; 1999b) estabeleceram novos parâmetros para a análise deste período. Mesmo com as limitações de ordem metodológica impostas a uma entrevista, como a da influência de juízos de valor do entrevistado, estas obras contribuíram significativamente, por meio de novas abordagens investigativas, para a elucidação de fatores anteriormente não tratados por outros estudiosos.⁵

A trilogia *A memória militar* (1994-1995), organizada por D'Araújo, Castro e Soares, é um grande marco na produção aca-

dêmico-literária sobre os governos militares. Dividida em três partes (*1964, A repressão e A abertura*), nela podem ser vislumbradas, pela primeira vez, grande parte das estruturas de comando, decisão e repressão formuladas pelos militares durante o regime de exceção. Deve-se prestar atenção na própria organização das entrevistas e na adaptação dos entrevistadores em relação aos entrevistados. Toda a fundamentação teórico-metodológica está próxima da história oral.⁶

Nesse sentido, diferentemente da produção documental e escrita que até então caracterizava os estudos a respeito do período militar, os organizadores procuram dar um sentido às entrevistas, delineando uma espécie de “cronologia oral” dos acontecimentos. Os aspectos relacionados à repressão são os que mais se sobressaem. O segundo volume da trilogia, *A repressão*, é o de maior impacto. Mais uma vez se delinea o fator da heterogeneidade entre os militares brasileiros imersos neste período, característica essa que aparece nos outros volumes da série. Por conseguinte, esta obra torna-se leitura obrigatória em qualquer nível de interesse e compreensão para o leitor e o pesquisador interessado no tema.

Ferreiros (2000) também analisou o período ditatorial, porém de um modo mais interpretativo. Ressalte-se sua distinção entre *estabelecimento militar* (os militares que agem de acordo com as leis e regulamentos) e o *partido fardado* (os militares que se julgam com o direito de interpretar o que seja a lei e a ordem). Castello Branco seria um representante do primeiro grupo, ao passo que Costa e Silva faria parte do segundo. Para o autor, ao final do regime militar, o *partido fardado* deixou de existir e teria entregado à hierarquia burocrático-militar a tarefa de compreender os problemas do Estado brasileiro.

Ainda relacionada à temática da história oral, tem-se a obra de D’Araújo e Castro (1997), na qual pode-se vislumbrar, de um ponto de vista privilegiado, as idéias, as opiniões e as perspectivas do general-presidente Ernesto Geisel.⁷ Geisel fornece todo um painel de informações acerca de um período que poucos tiveram o privilégio de acompanhar com tanta influência. Desde o tenentismo, passando pelos governos Vargas, o populismo, os governos militares e a redemocratização, Geisel discorre acerca de todas as conjunturas das quais tomou parte. Por outro lado, diferentemente do que foi verificado na trilogia *A memória militar*, D’Araújo e Castro procuraram inserir na metodologia de trabalho um outro aspecto presente da história oral: a história de vida. Apoiado em sua educação familiar e formação profissional, Geisel traça um curso de interpretação dos fenômenos políticos, sociais e econômicos do Brasil e, sobretudo, define e justifica o papel e a presença dos militares na cena cotidiana brasileira.⁸ Ainda no esteio desta metodologia, Castro e D’Araújo (2001) abordaram a visão dos militares sobre o período conhecido como a *Nova República*, iniciado em 1985, com o fim do regime militar e o início do período da democratização.⁹

De qualquer maneira, a pesquisa documental não foi renegada a segundo plano. Com a publicação do *Dossiê Geisel* (2002), Castro e D’Araújo, ao lado de outros pesquisadores, organizaram uma das raras oportunidades de trabalho com fontes primárias de documentação, oriundas do próprio acervo do ex-presidente Ernesto Geisel. Nessa obra, temas relacionados a relações exteriores, censura, saúde, educação, previdência social, entre outros, são sistematizados com o intuito de estabelecer novos horizontes para o exame das relações civis-militares durante os anos de regime militar.

Uma outra obra de relevo para o conhecimento dos personagens militares mais importantes da história recente do Brasil é a de Esteves (1999). Trata-se de uma compilação formada por quadros biográficos de todos os ocupantes das pastas da Guerra e dos ministérios do Exército, do segundo governo de Getúlio Vargas ao governo de Fernando Henrique Cardoso.¹⁰ Além de referências biográficas, o livro fornece uma série de discursos, ordens do dia, despachos, realizações e organização administrativa da Arma por cada um dos ocupantes do cargo. Trata-se de uma fonte importante para se compreender e se aprofundar nas mudanças ocorridas no Exército brasileiro em quase cinqüenta anos.

De retorno aos novos paradigmas teórico-metodológicos, e ao incremento da pesquisa sobre as relações civis-militares no Brasil, tem-se as obras de Couto (1999a; 1999b). Nelas, também está presente a utilização de entrevistas como recurso metodológico eficaz. No entanto, o autor não se limitou apenas a trabalhar com entrevistas, logo depois compiladas no trabalho de 1999b, mas fundamentou seu trabalho numa pesquisa histórica, na qual fontes primárias e uma ampla bibliografia formam um escopo abrangente do período em tela. Aposta na consolidação da democracia brasileira e, por conseguinte, no controle civil sobre os militares.¹¹

A leitura de Couto pode ser complementada com um clássico da historiografia. Trata-se, evidentemente, de Skidmore (1988). Retornando ao estilo narrativo-descritivo de sua obra anterior *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Skidmore avança a respeito de alguns pontos dos primeiros anos dos governos militares. Retratando cronologicamente todos os governos militares e o processo de redemocratização, essa obra é a primeira grande síntese histórica de qualidade sobre o regime militar brasileiro. Esta trilha foi seguida por Alves

(1984), com a vantagem de seu trabalho ser mais interpretativo do que o de Skidmore.

Também estão presentes no estudo sobre a ditadura militar trabalhos que enfocam a *análise do discurso*, outro tema que emergiu sensivelmente no meio acadêmico brasileiro pós-1985. Fiorin (1988) e Indursky (1997) são os principais expoentes neste tipo de aproximação junto ao tema das relações civis-militares. Fiorin concentra-se na afirmação do discurso como legitimador de um sistema de construções supra-sociais. O autor delimita o ato de enunciação como um ato individual, nesse caso dos militares e seus aliados, em detrimento de uma competência lingüística, discursiva, textual, interdiscursiva, intertextual, pragmática e situacional. O argumento do autor é que o discurso legitimador de 1964 é construído em torno de imposições discursivas, e não de um diálogo e de uma intersecção entre enunciadores.

Já Indursky destaca o papel dos discursos dos presidentes militares como uma falsa distinção entre a determinação e a indeterminação discursiva. Também fundamentada na análise do discurso, próxima da Escola Francesa, Indursky objetiva apresentar a artificialidade das construções dos discursos presidenciais, nos quais os generais procuram apresentar suas atribuições de chefes do Executivo como uma missão, e não como uma opção pessoal. Nessa análise, a autora trabalha com categorias como a de “não-pessoa”, “quarta pessoa” e “sujeito presidencial” para ilustrar seus argumentos a respeito da artificialidade de uma construção social exógena à própria sociedade.

Das obras que retratam o regime militar em sua extensão, a política externa do período foi, de certa forma, um pequeno adendo, ou mesmo um detalhe entre as pesquisas realizadas. Essa lacuna é preenchida por Vizentini (1998). Na mais completa e abrangente análise da política externa dos

governos militares, Vizentini destaca o projeto dos governos militares de transformar o Brasil numa potência regional. No entanto, o livro prima por apresentar uma dinâmica endógena aos governos militares de ruptura e continuidade, em relação ao planejamento da política exterior. Desta feita, não há uma política externa do regime militar, mas políticas externas, na medida em que cada governo, representando alas distintas das Forças Armadas, determinava e influenciava a estruturação da política exterior. Destaque também nessa obra é a discussão teórica e a formulação de modelos explicativos para cada governo militar.

A partir deste instante, passa-se a destacar obras que se concentraram em períodos e governos específicos no interior do regime militar. São expoentes deste tipo de corte cronológico as obras de Martins Filho (1995), Mathias (1995) e Codato (1997).

O primeiro detém-se num dos aspectos mais entravantes para a análise do regime militar: as crises internas no seio das Forças Armadas brasileiras no período de 1964 a 1969. Para isso, Martins Filho estuda os processos críticos de cisão ocorridos nos primórdios do regime, os quais caracterizaram a posterior divisão das Forças Armadas em moderados e duros e, particularmente, dentro do Exército, em “castellistas” e “radicais”. Seu estudo tem por base a compreensão de toda uma estrutura de formação, concentração e distribuição do poder, e das esferas de influência política entre os militares e seus aliados. Há no livro um capítulo dedicado a uma discussão teórica, bem como uma série de contestações aos parâmetros razoavelmente aceitos pela ciência política para a análise dos regimes de exceção.

Mathias (1995), por sua vez, concentra-se na análise do processo de distensão iniciado no governo Geisel (1974-1979). Na ver-

dade, seu trabalho se inicia a partir de 1973, quando da indicação de Geisel para a sucessão de Médici na presidência da República. Metodologicamente, Mathias procura estudar a gênese do processo distensionista por meio da análise dos discursos de Ernesto Geisel, e de como tais instrumentos podem esclarecer os projetos e as intenções do então presidente em relação à abertura política. Entretanto, diferentemente de Fiorin (1988) e Indursky (1997), Mathias não se concentra num viés estritamente lingüístico, mas numa abordagem interpretativa dos discursos. Seu argumento principal é o de que Geisel procurou, com o projeto de distensão, assegurar uma estabilidade institucional aos militares, bem como assegurar o fim gradual de um regime de exceção.¹²

Outro trabalho que se deteve no Governo Geisel foi o de Codato (1997). Nesse, são analisadas as estruturas decisórias e o planejamento estratégico-político que visaram a assegurar ao Brasil um nível de desenvolvimento econômico palatável às necessidades de segurança dentro do sistema militar. Assim, o autor descreve o engenhoso aparato de formação de um projeto militar de governo e sociedade circunscritos num sistema político autoritário. O trabalho de Codato tem como grande mote a inserção de um estudo sobre os governos militares que não se deteve apenas nas relações castrenses intramuros, ou mesmo numa abordagem em que a farda se sobreponha sobre outros canais de influência dos governos militares. Por conseguinte, analisando o planejamento político-econômico do governo Geisel, Codato traz a lume determinados subsídios, até então sublimados em teorizações generalizantes, acerca do início da desmilitarização do regime, retratando a importância da organização de um modelo estatal de formulação de políticas econômicas, grande motor do projeto militar de governo iniciado em 1964.

Oliveira (1994) também apresenta estudos acerca do Governo Geisel. Entretanto, diferentemente dos autores anteriormente mencionados, estende suas pesquisas até o Governo Collor na intenção de explanar que a dinâmica das relações civis-militares no Brasil não pode ser posta numa simples aporia entre militares/ditadura, de um lado, civis/democracia, de outro. Desse modo, amplia o foco de exame às alianças entre ambos os grupos, à complexidade do aparelho militar e à dinâmica organizacional da sociedade civil, visando a apresentar novos paradigmas para a compreensão do processo de abertura política que, de acordo com sua visão, atinge seu ápice com a renúncia do ex-presidente Collor de Mello.

Ainda tratando de obras que focaram períodos específicos da ditadura militar, tem-se o livro de Serbin (2001). Nesta obra é possível visualizar o quanto as relações civis-militares no Brasil foram, antes de tudo, uma movimentação intra-elites. Destacando a chamada *bipartite*, uma comissão secreta de diálogo entre a Igreja Católica e os governos militares durante os governos Costa e Silva e Ernesto Geisel, Serbin demonstra o quanto as relações entre as elites políticas brasileiras contribuíram para o aqodamento de uma mobilização social mais ampla. Mesmo destacando a importância da Igreja como mediadora entre o regime autoritário e a sociedade civil enclausurada por ele, o autor defende a importância desses diálogos efetuados no calor da repressão autoritária.

Transição e a Falta de Consolidação Democrática: o papel dos militares

A partir desse momento, passa-se a apresentar as principais publicações que se detiveram no processo de transição do autoritarismo para a democracia. A grande divi-

são de campos deu-se sobre a continuidade ou não da autonomia militar no sistema político que se iniciava.¹³ Ou seja, há os que acham que os militares se recolheram aos quartéis e passaram a exercer suas atividades exclusivamente profissionais, submetendo-se ao poder civil; há os que destacam a significativa presença militar no aparato de Estado por meio de enclaves autoritários, em que o poder civil ou não penetra ou o faz timidamente. Em outras palavras, o Estado continuava a ser autoritário em vários de seus componentes, embora a democracia procedural estivesse em vigor. Essa discordância repercutirá sobremaneira na discussão sobre a (im)possibilidade do estabelecimento de um controle civil sobre os militares e na perspectiva dos limites da (falta de) consolidação democrática.

O primeiro trabalho a destacar esta temática foi o clássico de Stepan (1987),¹⁴ em que o autor discorre acerca do legado autoritário, bem como sobre as perspectivas futuras nas relações entre a sociedade civil e o poder militar. De fato, grande parte de suas reflexões reside na preocupação em determinar um padrão de redemocratização que incluísse, seriamente, as questões sociais, como, por exemplo, a distribuição de renda. Além de uma bem organizada discussão conceitual acerca da abertura e da democracia, o autor deixa à disposição do leitor dados referentes à história do Brasil nos governos militares, como aqueles que se referem aos gastos militares e seus impactos na economia do país. Sobretudo, Stepan alerta para o perigo de uma transição incompleta e problemática no Brasil, na medida em que entraves autoritários, em ainda permanecendo, não alavancariam o desenvolvimento de uma sociedade civil em amplos termos.

Se Stepan analisa os elementos complicadores para uma consolidação democrática no Brasil pós-regime militar, Aguiar (1986)

oferece uma abordagem mais empírica do contínuismo da ingerência militar na política brasileira por meio do então Congresso Constituinte. Em seu livro, o autor alerta para a manutenção da presença militar que, de acordo com seus argumentos, ainda permitiria um alto grau de autonomia às Forças Armadas, mesmo após o fim do regime autoritário. Isto decorreria do fato de os militares não estarem submetidos, a partir da confecção do próprio texto constitucional, aos poderes constitucionais, gerando uma grande possibilidade de intervenção política numa democracia ainda nascente.

Esse é o mote das pesquisas de Zaverucha (1994; 2000) que, contrapondo-se a Hunter (1997),¹⁵ sustenta que a democracia no Brasil ainda não está consolidada, devido, entre outros motivos, à existência de enclaves autoritários no aparelho de Estado. Tais enclaves dão ensejo ao surgimento de *prerrogativas militares*, ou seja, áreas de atuação onde os militares ainda possuem uma autonomia relevante. Sua análise enfoca as brechas perpetuadas no texto constitucional de 1988 que, segundo seus argumentos, propiciaram a manutenção de uma ingerência militar constitucionalmente validada no cenário político.

Zaverucha, no livro publicado em 1994, faz um estudo comparativo entre as transições ocorridas na Argentina, no Brasil e na Espanha. Mostra as distintas estratégias adotadas pelos atores políticos que levaram ao sucesso do controle civil (Espanha), parcial sucesso (Argentina) e fracasso (Brasil de José Sarney).

Dando continuidade, Zaverucha (2000) analisa os governos Collor, Itamar e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Contesta a interpretação do *impeachment* de Collor feita por Hunter (1997), Oliveira (1998), Castro e D'Araújo (2001) de que não teria havido intervenção castren-

se no processo de afastamento do presidente. Mostra, também, que tanto Itamar como FHC pouco fizeram para o estabelecimento do controle civil sobre os militares.

Grosso modo, Hunter e Zaverucha dividem as opiniões e os referenciais daqueles que se debruçam acerca das relações civis-militares no Brasil. Um exemplo desse fato é que na coletânea de Castro e D'Araújo (2000) as posições próximas à de Hunter encontram adeptos.

O mesmo não ocorre, todavia, na coletânea de Saint-Pierre e Mathias (2001). Em ambas, há artigos de especialistas latino-americanos além dos brasileiros que discutem acerca da subordinação dos militares aos poderes constitucionais durante o período pós-transição para a democracia nos seus respectivos países.

Finalizando, há o trabalho de Antunes (2002) sobre a criação e funcionamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em seu livro, a pesquisadora chama a atenção para o fato de o foco da Abin estar concentrado nas questões de ordem interna, o que seria um prosseguimento da mentalidade do inimigo interno, tão caro aos órgãos de segurança na história do Brasil. Também destaca a falta de uma clara delimitação das atividades da agência, bem como no parco controle legislativo sobre essa. Ademais, Antunes sustenta que, embora seja órgão de inteligência civil, a Abin foi colocada, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, sob controle de um general da ativa, caso único no mundo democrático. Poder-se-ia lembrar, que mesmo durante o regime militar, quem dirigia o Serviço Nacional de Informações (SNI), ou seja, a coleta de informações, não era quem tomava a decisão do que fazer com elas. No governo FHC, todavia, essas duas competências ficaram concentradas na figura de uma única pessoa: o general Alberto Cardoso.

Notas

1. O termo consolidação deve ser usado com cautela, por se tratar de conceito *ex post facto*. Convém lembrar que a literatura definia a democracia chilena, até as vésperas do golpe pinochetista, como consolidada. O mesmo para a Venezuela pré-1992, data da primeira tentativa de golpe de Estado liderada por Hugo Chávez.
2. Há trabalhos que, mesmo não estando no corte cronológico aqui tratado, devem ser mencionados. Castro (1995) fez um estudo etnográfico enfatizando a origem social da vida cotidiana e do ambiente intelectual que cercava os militares em fins do Império e nos primórdios da República. Castro (1990) mostrou o perfil da formação dos cadetes da AMAN. Rara imersão na origem da mentalidade e do espírito de corpo entre os militares do exército. Ao biografar Benjamim Constant, Lemos (1995) revelou que as estruturas sociais do Império não permitiam uma maior mobilidade social, fazendo com que homens, como Constant, optassem pela carreira militar como sustento, e não como missão. Pode-se vislumbrar que os proclamadores da República, mesmo entre os militares, divergiam de sua influência no poder de acordo com as suas origens sociais. Corrêa (1997) discorreu sobre a influência do pensamento positivista na formação da mentalidade militar no Brasil. Seu enfoque, entretanto, difere daquele utilizado tanto por Castro como por Lemos. Primeiro, por estender o corte cronológico para além da República Velha e chegando até 1964. Depois, mostrou, à luz da obra de Comte, as incongruências, as limitações e as adaptações do positivismo pelos militares. Demonstrou que o “espírito positivo” ainda se faz presente no seio do Exército, fundamentalmente, pela cultura do intervencionismo e da ingerência militar no plano político. Corrêa também acentuou o papel das elites políticas civis na formação de uma cultura antidemocrática na República. Prestes (1999) analisou o tenentismo não como um corpo unívoco. Acentuou seus diversos matizes, defendendo que oficiais como Luís Carlos Prestes e Juarez Távora não poderiam ser inseridos num mesmo corte epistemológico. Leiner (1997) esboçou uma teoria da hierarquia militar como fato social para a instituição militar. Coelho (2000), relançamento de 1976, analisou a inserção do Exército no âmbito do cenário político nacional. Foi o primeiro trabalho a enfatizar a importância dos militares entre as elites no Brasil, bem como o primeiro a fazer uma revisão bibliográfica acerca das correntes interpretativas de então. Oliveira (1997) concentrou seu estudo sobre a relação entre o pensamento e as intervenções militares no Brasil. Personagens e grupos dentro das Forças Armadas são identificados em torno de aspirações e projetos políticos comuns. Para outros trabalhos, ver Coelho (1985).
3. As definições sobre o que ocorreu em 1964 são diversas: revolução; contra-revolução; contra-golpe e golpe de Estado. Escolhemos esta última por ser a mais usada na literatura.
4. Sobre a capacidade intervencionista dos militares ante o regime constitucionalmente instituído, ver Markun e Halmilton (2001).
5. Há de se destacar que o principal fator foi a impossibilidade de uma maior aproximação entre pesquisadores e atores políticos durante o regime militar, em especial os próprios militares. Com a saída desses do governo, surgiu a oportunidade para um diálogo mais próximo, devido a certa normalização dos processos políticos e sociais no Brasil.

6. Para um maior aprofundamento acerca desta metodologia, ver Alberti (1989).
7. Em seu governo, Ernesto Geisel teve como um de seus principais auxiliares o então coronel Gustavo Moraes Rego Reis, promovido a general ainda no Governo Geisel. Em seu depoimento a D'Araújo, Castro e Soares no terceiro volume da trilogia *A memória militar*, Reis afirma que aconselhou o ex-presidente Ernesto Geisel na escolha de seu Ministro do Exército. Geisel, por seu turno, em depoimento a D'Araújo e Castro, afirma que não consultou ninguém na referida escolha. Isso, evidentemente, não invalida a entrevista como recurso metodológico, apenas representa seus limites. Cf. D'Araújo, Castro e Soares (1995); D'Araújo e Castro (1997).
8. Ver também a respeito do ex-presidente Geisel, Falcão (1995). Trata-se de obra distante de qualquer critério científico, teórico e metodológico. É, antes de tudo, uma narrativa apolo-gética ao general Geisel, elaborada por um de seus mais fiéis colaboradores. Contudo, fornece dados importantes para se aprofundar o estudo da vida de Geisel e de seu governo.
9. Uma outra coletânea de depoimentos, opiniões, visões e explicações dos militares sobre o regime militar foi realizada por Contreiras (1998). Diferentemente de Castro e D'Araújo, o livro de Contreiras não é uma exposição embasada em critérios teórico-metodológicos, mas um agrupamento de depoimentos curtos, obtidos em diversos veículos de comunicação.
10. Esta obra complementa uma outra sobre os ministros militares da Guerra. Cf. Lopes (1950).
11. Entenda-se por controle civil a capacidade de as autoridades constituídas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de a sociedade civil organizada (sindicato, associações, imprensa etc.) limitarem o comportamento autônomo das Forças Armadas, eliminando, por conseguinte, enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado. Cuba, China e Coréia do Norte controlam os militares por meio de um partido único. Esse controle é civil, mas não democrático. Curiosamente, a ausência de controle civil sobre os militares surgiu na Rússia após a queda do regime soviético, e não antes.
12. Duas obras complementam a discussão de Mathias: Soares (1998) e Teixeira (2001). Em concordância com Mathias, Soares defende que Geisel, estrategicamente, definiu diretrizes para uma abertura por contenção. Ou seja, o regime de exceção deveria ser gradualmente desmontado para evitar crises nas Forças Armadas. Por sua vez, Teixeira defende uma posição oposta. Argumenta que não houve uma abertura por contenção, mas uma contenção da abertura, devido, por exemplo, à conjuntura de mobilização social, ausência de lideranças nas Forças Armadas e o início da queda de governos ditatoriais na Europa. Nesse sentido, Teixeira defende que o projeto de distensão foi efetivado para garantir a continuidade da ingerência militar na política brasileira, mesmo após o fim do regime de exceção. Essa nova e importante interpretação ajuda a entender o destacado papel que as Forças Armadas possuem na vida política brasileira no início do século XXI.
13. O comportamento militar é politicamente autônomo quando os militares têm objetivos próprios, que podem ou não coincidir com os interesses de outros grupos políticos, e a capacidade institucional de executá-los, em detrimento de regras democráticas que proibam a consecução.

14. Também é oportuna a leitura de Stepan (1988). Nesta obra, aspectos relacionados às primeiras conclusões acerca da transição brasileira para a democracia são discutidos por especialistas das ciências sociais e da economia.
15. Entusiasmada com a democracia brasileira, Hunter chegou a escrever que, “sob o risco de exagero, as condições dos anos de 1980 e 1990 converteram os militares em algo parecido a um tigre de papel”. Esta talvez seja a maior lacuna no que se refere à literatura sobre as relações civis-militares no Brasil. O livro de Hunter não foi traduzido para o português, restringindo-se, assim, a esferas de especialistas acadêmicos.

Bibliografia

- Aguiar, Roberto A. R.
1986 *Os militares e a constituinte: poder civil e poder militar na Constituição*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- Alberti, Verena.
1989 *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Alves, Maria Helena Moreira.
1984 *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro, Vozes.
- Antunes, Priscila C. Brandão.
2002 *SNI e ABIN*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz.
1997 *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Castro, Celso.
1995 *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Castro, Celso & D’Araújo, Maria Celina (orgs.).
2002 *Dossiê Geisel*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- 2001 *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Codato, Adriano Nervo.
1997 *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo, Hucitec.
- Coelho, Edmundo Campos.
1985 “A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico”. *BIB*, 19.
- Coelho, Edmundo Campos.
2000 *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Record.
- Contreiras, Hélio.
1998 *Militares. Confissões: histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad.

- Corrêa, Arsênio E.
1997 *A ingerência militar na República e o positivismo*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.
- Couto, Ronaldo Costa.
1999a *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro, Record.
1999b *Memória viva do regime militar: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro, Record.
- D'Araújo, Maria Celina & Castro, Celso (orgs.).
1997 *Ernesto Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
2000 *Democracia e forças armadas no cone Sul*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- D'Araújo, Maria Celina; Castro, Celso & Soares, Gláucio Ary Dillon (orgs.).
1995 *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
1994a *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
1994b *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Dreyfuss, René Armand.
1981 *1964. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes.
- Esteves, Diniz.
1999 *Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro, 1951-1999*. Brasília, Estado Maior do Exército.
- Falcão, Armando.
1995 *Geisel: do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Ferreira, Oliveiros S.
2000 *Vida e morte do Partido Fardado*. São Paulo, Editora Senac.
- Figueiredo, Argelina Cheibub.
1993 *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo, Paz e Terra.
- Fiorin, José Luis.
1988 *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo, Atual.
- Flores, Mário César.
1992 *Bases para uma política militar*. Campinas, Edunicamp.
- Hunter, Wendy.
1997 *Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- Indursky, Freda.
1997 *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, Edunicamp.
- Lamounier, Bolívar (org.).
1990 *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Sumaré.

- Leiner, Piero.
1997 *Meia volta volver*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Lemos, Renato.
1999 *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- Linz, Juan J. & Stepan, Alfred.
1999 *A transição e a consolidação da democracia: a experiência da Europa e da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lopes, Teodorico & Torres, Gentil.
1950 *Ministros da Guerra no Brasil (1809-1950)*. 4. ed. Rio de Janeiro, Borsói.
- Markun, Paulo & Hamilton, Duda.
2001 *1961: que as armas não falem*. 3. ed. São Paulo, Senac.
- Martins Filho, João Roberto.
1995 *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo, Edufscar.
- Mathias, Suzeley Kalil.
1995 *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, Papirus.
- Oliveira, Eliézer Rizzo de.
1994 *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas, Papirus.
1997 *Militares: pensamento e ação política*. Campinas, Papirus.
- Prestes, Anita Leocádia.
1999 *Tenetismo pós-30: continuidade ou ruptura*. São Paulo, Paz e Terra.
- Saint-Pierre, Héctor Luis & Mathias, Suzeley Kalil (orgs).
2001 *Entre votos e botas*. São Paulo, Edunesp.
- Santos, Wanderley Guilherme dos.
1986 *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice.
- Serbin, Kenneth P.
2001 *Diálogos na sombra: bispos, militares e justiça social na ditadura*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Skidmore, Thomas E.
1989 *Brasil: De Castelo a Tancredo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Soares, Gláucio Ary Dillon & D'Araújo, Maria Celina (orgs.).
1994 *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Soares, Samuel Alves.

- 1998 "Marcha moderada: as estratégias de uma abertura por contenção". *Premissas*, 17 (18), maio, Campinas.
- Stepan, Alfred.
1988 *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1986 *Os militares: da abertura à Nova República*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Teixeira, Helder Bezerra.
2001 *Geisel, os militares e o projeto distensionista: transição para a democracia ou contínuismo da ingerência militar na política brasileira?*. Mestrado em Ciência Política, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- Vizentini, Paulo Fagundes.
1998 *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre, Edufrgs.
- Zaverucha, Jorge.
2000 *Fragil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1994 *Rumor de sabres: tutela militar ou controle civil?* São Paulo, Ática.

- Artigo recebido em novembro/2002
- Aprovado em março/2003

Resumo

A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese

Desde o fim do regime militar e o início do processo de transição para a democracia, o estudo político sobre militares federais e estaduais ficou relegado a um papel secundário na literatura das ciências sociais. Parte desse desinteresse muito se deveu a precipitações valorativas. Em outras palavras a equivocada crença de que os militares haviam voltado para os quartéis não sendo mais fonte ameaçadora de poder à mercê da instauração de um governo civil. De acordo com essa percepção, rumava-se inexoravelmente para a consolidação da democracia brasileira. Este artigo pretende contribuir para divulgar as distintas visões sobre a realidade civil-militar brasileira pós-1964. Serão destacadas as principais publicações que contribuíram para um melhor entendimento acerca do papel dos militares na política desde o início do regime militar até os dias de hoje.

Palavras-chave: Democracia; autoritarismo; consolidação; militares; forças armadas; controle civil.

Résumé

La littérature à propos des rapports civils et militaires au Brésil (1964-2002): une synthèse

Depuis la fin du régime militaire et le début du processus de transition vers la démocratie, l'étude politique à propos des militaires fédéraux et des États qui composent la Fédération a été reléguée à un rôle secondaire dans la littérature des sciences sociales. Une partie de ce manque d'intérêt est dû à la détérioration des valeurs. En d'autres mots, la fausse conviction que les militaires étaient retournés dans leurs casernes et qu'ils ne constituaient plus un pouvoir qui menaçait la mise en place d'un gouvernement civil. Suivant cette perception, le Brésil se dirigeait inexorablement vers la consolidation de la démocratie. Cet article prétend contribuer à la divulgation des divers points de vues à propos de la réalité civile et militaire brésilienne après 1964. Il présente les principales publications qui ont contribué pour une meilleure compréhension à propos du rôle des militaires dans la politique depuis le début du régime militaire jusqu'à nos jours.

Mots-clés: Démocratie ; autoritarisme ; consolidation ; militaires ; forces armées; contrôle civil.

Abstract

Literature on the Civil-Military Relationship in Brazil (1964-2002): A Synthesis

Since the end of the Military Rule and the beginning of the transitional process towards democracy, the political study on the military received secondary importance in the social science literature. Part of such lack of interest stemmed from a flawed values system. In other words, there was the belief that the military had returned to the barracks and were not able to threaten democracy anymore. Based on this perception, the Brazilian democracy was inexorably advancing toward its consolidation. This paper aims at showing different visions on the civil-military relationship after 1964. It also analyses the main publications that contributed to a better understanding of the military role in politics from the end of dictatorship until our days.

Key words: Democracy; authoritarianism; consolidation; military; armed forces; civil control.

O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais

Delma Pessanha Neves

A publicação de análises sobre as condições sociais de consumo de bebidas alcoólicas é de inalcançável ordem de grandeza no que diz respeito ao tempo e ao espaço social. Pela diversidade de temáticas, sociedades ou grupos sociais considerados, os autores que elaboram resenhas focalizam questões e domínios disciplinares específicos, em períodos geralmente balizados por décadas e línguas exclusivas (ver Bacon, 1958; Heath, 1975, 1976a, 1976b, 1987; Room, 1984). Há pouca comunicação explícita entre os autores afiliados a diferentes campos institucionais e temáticos. Raros são aqueles que circulam por citação em vários campos intelectuais, como é o caso de Barthes (1957), Bourdieu (1979) e Lévi-Strauss (1978), os quais basicamente focalizam estilos de sociabilidade e etiquetas associadas à ingestão de alimentos e ao uso de bebidas alcoólicas. Também é o caso de Douglas (1987) e Fainzang (1996), autoras que, respectivamente, discutem problemáticas de pesquisa sobre maneiras de beber e sobre alcoolismo.

Os autores agregam-se em torno de perspectivas culturais e problemáticas próprias. A eleição de temáticas deixa entrever interferências das modalidades de atribuição de significados aos atos e às razões de beber. Essas modalidades explicitam práticas políticas de administração das prescrições e proscricções do uso de bebidas alcólicas. As perspectivas de abordagem em grande parte

delimitam as especificidades de domínios disciplinares que aí se agregaram, revelando as apropriações e as consagrações de temas e autores. Esse é o caso especial da dinâmica paralela dos campos intelectuais e culturais que se constituíram em torno da língua inglesa, isto é, dos estudiosos vinculados a instituições sediadas nos Estados Unidos, e da língua francesa, representados pelos autores com vinculações institucionais na França.¹ Além disso, cada um traz à tona sistemas diversos de representações de senso comum, os quais expressam as mudanças nos conteúdos atribuídos aos inúmeros atos de beber e de se embriagar.

Analisando a especificidade da produção intelectual em torno do tema, Room (1984) ressalta que os estudos etnográficos produzidos pelos antropólogos ingleses e norte-americanos se referem aos vários debates sobre a repressão ao uso de bebida alcólica. Tanto na Europa do Norte como nos Estados Unidos, os pesquisadores conheceram – direta ou indiretamente – uma história comum de mudanças radicais quanto à cultura do álcool.² Nessas regiões, ao final do século XIX, a causa da temperança era entendida como uma reforma progressiva, e o alcoolismo como um problema sério. Nos Estados Unidos, diante do ativo movimento de temperança, afirma Room (1984), conflitos normativos entre a cultura tradicional do beber e as normas superimpostas

da abstinência produziram uma ambivalência cultural a respeito do uso de bebida. O resultado, contraditoriamente, foi a expansão do uso qualificado como excessivo.

Em decorrência, a teoria da gênese cultural do alcoolismo tornou-se rapidamente reconhecida. O beber moderado e o beber responsável se elevaram, assim, ao *status* de ideais culturais; a abstinência passou a ser considerada um sectarismo peculiar; o abuso foi confinado sob o termo alcoolismo.

Os ensaístas e pesquisadores tendem a construir uma concepção relativamente “caseira” (ou nacional) sobre a ingestão de bebidas alcoólicas. Por isso, é fundamental aos pesquisadores que atualmente se dedicam ao tema o conhecimento prévio da diferenciada história do consumo do álcool em cada contexto e em cada nação.

No caso da sociedade brasileira, os estudos sobre maneiras de beber estão referidos basicamente à definição dos malefícios da bebida alcoólica ou à valorização do alcoolismo ou da patologia. Por isso, análises vinculadas a esse gênero de literatura são predominantes entre pesquisadores vinculados a instituições destinadas à produção e à reprodução do saber epidemiológico e da psiquiatria social. Muitas das pesquisas são incipientes e representam um investimento de estudantes em formação na pós-graduação, ou na residência médica, ou em cursos de pós-graduação em medicina social ou epidemiologia. Outras são produtos da agregação de pesquisadores vinculados a programas de estudo coordenados por *experts*, como é o caso de Morgado (1983, 1985a, 1985b); Cardim e Morgado *et al.* (1986, 1989); Carlini (1995); Carlini *et al.* (1987a, 1987b, 1989, 1991, 1993, 1994, s/d.) e Masur (1982, 1984, 1986, 1987). Resaltam-se, nessas pesquisas, o acompanhamento de casos e situações clínicas e a aplicação de métodos quantitativos por provisórias equipes de pesquisa.

Esses ensaios e pesquisas levantam os seguintes temas e questões: padrões de consumo entre segmentos específicos; definição de critérios para estabelecimento de diagnósticos, tratamentos e prevenção; perfis de consumidores em situação de risco ou de alcoolistas; construção social das carreiras de alcoolistas; definição de padrões para elaboração de políticas de educação ante a adesão e o controle da ingestão de bebidas alcoólicas; repercussões do alcoolismo para a saúde pública e para o trabalho; o alcoolismo como fenômeno social e histórico; e prática social e terapêutica de grupos de ex-alcoólicos.³

Textos de mobilização à tomada de consciência dos riscos que correm alguns indivíduos com o uso da bebida alcoólica têm sido sistematicamente publicados pela editora dos Alcoólicos Anônimos. Poucos são os autores fora desse campo a engajar-se em cruzadas morais, as quais pretendem valorizar a abstinência ou o uso moderado.⁴

Os antropólogos brasileiros, diferentemente de seus colegas da França e principalmente dos Estados Unidos, pouco têm se dedicado ao estudo das maneiras de beber, inclusive daquelas socialmente condenadas.⁵ As etnografias voltadas para o entendimento dos atos sociais subjacentes ao uso de outras substâncias psicoativas também são raras.⁶ No acervo dessa disciplina, há maior quantidade de estudos sobre uso de substâncias psicoativas em rituais de produção de saber e de comunicação com o sagrado entre sociedades tribais e tradicionais.⁷

A despeito de a maioria dos analistas das formas de organização dos modos de vida das classes trabalhadoras e populares fazerem referência recorrente ao uso desaprovado de bebidas alcoólicas, dificilmente essa insistente referência dos pesquisados é levada em consideração.

À guisa de exemplo, vou considerar a exemplar análise das formas de organização

dos grupos domésticos matricentrados apresentada por Woortmann (1987). O autor transcreve trechos de entrevista em que mulheres da *Invasão* (agrupamento habitacional popular em Salvador, BA), por ele estudada, assim se referem aos sucessivos companheiros:

Já tive dois homens. Mas não deu certo. Acabei tendo que trabalhar ainda mais. Eles ganhavam pouco ou nada. Quando o dinheiro era curto a gente se virava na casa da mãe. Com o primeiro ela não se importou, mas também não gostava não. Ela usava dizer que homem é bom p'ra brincar, mas não p'ra carregar nas costas. Da outra vez ela disse que não estava aí p'ra sustentar homem nenhum. *Depois, ele bebia muito, gastava com a bebida.* Prefiro ficar só eu mais as crianças aqui perto da mãe; aborrece menos, e depois, uma mão lava a outra, não acha? (Woortmann, 1987, p. 66; grifos meus).

Não foi bem casamento. A gente resolveu se juntar mas não procuramos padre [...] com pouco tempo nós viemos para Salvador porque lá era difícil de achar trabalho. Mas aqui não foi fácil também não. Com alguns meses ele [o companheiro de Evangelina] achou emprego numa obra, mas quando a obra acabou o patrão não quis ficar com ele. Ele ficou por aí, à toa por uns tempos vendo se achava o que fazer, até que ele achou trabalho de ajudar a carregar caminhão no Mercado do Ouro. Uns dias ele ganhava um dinheirinho, outros dias não ganhava nada. Um dia ele disse que ia para Feira [de Santana] atrás de um emprego e que mandava me chamar mais tarde. Mas ele nunca mais apareceu. Quando eu soube dele já tinha arrumado outra mulher. Fiquei aqui nesse lugar mais ou menos um ano. *Ai resolvi juntar com outro homem, mas ele não prestava, jogava o dinheiro fora com bebida, baralho.* Mandei ele embora e ele disse que não ia. Ai eu disse para ele “essa casa é minha e eu não que-

ro você aqui”. Tudo que ele me deixou foi o bucho cheio. Fiquei sozinha por uns anos mais a criança, mas eu aceitava visita de alguns homens para ajudar a despesa (*Idem*, 1987, pp. 134-135; grifos meus).

Mais à frente, destaca esse autor:

O lugar apropriado para o homem é a “rua”, concepção esta participada pelos homens como parte de sua imagem de “macho”. Supõe-se que os homens, casados ou não, passem seu tempo nos bares ou botequins, sinucas e outros locais conceitualizados como “masculinos” e opostos à casa (mesmo porque tais lugares são vedados às mulheres). A rua é o lugar de diversão; a casa é o lugar de comer, dormir e ter relações sexuais “sérias”. *“Ficar por aí”, fora de casa é parte de uma imagem de independência. Mas, se a “rua” é parte da idéia de “machismo”, como indica a situação estudada, não implica necessariamente dominação masculina. De fato, quanto menos autoridade o homem tem, tanto mais ele “fica por aí”. É exatamente quando perde seus empregos, e com eles seu “respeito”, que eles gastam mais tempo nos botequins, “posando de macho” (no dizer de algumas mulheres) a fim de compensar subjetivamente a perda de status dentro do grupo doméstico* (*Idem*, pp. 104-105; grifos meus).

Salta aos olhos a referência recorrente e naturalizada ao uso de bebidas alcoólicas pelos homens e a demonstração, em certos casos, da sua perda de *status* e de autoridade. Essa forma de desqualificação dos homens indica a importância do ato de beber e da sua regulação no cotidiano das famílias de segmentos populares.

Mesmo entre os antropólogos brasileiros que se voltaram para os estudos sobre espaços de sociabilidade masculina e alcoolização, as regras que presidem as maneiras de beber e definem as formas de ex-

cesso são temas tangenciais. Machado da Silva (1978) apresentou uma contribuição pioneira, ao eleger os significados atribuídos ao botequim como um dos tipos de casas de bebida na sociedade urbana. Valorizando a análise dos temas de conversação que aí se singularizam, o autor ressalta que eles lançam luz sobre os modos de percepção e controle do alcoolismo, num espaço social consagrado ao uso de bebidas alcoólicas. Enfatiza, então, o processo de marginalização do bêbado:

Existe um tipo de freqüentador, este sim, bastante marginalizado. Trata-se do indivíduo nos últimos estágios do alcoolismo, que está invariavelmente muito embriagado. Nesses casos, o freguês é de tal modo ridicularizado, as brincadeiras de que é vítima são tão ofensivas, que na maioria das vezes o indivíduo permanece no botequim apenas o tempo necessário para consumir em cachaça o pouco dinheiro que tem. E mesmo isto, quando a embriaguez não é total, pois nesses casos o proprietário ou gerente se recusa a lhe vender qualquer bebida (1978, p. 88).

Relevando o papel do bar como espaço privilegiado de produção e reprodução de convívios rotineiros entre os homens trabalhadores, Guedes (1997, pp. 149-150) oferece exemplos etnográficos que acenam para os modos de controle do consumo de bebidas alcoólicas. Segundo ela, o autocontrole é parte do comportamento masculino esperado, razão pela qual o alcoolismo é objeto de atenção e verbalização constante das pessoas adultas. Por essa perspectiva, o bêbado é desclassificado, não sendo levado em conta quanto ao que diz e ao que faz, é neutralizado segundo etiquetas de evitação, consideradas parte da aprendizagem da freqüência assídua ao bar. Conclui então Guedes:

[...] o alcoolismo⁸ masculino, mesmo sendo um comportamento retoricamente reprovado e considerado desqualificante momentaneamente, não é vergonhoso em si mesmo, como o demonstra a falta de pejo em tocar nestas questões, de uma forma tão distante dos valores das camadas médias. Na verdade, o alcoolismo masculino é uma exacerbação de uma característica positiva dos homens. São as implicações do alcoolismo crônico que são consideradas problemáticas. O limite, na verdade, do consumo do álcool situa-se num outro lugar. Enquanto o desempenho dos papéis de homem/trabalhador não é afetado, não há vergonha ou demérito público nesta situação. O bêbado, o alcoólatra é aquele que está, por isso, impedido de trabalhar e, conseqüentemente, impedido de fazer-se respeitar dentro da família. [...] é a impossibilidade de manutenção do trabalho e do sustento da família que faz a diferença entre o comportamento masculino esperado e o reprovado (1997, pp. 149-150).

Sobre esta definição ética do comportamento do embriagado, do bêbado ou do alcoolizado, Machado da Silva também já chamara atenção, apontando a especificidade dos significados conforme o grupo de pertencimento social daquele que é visto como desviante (em relação ao padrão de consumo valorizado):

Um estado de semi-embriaguez, ou mesmo uma embriaguez completa eventual, pouca influência tem no conceito do indivíduo entre os demais fregueses. Esta atitude é muito diferente do procedimento da “classe média” que, quando aceita a embriaguez, não leva a sério a pessoa que se encontra nesse estado. “Não liga para o que o fulano diz, ele está bêbado” é uma frase muito ouvida nos bares de “classe média”. No botequim, só a muito custo se pode aceitar que a pessoa em-

briagada não seja responsável por seus atos e palavras (1978, p. 88, n. 5).

Mariz (1989), atenta às práticas sociais construídas por grupos populares diante do enfrentamento da escassez de bens materiais, põe em relevo a presença do alcoolismo em consonância com a mesma atitude adotada pelos entrevistados. E destaca a presença do alcoolismo como agravante dos constrangimentos inerentes a essa luta ou exacerbador da degradação da qualidade de vida. Desta perspectiva, a autora estuda a eficácia do sistema religioso pentecostal na construção de sentidos estruturantes de novos modos de vida. Reafirmando a solidariedade, tal qual os grupos de Alcoólicos Anônimos, esse sistema de crenças consagra os princípios básicos de redistribuição de recursos fundamentais à reprodução física e social (1989, pp. 80-93).

Por fim, entre os textos de antropólogos brasileiros integrados a esta temática, destaco a contribuição de Jardim (1991), que associa alcoolização e construção de identidade viril. A bebida e o bar como mediador e *locus* de sociabilidade masculina constituem recursos centrais na estruturação de especificidades de universos culturais inerentes à definição de certa masculinidade. A autora privilegia então os bares como espaços de alcoolização e de territorialização de práticas consagradas de inculcação da identidade masculina.

A Resenha Bibliográfica e as Inerentes Arbitrariedades

A produção de resenha configura-se como gênero de literatura acadêmica, cujo princípio referenciador é contraditório, ainda mais se o acervo da literatura em pauta é extenso e ultrapassa campos intelectuais es-

pecíficos. Ao mesmo tempo em que a construção da resenha deve conter pretensões de inclusão extensiva, deve, sob pena de perda de inteligibilidade ou redução ao simples levantamento bibliográfico, ser classificatória, excludente e arbitrária. As necessárias subdivisões e opções temáticas pressupõem reducionismos em relação à contribuição dos autores. Contudo, permitem uma melhor compreensão das associações e das perspectivas recorrentes, geralmente as mais consagradas no campo.

Outrossim, ela é fundamental quando o pesquisador se engaja no estudo de um tema, mormente aqueles pouco conhecidos ou reconhecidos. Esses são os objetivos e os dilemas que estou assumindo ao propor a apresentação de reflexões que relevem as maneiras de beber como objeto sociológico, isto é, como ato social.

Este texto estrutura-se em torno da apresentação de perspectivas analíticas sobre maneiras de beber. Os autores, por mim compulsoriamente convidados a participar desta reflexão, foram privilegiados conforme a identificação com as perspectivas e os métodos de análise das ciências sociais.

Inicialmente, procedi a uma caracterização genérica da bibliografia levantada. Por esse exercício, em seguida, privilegiei alguns textos que tomavam como objeto de análise os atos sociais de ingestão de bebidas alcoólicas. Pelo reconhecimento de autores consagrados nessa temática e pela ênfase na especificidade da contribuição dos antropólogos, reelaborei algumas questões fundamentais à compreensão da construção social das maneiras de beber. Guiada por esses critérios restritos e pela consciência das necessárias relativizações, tentarei demarcar as distinções e os pontos em comum entre autores diferenciadamente posicionados.⁹

Este trabalho é bastante limitado quanto ao tempo da pesquisa e aos espaços institucio-

nais, mas também inconcluso. As análises aqui apresentadas referem-se às leituras que consegui realizar no decorrer do levantamento bibliográfico, levado a efeito entre março e setembro de 1999, posteriormente revisado e expandido entre março e setembro de 2001. Continuo atenta às referências bibliográficas, à medida que tenho acesso a novos textos.¹⁰

Consciente do limite desta releitura, quero reafirmar a arbitrariedade e o pequeno alcance desta análise. O conhecimento que me foi acessível não se baseou em consultas a bibliotecas que possam ser caracterizadas pela especialização temática (consumo de bebidas alcoólicas), salvo o pequeno acervo do Nepad – Núcleo de Estudo e Pesquisas sobre Abuso de Drogas, da UERJ. Vali-me dos acervos da Biblioteca Francisca Keller, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ, da Biblioteca do Instituto de Medicina Social da UERJ e da Escola Nacional de Saúde Pública, no Rio de Janeiro.¹¹ Também tive acesso à Biblioteca da École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, além dos textos em circulação comercial, adquiridos em livrarias nacionais e estrangeiras.

As Questões Sociológicas Recorrentes

Relativizando, por um lado, as especificidades socioculturais que definem, no plano do saber popular, acadêmico ou militante, o uso e o abuso de bebidas alcoólicas e polarizando, por outro lado, certos acordos entre pesquisadores, poder-se-ia pensar em alguns diferenciados, mas recorrentes eixos temáticos, os quais definem a problemática que surge da construção de regras sobre maneiras de beber, expressivas de estilos de vida tão diversos quanto as sociedades e suas diferenciações internas. Porém, sem desconsiderar que a emergência do termo alcoolismo

no século XIX, articulada a noções especiais sobre beber, sobre a embriaguez e sobre a redefinição de maneiras de beber (nutritivas, terapêuticas, festivas e anômicas), consagrou a literatura médica e militante e o consenso sobre o caráter patológico de modos socialmente inadequados de beber.

De um modo genérico, quicá reducionista, dada a limitação do número de textos considerados num acervo infindável, relevo as seguintes questões sociológicas recorrentes na análise das maneiras de ingestão de bebidas alcoólicas:¹²

- 1) A demonstração do caráter social das maneiras de ingestão de bebidas alcoólicas e do controle sobre espaços públicos de sociabilidade mediada pelo ato de beber.

A industrialização de bebidas alcoólicas e a conseqüente criação de mercados internos e globalizados, em particular pela explosão de cafés, bares, tabernas, *bistrot* etc., têm sido uma preocupação central, especialmente dos historiadores. A produção do álcool aparece como importante atividade econômica, merecendo análises sobre a relação entre custos, renda e despesas decorrentes de acidentes de trabalho, de trânsito e efeitos maléficos à saúde.¹³

Sob essa perspectiva, são enfatizados os processos de proletarização e de constituição da classe trabalhadora, inclusive pelo padrão de residência e sociabilidade em bairros específicos ou isolados, fator explicativo do aumento do consumo de bebidas alcoólicas, incidência do alcoolismo e das práticas de higienização social (ver esp. Castelain, 1989).

- 2) A cultura da embriaguez e a filosofia do êxtase.

Valorizando esta perspectiva de compreensão e construindo pontos de vista

filosóficos sobre o êxtase e a embriaguez, os autores identificados com esta *démarche* investem na desconstrução das interferências moralizantes, as quais dificultam a análise sociológica.¹⁴

3) O alcoolismo como patologia médico-social.

A emergência do pensamento epidemiológico e os investimentos no estudo do alcoolismo desdobraram-se na constituição da alcoologia, disciplina destinada basicamente ao estudo do álcool e seus efeitos.

Ressalta-se, por essa abordagem, o estudo da ingestão de bebida alcoólica pela moralização do uso e pela classificação do abuso (Baratta, 1992, pp. 35-36). Nesse caso, insiste-se na associação entre a recorrência do abuso do álcool e situações de mudança, em que, dadas as pressões por aculturação e desaculturação, supõe-se a perda de sentido e referência. Em consequência, observa-se uma articulação sempre reafirmada entre uso do álcool, situações de tensão e criminalidade; entre desagregação social e familiar, herança biológica e social e problemas sociais.¹⁵

4) A construção psicológica e sociológica do tipo ideal alcoólico ou alcoolista e da ação militante de ex-alcoólicos, por meio de diversas associações (ver Becker, 1966; Fainzang, 1996; Garcia, 2001; Soares, 1999).

O Beber como Ato Social: sobriedades e exaltações

Como enunciei no início do texto, vou privilegiar as contribuições dos autores no sentido de delimitar o beber como ato so-

cial, inserido no contexto de valores e concepções de realidade, muito frequentemente implícitos nos comportamentos a ele referentes (cf. Hazan, 1987, pp. 205-219).¹⁶ Como os efeitos da bebida são assim afetados, as maneiras de beber variam no interior de uma população e de uma a outra. A consagração dessa perspectiva referencia a descrição etnográfica de múltiplas situações demonstrativas da diversidade de modos sociais de ingestão de bebidas alcoólicas.¹⁷ Por isso, torna-se mais adequada a referência a maneiras de beber, construções sociais orientadas por atitudes e crenças que definem proscricções e prescrições.

Os padrões construídos e institucionalizados de uso das bebidas alcoólicas e a variedade de motivos e oportunidades construídas para o ato social de beber são destacados em cada sociedade.¹⁸ Para que as bebidas sejam acessíveis, é fundamental que se conheça o manual de uso e ingestão. Portanto, é necessário um processo de aprendizagem sob dosagens repetidas para permitir uma identificação confiante, que pressupõe uma medicina popular e uma farmacognose, a publicidade e técnicas para a administração e a análise dos determinantes do comportamento individual (como sentir os efeitos, pois, afinal, elas são ingeridas como instrumentos de mediação para alcançar diversos motivos). O processo de aprendizagem inclui a superação de efeitos desagradáveis, como freqüentemente acontece em decorrência da primeira experiência com o tabaco, com o álcool etc. (ver Becker, 1966; Velho, 1998).

A maior parte dos bebedores demonstra com eloqüência os efeitos do aprendizado do controle comportamental, institucionalizando maneiras de administrar os riscos inerentes de desvio. Em várias sociedades não é o álcool que é condenado, mas o comportamento desviante dos indivíduos. Assim, há

uma recorrente valorização do homem que sabe beber sem se alcoolizar e sem interferir no desempenho de papéis a ele atribuídos. Torna-se então importante distinguir e contextualizar os significados dos termos culturais que demarcam as distinções: *alcoolização*, *embriaguez*, *alcoolismo*, *bebedor*, *bêbado*, *embriagado*, *alcoólatra*, *alcoólico*, *alcoolista*, *alcoólico ativo*, *alcoólico passivo* etc. Eles dizem respeito aos graus de tolerância e às atitudes dos indivíduos que se encontram nesses diferentes estados. Se o uso da bebida é costumeiro ou integrado, isto é, de uso institucional aceitável, geralmente não há problemas com a embriaguez.

Cada sociedade tem estabelecidos os momentos de beber, os diferentes significados atribuídos a cada contexto e ao deslocamento diante dos diversos significados de periodização do tempo. O comportamento relacionado ao momento de beber serve, assim, para organizar a experiência temporal, devendo ser estudado na articulação com sistemas sociais, orientações culturais e condições ecológicas.

A definição do contexto possível já é indicadora das formas de controle social. Beber em grupo é uma forma de controle social sobre o uso individual, pois a essa prática se integram símbolos sociais, sentimentos e atividades. Beber em grupo é uma atividade social referenciadora do fato de que as pessoas que bebem sozinhas são mais controladas, inclusive pela acusação do desvio ou do alcoolismo. Em conseqüência, o ato social de ingestão da bebida não pode ser estudado sem que sejam levados em consideração os sistemas de crenças no controle do comportamento e da socialização. Essa afirmação dogmática, definidora da posição relativista e anti-repressiva geralmente assumida pelos cientistas sociais, tem sido amplamente demonstrada pela exemplificação de religiões mais ou menos constrictivas que,

por tais características, são mais ou menos tolerantes ou intolerantes com a prática do uso de bebida alcoólica.

A ingestão de bebidas alcoólicas é valorizada para alcançar ou alterar estados de consciência e de expressão de sentimentos, mas em contextos especiais, geralmente associados à facilitação de atividades interpessoais e às maneiras de se alimentar. É o que bem expressa o uso do álcool antes, durante ou depois das refeições. Comer e beber não são apenas atividades físicas, mas ocasiões sociais de divertimento.

Nas sociedades em que a alcoolização faz parte de um código de polidez, o abstinente é socialmente constrangido. Ela, por exemplo, aparece de forma institucionalizada nas relações que se objetivam nos bares, espaço de celebração do rito social de constituição do bom bebedor e do reconhecimento da internalização da identidade masculina. Nessas situações, a obrigação do uso do álcool como código de polidez tem a função de "lubrificante social".

Em decorrência dessa função, alguns segmentos profissionais se crêem obrigados a consumos freqüentes ou mesmo a hiperconsumos, assim como a condicionamentos. O estranho que a eles deve se integrar incorpora o consentimento e a imitação desses hábitos, assimilando-os como próprios (ver Castelain, 1989; Gaboriau, 1993; Neves, 1994).

Nesses casos, o estímulo à alcoolização pode aparecer como tema de propaganda, sugerindo a ampliação das ocasiões de uso do álcool ou os pretextos para a ingestão. O álcool aparece então como um fator necessário à convivência e à integração social, postas em prática sob um duplo sentido: de ascensão a uma identidade social e, para o homem, a um certo reconhecimento social da identidade viril. Para tanto, o álcool reveste-se de um papel de instrumento de mediação iniciática ao *status* de homem e adulto. Como instru-

mento de mediação, freqüentemente exprime uma associação simbólica entre trabalho, “vontade de poder” (autoridade ou autonomia) e virilidade.

No bar, templo consagrado à alcoolização controlada, a bebida estabelece entre os homens um jogo de trocas e vínculos sociais.¹⁹ Aí ocorre a desvalorização do anonimato e do isolamento, advinda da desconfiança, da suspeita e da exclusão do solitário das redes de relações que se instituem entre fregueses e donos de bar (cf Garcia, 2000; Peçanha, 2000; Silva, 2000). A desvalorização do homem que bebe sozinho evidencia a rejeição do desvio comportamental ou o rompimento com as reciprocidades estabelecidas nos bares.

Os eventos e os comportamentos atribuídos variam conforme o tipo de organização social. Quando a heterogeneidade do social é acompanhada pelo crescimento da individualidade, antecipa-se ou amplia-se a disputa a respeito do que é e de quem é desejável. Nessas circunstâncias, a noção de abuso aparecerá sempre com sentido pejorativo, mesmo que os efeitos atribuídos não sejam profundamente conhecidos.

Beber sozinho no bar é não só quebrar reciprocidades, mas também construir a culpabilidade. Sobre o homem isolado recai a suposição da desonra e da suspeição quanto aos modos de constituição da relação complementar com a mulher. Daí ser recorrente em muitas sociedades em que há o investimento na hegemonia masculina, associada inclusive à alcoolização, a explicação do desvio ante as maneiras adequadas de beber por decorrência do abandono pelas mulheres ou do *status* de celibatário.²⁰ Canções que se referem ao estilo de vida boêmio e aos modos padronizados de comportamento do homem solteiro revelam essa associação (ver Santos de Matos, 2000).

A associação entre celibato e uso abusivo de bebida é tão reconhecida que seu abandono é considerado fator constitutivo do casamento e da organização familiar. O casamento é, por conseqüência, concebido como um meio de controle dos excessos de alcoolização e do abandono ou secundarização da sociabilidade masculina que se ritualiza no bar e na rua. À mulher é atribuído o papel de agente de socialização do novo papel do homem, o de marido, e de concorrente dos prazeres obtidos no convívio e na alcoolização entre os homens. A casa e o bar constituem-se em espaços incongruentes, razão pela qual recai sobre os homens casados maior tensão diante da desejada (e contraditoriamente requerida) duplicidade de afiliação. Essa contraposição é uma demonstração cabal do controle sobre as investidas domesticadoras da esposa e da afirmação da identidade masculina, associada à autonomia e à publicização do estabelecimento de limites ao papel domesticador da mulher.²¹

Embora o uso público de bebida alcoólica seja relativamente recente por mulheres, elas indiretamente sempre desempenharam papel fundamental nas definições das maneiras de beber, zelando pelo cumprimento de regras. Nas festividades, os homens geralmente são controlados pelas esposas ou mães, que sinalizam a dignidade do seu comportamento. O uso abusivo de bebidas alcoólicas por elas como por seus maridos e filhos colocam-nas também sob suspeita de conflito de papéis ou inconsistência de *status*.²²

Ao considerar os motivos que referenciam as maneiras de beber, deve ser levado em conta que seu catálogo não corresponde necessariamente ao resultado do comportamento, mas ao aprendizado do comportamento culturalmente atribuído (ver Garcia, 2001). Nessa aprendizagem, as interpretações construídas em sistemas de saberes di-

ferenciados podem se encontrar. Esse é o caso da explicação recorrente, também da perspectiva dos usuários, de que o uso inadequado da bebida alcoólica se justifique pela expressão pública do seu sofrimento diante da desorganização familiar e dos comportamentos desviantes.²³

Cada sociedade estabelece não só o contexto da ingestão de bebida, mas também uma hierarquia das bebidas e um significado especial para cada uma delas. Na sociedade brasileira, uma das bebidas mais desqualificadas é a aguardente de cana, cuja apelação mais recorrente e denotativa da desclassificação é a cachaça. Mesmo entre os usuários que a preferem, há investimentos de desqualificação para ressemantização de significações positivas.²⁴

O entendimento sociológico do uso da bebida alcoólica é enriquecido quando associado a atributos funcionais imputados a outras bebidas. As propriedades simbólicas atribuídas às bebidas produzem usos ritualísticos próprios. Seus atributos só podem ser entendidos pelo estudo dos sistemas de crenças criados em torno deles.

É o caso contemplado por Gushfield (1987), que contrapõe os usos funcionais do álcool, do café e do chá, expressivos da mudança da organização temporal da sociedade ocidental, a qual institucionalizou as contraposições entre trabalho/lazer e trabalho/casa. Destaca então o autor: o café introduz e incentiva o trabalho e a bebida introduz e instaura o contraposto tempo livre ou o estado de ânimo atribuído ao domínio do lazer. O café é pensado como um agente de sobriedade e de estimulação; o álcool como meio de relaxamento, sociabilidade e mediador da exaltação de sentimentos e expressão social; o chá purifica e distingue.

A ocasião de beber chá na cultura inglesa está articulada a uma certa divisão do dia e, conseqüentemente, a uma noção de

temporalidade. O tomar chá é altamente versátil, mas a hora do chá serve como código temporal para as pessoas. O convencional uso do chá é de natureza essencialmente cíclica, estruturando o universo do tempo não linear. Cada ocasião de tomar chá é engendrada por outras situações sociais, interesses e realidades.

Instaurando o domínio do lazer, o uso da bebida alcoólica redefine a vinculação entre trabalhadores, repõe princípios de inclusão e exclusão e instaura novas formas de pertencimento. Ao delimitar os *insiders* e *outsiders* de grupos corporativos graças à fidelidade a um estilo valorizado do bom viver, a participação sociável neste tipo de consumo exprime os constrangimentos inerentes ao mundo do trabalho. O uso do álcool, segundo as definições de grupos de pertencimento assim estabelecidos, é includente, mas multiplamente excludente: deixa de fora os que não sabem beber e os que adotam a abstinência ou o uso considerado abusivo.

Diante da segmentação da sociedade derivada das recorrentes definições da divisão social do trabalho, o uso moralmente obrigatório do álcool institui a construção de diversas categorias socioprofissionais. Ao álcool se atribui, como em outras situações também ao café, o caráter de elemento constituidor do mundo do trabalho. É, por exemplo, o caso dos garçons e dos estivadores, para ficar nos exemplos mais caricaturados.²⁵

A prática ritualizada da ingestão de bebida alcoólica cria a mediação para a construção do mundo ideal ou para o mundo real. Tanto o beber em casa como nos bares e botequins são partes ou elementos constitutivos da ordenação do social, mas apenas para os segmentos que adotam esse estilo de vida. Por isso, ressalto, os estudos sobre a ingestão de bebidas alcoólicas não podem perder de vista o fato de que englobam parte da sociedade e alguns sistemas de crenças

possíveis e coexistentes. Não podem ser generalizados sobre comportamentos de todos os participantes da sociedade. A expansão de estilos de vida orientados por sistemas de crenças religiosas que se contrapõem radicalmente à alcoolização é prova cabal dessa relatividade do uso de bebidas alcoólicas (ver Mariz, 1989).

Considerações Finais

Nas ciências sociais, tem-se acompanhado com vigor uma série de situações qualificadas como problemas sociais contemporâneos, como os decorrentes da presença da Aids, do uso de drogas ilícitas, da violência especialmente urbana. Mas tem-se dado menor peso ao uso definido como problemático de bebidas alcoólicas. Tal fato talvez seja devido à poluição de perspectivas definidoras, as quais articulam esses usos a uma definição de morbidade, especialmente psiquiátrica.²⁶

O cruzamento de definições (biológicas, psicológicas e sociológicas) não teria em si razão para se constituir em limitações de difícil transposição, pois as ciências sociais têm acumulado saber sobre tais ambigüidades. O domínio da sociologia deu-se pela depuração desses labirintos de perspectivas. Refiro-me aos investimentos metodológicos deixados por Durkheim (1973), nos quais o autor afirma que o suicídio poderia ser estudado como um fenômeno social. Contudo, o empenho em demarcar fronteiras disciplinares, ao mesmo tempo em que consagrou o reconhecimento de objetos sociológicos, fragmentou o saber e secundarizou aspectos relevantes das socialmente supostas ou qualificadas patologias.²⁷

O movimento de temperança do século XIX, que surgiu sobretudo na sociedade norte-americana, imputou uma imagem profun-

damente negativa aos bebedores (ver Garcia, 2001; Gushfield, 1962, 1963; Soares, 1999). O desenvolvimento de saberes referidos ao alcoolismo como doença (a partir de Huss, 1853) colaborou para enfatizar seus aspectos negativos e para mobilizar a construção de mecanismos de controle social.²⁸ Por isso, o interesse da pesquisa sobre a ingestão de bebidas alcoólicas tem sido mais concentrado sobre a embriaguez do que o beber, e o beber considerado mais um desvio individual do que um comportamento social.

Como a ingestão de bebida alcoólica, inclusive aquela considerada abusiva, constitui um ato social, isto é, dotado de regras, a qualificação do abuso nada mais é do que a denúncia coletiva da transgressão a essas regras. A possibilidade social do uso de álcool sob condição de embriaguez induz à construção de regras restritivas a essa alternativa. Essas regras geralmente englobam quem pode e quem não pode beber, o que se pode beber, em que contextos, em companhia de quem etc.

Em conseqüência, o beber qualificado como excessivo não pode ser compreendido apenas pela perspectiva da doença e do desvio. E, mesmo sob esta perspectiva, não pode ser compreendido tão somente pelo ato individual. Os padrões do uso do álcool, suas funções e significados, são consoantes ao contexto cultural no qual o ato de beber ocorre: influenciam os modos da ingestão, os efeitos da bebida e as ações sobre as transgressões proscritas.²⁹

Como destaca Fainzang (1996), é preciso ter cuidado para não se cair na contraposição entre antropologia da saúde/doença ou antropologia do beber. Ambas estão referidas aos estudos de princípios de organização social e de construção das regras que presidem práticas coletivas. As transgressões não podem ser entendidas se apartadas das prescrições exaltadas.

Notas

1. Esses dois campos foram por mim privilegiados pelas condições de acesso à bibliografia.
2. A respeito desse processo, destaco a contribuição analítica de Baratta (1992, pp. 35-49) e de Soares (1999).
3. Para uma caracterização mais ampla de títulos bibliográficos sobre uso de bebidas alcoólicas, ver Neves (2001a e 2001b).
4. Ver Aratangy (1991), Baratta (1992), Barreto (1971), Bastos (1988, 1996), Bittencourt (1994), Bucher (1992, 1994), Cavalcante (1999), Climent (1989), Graeff (1989), Greco Filho (1996), Hapetian (1997), Inem (1993), Jampolsky (1996), Laranjeira (1997a, 1997b), Lawson (1999), Leite (1999), Mele (1998), Melo (1996), Milby (1988), Oliveira (Jr.) (1998), Palma (1988), Ramos (1997), Santos (Jr.) (1997), E. Silva (1997), Thomaz (1998), Uchoa (1998), Zoja (1992).
5. Para além do clássico artigo de Machado da Silva (1969/1978), podemos citar Jardim (1991) e Mariz (1989).
6. Ver o inaugural trabalho de Velho (1998).
7. Para citar alguns exemplos, ver Abreu (1984, 1990, 1992), Baldus (1950), Coelho (1976), Freitas (1996), Friel (1976), Galvão (1976), Léry (1960), Monod (1976), Reichel-Dolmatoff (1975, 1976), Seitz (1976), Wagley (1943).
8. O termo mais adequado, neste caso, talvez seja alcoolização.
9. A noção de campo intelectual e cultural tem por referência as elaborações de Bourdieu no decorrer de sua obra.
10. Outro investimento de sistematização já se encontra em curso.
11. O levantamento bibliográfico nessas bibliotecas foi possível pela concessão de três bolsas de iniciação científica e uma de apoio técnico pelo CNPq, entre março de 1999 e fevereiro de 2001. Participaram do levantamento e da sistematização classificatória dos textos os alunos do curso de ciências sociais da Universidade Federal Fluminense: Angela Maria Garcia, Arlete Inácio dos Santos, Danilo Spinola Caruso, Fabio Reis Mota, Luis Fernando M. Baptista, Marcel Robalinho Peçanha, Patrícia Ferreira e Silva e Roberta Tavares da Silva. Conteí ainda com a valiosíssima contribuição de Ernesto Aranha Andrade, que facilitou o acesso ao acervo da Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública. E, no trabalho de seleção e padronização dos critérios de apresentação da bibliografia, foi fundamental a participação de Etelma Mendonça Costa, bolsista de apoio técnico.
12. Cada uma dessas temáticas está analiticamente considerada em Neves (2001a).
13. Ver Climard (1969), Ettner (1997), Rossow (1997), entre os autores ingleses. E ver Bihl-Willete (1997), Castelain (1988, 1989), Desjeux *et al.* (1999), Hell (1984), Nourrisson (1990), entre os franceses.
14. Ver Barthes (1952), Bateson (1997), Bernard (1985, 1990), Bott (1987), Bourdieu (1979), Castelain (1989), Douglas (1987), Gaboriau (1993), Garcia (2000), Gurr (1987), Jardim (1991), Nahoum-Grappe (1989), Nourrisson (1990), Peçanha (2000), Silva (2000), Suissa (1998).

15. Ver Ablon (1973), Bacon (1958, 1974, 1976a, 1976b, 1976c), Beckman (1978), Cahalan (1976), Gomberg (1976), Gushfield (1962), Hutchinson (1961).
16. Sobre rituais de uso de bebida alcoólica (frequência, características das bebidas, quem bebe, o que bebe etc.) entre burgueses na França, ver Bourdieu (1984) e Gurr (1987, pp. 220-233).
17. Sobre essa diversidade de maneiras de beber, ver Barthes (1957), Bateson (1977), Bernand (1985, 1990, 2000), Bihl-Willete (1997), Bott (1987), Bourdieu (1979), Boustany (1998), Caro e Morin (1990), Castelain (1988, 1989, 1990), Desjeux, Jarvin e Taponier (1999), Elias (1985), Fabre-Vassas (1989), Faugeron (1999), Gurr (1987), Hell (1984), Hourtaud (1995), Jardim (1991), Le Guirriec (1990), Leroy-Ladurie (1969), Lévi-Strauss (1969), Machado da Silva (1978), Nourrison (1990), Véquard (1999).
18. Registros etnográficos destacam os seguintes contextos recorrentes de uso da bebida: acompanhando as refeições; parte do ritual religioso; marca da hospitalidade; mediação instrumental à criação do contexto extraordinário da festividade.
19. Segundo Lévi-Strauss (1978), enquanto a comida serve para alimentar, a bebida serve para homenagear.
20. Ressalta-se assim a importância do estudo etnográfico de abstinentes, que põem em prática outras expressões de virilidade e de sociabilidade. Ver Mariz (1989).
21. Esta articulação temática vem sendo empiricamente investigada pela equipe de pesquisa por mim coordenada no quadro do desdobramento do projeto O Alcoolismo e a Exclusão Social. Ver Neves (2002).
22. Ver Beckman (1978). Dada a raridade de estudos sociológicos sobre a participação das mulheres em situação de alcoolização, inclusive as condenadas, neste texto privilegiamos o desempenho dos homens.
23. Ver Ablon (1973), M. D. Bacon (1958), M. K. Bacon (1974, 1976a, 1976b, 1976c), Cahalan (1976), Gombert (1976), Hutchinson (1961), Macaghy (1976), Mandell (1976), O'Neil (1996, 1998).
24. Considerar especialmente a literatura de cordel (Queiroz, 2000, por exemplo) e as piadas sobre bêbados.
25. Ver a clássica etnografia de Castelain (1989) sobre a sociabilidade dos portuários, ao norte da França.
26. Sobre problemáticas inerentes à construção deste objeto sociológico, ver Bacon (1976a, 1976b), Douglas (1987), Everett *et al.* (1976), Fainzang (1996), Hourtaud *et al.* (1995), Neves (2001c), Room (1984).
27. Para uma análise sobre problemas referentes ao estudo de "patologias sociais", ver Velho (1974).
28. Ver Ancel e Gaussoit (1998), Bacon (1976b, 1976c), Bernand (1985), Caro e Morin (1990), Fainzang (1996), Jellinek (1960).
29. Mesmo que outros fatores também devam ser considerados, pois produzem importantes resultados bioquímicos, fisiológicos e farmacológicos.

Bibliografia

- Ablon, Joan.
1973 "Family behavior and alcoholism", in M. W. Everett; J. O. Waddell e D. B. Heath (eds.), *Cross-cultural approaches to the study of alcohol: an interdisciplinary perspective*, Mouton, The Hague, pp. 133-160.
- Abreu, Regina.
1990 "A doutrina do Santo Daime", in Leilah Landim (org.), *Sinais dos tempos: diversidade religiosa no Brasil*, Rio de Janeiro, Iser, pp. 253-265.
1984 "Daime Santa Maria: uma antropologia de áudios e imagens". *Comunicações do ISER*. Instituto de Estudos Religiosos, Rio de Janeiro, Iser.
1992 "Plantas psicoativas: símbolos de identidade social", in Odair Dias Gonçalves e Francisco Inácio Bastos (orgs.), *Só socialmente...*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, pp. 15- 23.
- Ancel, Pascale & Gaussot, Ludovic.
1998 *Alcool et alcoolisme: pratiques et représentations*. Paris, L'Harmattan.
- Aratanga, Lídia Rosemberg.
1991 *Doces venenos: conversas e desconversas sobre drogas*. São Paulo, Olho D'Água.
- Bacon, Margaret D.
1958 "Understanding alcoholism". *Annals of the Academy of Political and Social Science* 315, Philadelphia.
- Bacon, Margaret K.
1974 "The dependency-conflict hypothesis and frequency of drunkenness: further evidence from a cross-cultural study". *Quarterly Journal of Studies on Alcohol*, 35, pp. 863-873.
1976a "Cross-cultural studies on drinking: integrated drinking and sex differences in the use of alcoholic beverages", in M. W. Everett; J. O. Waddell e D. B. Heath (eds.), *Cross-cultural approaches to the study of alcohol: an interdisciplinary perspective*. Mouton, The Hage, pp. 65-83.
1976b "Alcohol use in primitive societies", in B. Kissin e H. Begleiter (eds.), *The biology of alcoholism: social aspects*, Nova York, Plenum Press, pp. 23-37.
1976c "Alcohol use in tribal societies", in Benjamin Kissin e Henri Begleiter (eds.), *Social aspects of alcoholism: social aspects*, Nova York, Plenum Press, pp. 1-36.
- Baldus, H.
1950 "Bebidas e narcóticos dos índios do Brasil". *Sociologia*, (12): 161-169, São Paulo.
- Baratta, Alessandro.
1992 "Fundamentos ideológicos da atual política criminal sobre drogas", in Odair Dias Gonçalves e Francisco Inácio Bastos (orgs.), *Só socialmente...*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, pp. 35-49.

- Barreto, João de Deus Lacerda Menna.
1971 *O desafio das drogas e o direito*. Rio de Janeiro, Renes.
- Barthes, Roland.
1957 *Mythologies*. Paris, Seuil.
- Bastos, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro.
1988 "Drogadição: a contribuição da psicanálise contemporânea". *Caderno do IMS*. 2 (2): 173-181, jun./jul., Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social/UERJ.
1996 *Ruína e reconstrução*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Bateson, Gregory.
1977 *Vers une écologie de l'esprit*. Paris, Seuil.
- Becker, Howard S.
1966 *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. Londres, The Free Press.
- Beckman, L. J.
1978 "Sex-role conflict in alcoholic women: myth or reality?". *Journal of Abnormal Psychology*, (87): 408-417.
- Bernand, Carmen.
1985 "De l'invrognerie à l'alcoolisme". *Informations Sociales*, (8): 24-29.
1990 "Environnements, idolâtries et illusions: ivresses andines", in G. Caro (org.), *De l'alcoolisme au bien boire*, Paris, L'Harmattan, pp. 239-245.
2000 *Désirs d'ivresse. alcool, rites et dérives*. Paris, Éditions Autrement, 191.
- Bihl-Willete, Luc.
1997 *Des tavernes aux bistrotts: une histoire des cafés*. Lausanne, Suiça, Éditions L'Age d'Homme.
- Bittencourt, Ligia (org.).
1994 *A vocação do êxtase: uma antologia sobre o homem e suas drogas*. Rio de Janeiro, Imago.
- Bott, Elizabeth
1987 "The Kava ceremonial as a dream structure", in Mary Douglas (ed.), *Constructive drinking: perspectives on drinking from anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 182-204.
- Bourdieu, Pierre
1979 *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Minuit.
- Boustany, Antoine
1998 *Drogues de paix, drogues de guerre*. Paris, Hachette.
- Bucher, Richard.
1992 *Drogas e drogadição no Brasil*. Porto Alegre, Artes Médicas.

- Bucher, Richard & Oliveira, Sandra R. M.
1994 "O discurso do 'combate às drogas' e suas ideologias". *Revista de Saúde Pública*, 28 (2): 137-145, abr., São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- Cahalan, Don & Cisin, Ira H.
1976 "Drinking behavior and problems in the United States", in Benjamin Kissin e Henri Begleiter, *Social aspects of alcoholism*, Nova York, Plenum Press, pp. 77-115.
- Carlini-Cotrim, Beatriz Helena; Pires, Maria Laura N.; Fernandes, Roberto & Masur, Jandira.
1987a "O consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes de primeiro grau na cidade de São Paulo". *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 35 (5): 279-285, set./out., Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- Carlini, Eraldo de Araújo.
1995 *Medicamentos, drogas e saúde*. São Paulo, Hucitec.
- Carlini, Eraldo de Araújo & Carlini-Cotrim, Beatriz Helena.
1987a "O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na grande São Paulo. Parte I: estudantes de 1º e 2º graus da rede estadual". *Revista ABP-APAL*, 9 (2): 49-58, abr., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.
1987b "O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na grande São Paulo. Parte II: meninos de rua e menores internados". *Revista ABP-APAL*, 9 (2): 69-77, abr.-maio-jun., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.
1991 "A preponderante participação do álcool nas internações por dependências e por psicoses induzidas por drogas psicotrópicas no Brasil, triênio 1987-1989". *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 40 (6): 291-298, jul., Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- Carlini, Eraldo de Araújo; Carlini-Cotrim, Beatriz Helena & Silva Filho, Armando Ramos. (s/d.), *Sugestões para programas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil*. São Paulo, Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas.
- Carlini, Eraldo de Araújo; Carlini-Cotrim, Beatriz Helena; Silva Filho, Armando Ramos & Barbosa, Maria Tereza Serrano.
1989 *Segundo levantamento nacional sobre o uso de psicotrópicos em estudantes de 1º e 2º graus*. São Paulo, Cebrid.
- Carlini, Eraldo de Araújo; D'Almeida, Vânia; Noto, Ana Regina & Cruz e Sa, Lúzia da.
1994 "Produção científica brasileira sobre abuso de drogas: como está e para que serve". *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 43 (8): 423-427, ago., Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- Carlini, Eraldo de Araújo; Nappo, Solange A. & Galduroz, José Carlos.
1993 "A cocaína no Brasil ao longo dos últimos anos". *Revista ABP-APAL*, 15 (4): 121-127, out.-dez., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.

- Caro, Guy et Morin, Edgar (org.).
1990 *De l'alcoolisme au bien boire*. Tomo 1. Paris, L'Harmattan.
- Castelain, J. P.
1988 "L'alcool: manières de boire, manières de vivre et rapport aux autres". *Psychotropes*, IV (2): 61-68.
- 1989 *Manières de vivre, manières de boire: alcool et sociabilité sur le port*. Paris, Imago (prefácio de C. Bernard).
- 1990 "Alcoolisation, sociabilité et identité sociale en milieu portuaire", in G. Caro (org.), *De l'alcoolisme au bien boire*, Paris, L'Harmattan, pp. 173-176.
- Cavalcante, Antônio Mourão.
1999 *Drogas, esse barato sai caro: os caminhos da prevenção*. Rio de Janeiro, Record.
- Climent, Carlos E.; Aragón, Lydia Victoria de & Plutchik, Robert.
1989 "Predicción del riesgo de uso de drogas por parte de estudiantes de secundaria". *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, ano 68, 107 (6): 568-576, dez., Organización Panamericana de la Salud, Washington, EUA,
- Clinard, Marshall B.
1969 "The public drinking houses and society", in Simon Dinitz, Russel R. Dynes e Alfred C. Clarke, *Deviance*, Nova York, Oxford University Press, pp. 228-242.
- Coelho, Vera Penteado.
1976 *Os alucinógenos e o mundo simbólico: o uso dos alucinógenos entre os índios da América do Sul*. São Paulo, EPU/Edusp.
- Desjeux, Ominique; Jarvin, Magdalena & Taponier, Sophie (orgs.).
1999 *Regards anthropologiques sur les bars de nuit: espaces et sociabilités*. Paris, L'Harmattan.
- Douglas, Mary (ed.).
1987 *Constructive drinking perspective on drink from anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Durkheim, Émile.
1973 *O suicídio: estudo sociológico*. Lisboa, Presença-Livraria Martins Fontes.
- Elias, Norbert.
1985 *La société du coeur*. Paris, Flammarion.
- Ettner, Susan L. (1997), "Measuring human cost of a weak economy: does unemployment lead to alcohol abuse?". *Social Science & Medicine*, 44 (2): 251-260, jan., Nova York, Pergamon Press.
- Everett, M. W.; Waddell, J. O. & Heath, D. B. (eds.). (1976), *Cross-cultural approaches to the study of alcohol: an interdisciplinary perspective*. Mouton, The Hage.
- Fabre-vassas, Claudine.
1989 "La boisson des ethnologues". *Terrain*, 13 (Boire): 5- 14.

- Fainzang, Sylvie.
1996 *Ethnologie des anciens alcooliques: la liberté ou la mort*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Faugeron, Claude & Kokoreff, Michel.
1999 "Les pratiques sociales des drogues; éléments pour une mise en perspective des recherches en France". *Sociétés Contemporaines*, 36 (Les Pratiques Sociales des Drogues), Paris, L'Harmattan.
- Freitas, Eliane Tânia Martins de.
1996 *Contra a vida breve: a água louca, o sangue do Yage e o vento do tabaco*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Friekel, Protásio Morí.
1976 "A festa do rapé", in Vera Penteadó Coelho, *Os alucinógenos e o mundo simbólico: o uso dos alucinógenos entre os índios da América do Sul*, São Paulo, EPU/Edusp.
- Gaboriau, Patrich.
1993 *Le clochard*. Paris, Julliard.
- Galvão, Eduardo.
1976 *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo/Brasília, Nacional/INL.
- Garcia, Angela Maria.
2000 *Os bares no contexto de um bairro popular*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, vinculado ao Projeto de pesquisa O Alcoolismo e a Exclusão Social, coordenado pela professora Delma Pessanha Neves.
2001 *A noção do fundo do poço e a viabilidade dos Alcoólicos Anônimos*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, vinculado ao Projeto de pesquisa O Alcoolismo e a Exclusão Social, coordenado pela professora Delma Pessanha Neves.
- Gomberg, Edith S.
1976 "Alcoholism in women", in Benjamin Kissin e Henri Begleiter, *Social aspects of alcoholism*, Nova York, Plenum Press, pp. 117-166.
- Graeff, Frederico G.
1989 *Drogas, psicotrópicos e seu modo de ação*. São Paulo, EPU.
- Greco Filho, Vicente.
1996 *Tóxicos: prevenção-repressão*. São Paulo, Saraiva.
- Guedes, Simoni Lahud.
1997 *Jogo de corpo*. Niterói, EDUFF.
- Gurr, Lisa Anne.
1987 "Maigret's Paris, conserved and distilled", in Mary Douglas (ed.), *Constructive drinking: perspective on drink from anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 220-236.

- Gushfield, J. R.
 1962 "Status conflict and the changing ideologies of the American temperance movement", in D. J. Pittman e C. D. Snyder (eds.), *Society, culture and drinking patterns*, Nova York, Wiley and Sons, pp. 101-121.
- 1963 *Symbolic crusade: status politics and the American temperance movement*. Urban, III U. of Illinois Press.
- 1987 "Passage to play: rituals of drinking time in american society", in Mary Douglas (ed.), *Constructive drinking: perspective on drink from anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 73-90.
- Hapetian, Isabel.
 1997 *Famílias: entender a toxicodependência*. São Paulo, Verbo.
- Hazan, Hain.
 1987 "Holding time still with cups of tea" in Mary Douglas (ed.), *Constructive drinking: perspective on drink from anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 205-219.
- Heath, Dwight B.
 1975 "A critical review of ethnographic studies of alcohol use.", in R. J. Gibbins; Y. Israel; H. Kalant; R. E. Pophan; W. Schmidt e R. Smart (eds.), *Research advances in alcohol and drug problems*, Nova York, John Wiley and Sons, vol. 2.
- 1976a "Anthropological perspectives on alcohol: an historical review", in M. W. Everett; J. O. Waddell e D. B. Heath (eds.), *Cross-cultural approaches to the study of alcohol: an interdisciplinary perspective*, Mouton, The Hague.
- 1976b "Anthropological perspectives on the social biology of alcohol: an introduction to the literature", in Benjamin Kissin e Henri Begleiter, *Social aspects of alcoholism*, Nova York, Plenum Press, pp. 37-76.
- 1987 "A decade of development in the anthropological study of alcohol use", in Mary Douglas (ed.), *Constructive drinking: perspective on drink from anthropology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 17-69.
- Hell, B.
 1984 "Manières de vivre, manières de boire: l'homme et la bière en Alsace". *Actes de la Rencontre: Cultures, manières de boire, alcoolisme*. Rennes, Bretagne (Alcool et Santé), pp. 53-59.
- Houtaud, Alphonse & Taleghani, Michel.
 1995 *Sciences sociales et alcool*. Paris, L'Harmattan.
- Huss, M.
 1853 "Analyse de l'alcoolisme chronique par le docteur Magnus Huss". Paris, *Annales médico-psychologiques*, 5: 60-88.
- Hutchinson, B.
 1961 "Alcohol as a contributing factor in social disorganization: The South African Bantu in the nineteenth century". *Revista de Antropologia*, 9: 1-13, São Paulo.

- Inem, Clara Lúcia & Acselrald, Gilberta (orgs.).
 1993 *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro, Imago.
- Jampolsky, Lee.
 1996 *Eu me amo (como vencer o vício)*. São Paulo, Gente.
- Jardim, Denise Fagundes.
 1991 *De bar em bar: identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, UFGRS.
- Jellinek, E.M.
 1960 *The disease concept of alcoholism*. New Haven, Hill House Press.
- Jorge, Miguel Roberto & Masur, Jandira.
 1986 “Questionários padronizados para avaliação do grau de severidade da síndrome de dependência do álcool”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 35 (5): 287-292, set./out., Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- Laranjeira, Ronaldo.
 1997 *O alcoolismo*. São Paulo, Contexto.
- Laranjeira, Ronaldo; Ratto, Lilian & Dunn, John.
 1997 “Heroína: a próxima epidemia de drogas no Brasil?”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 46 (1): 5-7, jan., Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- Lawson, Jack.
 1999 *Endorfinas e a droga da felicidade*. Florianópolis, Eko.
- Le Guirriec, P.
 1990 “Alcool, culture et personnalité”, in G. Caro (org.), *De l'alcoolisme au bien boire*, Paris, Dunod (col. “Inconscient et Culture”).
- Leite, Marcos da Costa.
 1999 *Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Leroy-Ladurie, E.
 1969 *Paysans du Languedoc*. Paris, Flammarion.
- Lery, Jean de.
 1578 *Viagem à Terra do Brasil, biblioteca Histórica Brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora (*Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique... le tout recueilli par Jean de Léry, A. Chuppin*).
- Lévi-Strauss, Claude.
 1978 *The raw and the cooked*. Nova York, Harper and Row.
- Machado da Silva, Luiz Antonio.
 1978 “O significado do botequim”, in Kowarick, Lúcio Kowarick, *Cidade: usos & abusos*, São Paulo, Brasiliense, pp. 77-114.

- Mandell, Wallace & Ginzburg, Harold M.
 1976 “Youthful alcohol use, abuse, and alcoholism”, in Benjamin Kissin e Henri Begleiter (eds.), *Social aspects of alcoholism*. Nova York, Plenum Press, pp. 167-204.
- Mariz, Cecília.
 1989 “Alcoolismo, gênero e pentecostalismo”. *Religião e Sociedade*, 16 (3): 80-93.
- Masur, Jandira.
 1984 *A questão do alcoolismo*. São Paulo, Brasiliense.
- Masur, Jandira & Carlini-Cotrim, Beatriz Helena.
 1987 “Padrão de uso de drogas psicotrópicas precedendo a internação por dependência”. *Revista ABP-APAL*, 9 (4): 145-150, out.-nov.-dez., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.
- Masur, Jandira & Jorge, Miguel.
 1986 “Dados relacionados a bebidas alcóolicas e alcoolismo no Brasil: uma revisão”. *Revista ABP-APAL*, 8 (4): 157-165, out.-nov.-dez., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.
- Masur, Jandira & Porto, José Alberto del.
 1982 “Alcoolismo”. *Ciência Hoje*, ano 1, 2: 56-60, set.-out., Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- Mathelin, Marie.
 1989 “L'alcool au Japon: à propos de deux écrivains contemporains”, in Véronique Nahoum-Grappe et al., *De l'ivresse à l'alcoolisme: études ethnopsychanalytiques*. Paris, Dunod, pp. 171-226.
- Mele, Francisco.
 1998 *Desejo ter uma família*. São Paulo, Paulinas.
- Melo, Nelma Maria Albuquerque Gonçalves de.
 1996 *A representação social do alcoolista entre profissionais de saúde: um estudo no centro de prevenção, tratamento e reabilitação do alcoolismo – PE*. Monografia do Curso de Especialização em Psiquiatria Social. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- Milby, Jesse B.
 1988 *A dependência de drogas e seu tratamento*. São Paulo, Pioneira.
- Monod, Jean.
 1976 “Os Piaroa e o invisível”, in Vera Penteadó Coelho, *Os alucinógenos e o mundo simbólico: o uso dos alucinógenos entre os índios da América do Sul*. São Paulo, EPU/Edusp, pp. 7-28.
- Monteiro, Maristela Goldnadel & Masur, Jandira.
 1987 “O uso de indicadores biológicos para diagnóstico, avaliação da severidade e seguimento terapêutico do alcoolismo em nosso meio”. *Revista ABP-APAL*, 9 (1): 23-28, jan.-fev.-mar., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.

- Morgado, Anastácio Ferreira.
 1983 *Dependência de drogas: descrição de uma pesquisa empírica e revisão de alguns aspectos relevantes para sua prevenção*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina.
- 1985a “Consumo de drogas: um enfoque pouco emocional”. *Cadernos de Saúde Pública*, 1 (1): 124-130, jan.-mar., Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- 1985b “Epidemiologia do alcoolismo”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 34 (2): 64-68, Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- Morgado, Anastácio Ferreira; Cardim, Marisa de Souza; Assis, Simone Gonçalves de; Sherze, Marcy & Iguchi, Takumi.
 1986 “Epidemiologia descritiva do alcoolismo em grupos populacionais do Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*, 2 (2): 191-211, Rio de Janeiro, Fiocruz.
- Morgado, Anastácio Ferreira; Cardim, Marisa de Souza & Azevedo, Belarmino Alves.
 1989 “Drogas: aspectos familiares e diagnósticos”. *Revista ABP-APAL*, 11 (2): 62-68, abr.-maio-jun., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.
- Nahoum-Grappe, Véronique.
 1989 “Histoire et anthropologie du boire en France”, in Véronique Nahoum-Grappe *et al.*, *De l'ivresse à l'alcoolisme: études ethnopsychanalytiques*. Paris, Dunod, pp. 83-169.
- Nahoum-Grappe, Véronique *et al.*
 1989 *De l'ivresse à l'alcoolisme: études ethnopsychanalytiques*. Paris, Dunod.
- Neves, Delma Pessanha.
 1994 “La misère en spectacle”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 25/26: 61-80, Paris, Maison des Sciences de l'Homme.
- 2001a *A produção de conhecimentos sobre o consumo de bebidas alcoólicas: análise de levantamento bibliográfico*. Projeto de pesquisa O Alcoolismo e a Exclusão Social, Niterói.
- 2001b *Maneiras de beber: transições prescritas e transgressões proscritas: textos sobre a análise sociológica das maneiras de beber e do alcoolismo*. Projeto de pesquisa O Alcoolismo e a Exclusão Social, Niterói.
- 2001c “Alcoolismo: acusação ou diagnóstico?”. Trabalho apresentado no Simpósio Antropologia Médica do IV Congresso Chileno de Antropologia (19-23 nov. 2001), Santiago.
- 2002 *O lar e o bar: incongruências da família conjugal em camadas populares*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq.
- Noto, Ana Regina & Carlini, Eraldo Araújo.
 1995 “Internações hospitalares provocadas por drogas: análise de sete anos consecutivos (1987-1993)”. *Revista ABP-APAL*, 17 (3): 107-114, jul.-set., São Paulo, Associação Brasileira de Psiquiatria.

- Nourrisson, Didier.
1990 *Le buveur du XIX^e siècle*. Paris, Albin Michel.
- Oliveira, Juarez de.
1998 *Tóxicos*. São Paulo, Saraiva.
- O’Neill, Thereza Deleane.
1998 “Cultural formulation of psychiatric diagnosis: psychotic depression and alcoholism in American Indian man”. *Culture, Medicine and Psychiatry*, 22: 123-136, Kluwer Academic Publishers.
- O’Neill, Thereza Deleane & Mitchell, Christina M.
1996 “Alcohol use among American Indian adolescents: the role of culture in pathological drinking”. *Social Science & Medicine*, 42 (4): 565-578, fev., Nova York, Pergamon Press Ltd.
- Palma, Regina H. Blandy Figueiredo & Jezierski, Marta Ana.
1988 *Droga, prevenção e tratamento*. São Paulo, Ícone.
- Peçanha, Marcel Robalinho Senra.
2000 *Os bares como patrimônio familiar: o bar de S. Joaquim e o bar de S. Jorge*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, vinculado ao Projeto de pesquisa O Alcoolismo e a Exclusão Social, coordenado pela professora Delma Pessanha Neves.
- Porto, José Alberto del & Masur, Jandira.
1984 “Influência de fatores extrafarmacológicos sobre os efeitos de drogas psicotrópicas”. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 33 (4): 261-266, ago., Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ.
- Queiroz, Pedro.
2000 *O beabá da cachaça: literatura de cordel*. 2 ed. Fortaleza, Tupynanquim.
- Ramos, Sérgio de Paula.
1997 *Alcoolismo hoje*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Reichel-Dolmatoff, Gerardo.
1975 *The shaman and the jaguar: a study of narcotic drugs among the indians of Colombia*. Philadelphia, Temple University Press.
- 1976 “O contexto cultural de um alucinógeno aborígine: *Banisteriopsis Caapi*”, in Vera Penteadó Coelho, *Os alucinógenos e o mundo simbólico: o uso dos alucinógenos entre os índios da América do Sul*, São Paulo, EPU/Edusp, pp. 59-104.
- Room, Robin.
1984 “Alcohol and ethnography: a case of problem deflation?”. *Current Anthropology – A World Journal of the Science of Man*, 25 (2): 169-191, Chicago, Werner-Gren Foundation for Anthropological Research.
- Rossow, Ingeborg & Amundsen, Arvid.
1997 “Alcohol abuse and mortality: a 40 year prospective study of Norwegian conscripts”. *Social Science & Medicine*. 44 (2): 261-267, jan., Nova York, Pergamon.

- Santos, Jorcelino Luiz dos.
1997 *Drogas, psicologia e crime*. Porto Alegre, Sagra Luzzato.
- Santos de Matos, Maria Izilda.
2000 *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Seitz, George J.
1976 “Os Waika e suas drogas”, In Vera Penteadó Coelho, *Os alucinógenos e o mundo simbólico: o uso dos alucinógenos entre os índios da América do Sul*, São Paulo, EPU/Edusp, pp. 105-134.
- Silva, Elair.
1997 *Drogas e sociedade*. Monografia de conclusão do curso de especialização em Saúde Mental, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz.
- Silva, Patrícia Ferreira da.
2000 *O dono do bar e os bebedores exemplares*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, vinculado ao Projeto de pesquisa O Alcoolismo e a Exclusão Social, coordenado pela professora Delma Pessanha Neves.
- Soares, Barbara Musumeci.
1999 *Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Sourinia, J. C.
1986 *Histoire de l'alcoolisme*. Paris, Flammarion.
- Suissa, Amnon Jacob.
1998 *Pouquoi l'alcolisme n'est pas une maladie*. Québec, Fides.
- Thomaz, Hélio.
1998 *Reaprendendo com a drogadição*. São Paulo, Empório.
- Uchoa, Marco Antônio.
1998 *Crack, o caminho das pedras*. São Paulo, Ática.
- Velho, Gilberto.
1974 “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social”, in _____, *Desvio e divergência. uma crítica da patologia social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 11-28.
1998 *Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Vequard, Yves.
1999 *Vive le Haschisch!*. Paris, L'Esprit Frappeur.
- Wagley, Charles.
1987 “Xamantismo tapirapé”. *Boletim do Museu Nacional*, 3, Antropologia, Rio de Janeiro.

Woortmann, Klaas.

1987 *A família das mulheres*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/CNPq.

Zaluar, Alba.

1994 *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo, Brasiliense.

Zoja, Luigi.

1992 *Nascer não basta*. São Paulo, Axis Mundi.

- Artigo recebido em novembro/2002
- Aprovado em março/2003

Resumo

O Consumo de Bebidas Alcoólicas: prescrições sociais

Este texto sistematiza algumas perspectivas analíticas sobre as maneiras de beber. O levantamento bibliográfico orientou-se pela valorização de autores de afiliação disciplinar às ciências sociais e que investem na construção das maneiras de beber (prescritas e proscritas) como objeto sociológico.

Palavras-chave: Maneiras de beber; alcoolismo; antropologia.

Résumé

La consommation de boissons alcooliques : prescriptions sociales

Ce texte systématise quelques perspectives analytiques sur les manières de boire. La recherche bibliographique a été orientée par la valorisation des auteurs liés aux sciences sociales et qui investissent dans la construction des manières de boire (prescrites et proscrites) en tant qu'objet sociologique.

Mots-clés: Manières de boire ; alcoolisme ; anthropologie.

Abstract

Alcoholic Beverages Consumption: Social Prescriptions

This paper systemizes some analytical perspectives on the drinking fashion. The bibliographic survey aimed at choosing authors somehow related to social sciences and who have also invested in considering drinking (both the prescribed and the outlawed aspects) as sociologic subject.

Key words: Drinking fashion; Alcoholism; Anthropology

A Sociologia Brasileira e a Empresa

Ana Maria Kirschner

Introdução

A sociologia constituiu-se, na segunda metade do século XIX, para compreender as transformações ocorridas, ou em curso, após a Revolução Industrial. Desde então, a disciplina tem feito face ao desafio de apreender e explicar as grandes questões com as quais os atores sociais de cada época se defrontam.

O objetivo deste texto é apresentar o modo pelo qual as ciências sociais brasileiras consideraram o papel da empresa no desenvolvimento econômico e social de nossa sociedade. Para isso, será desenvolvida uma análise histórica capaz de evidenciar a relação existente entre determinadas características sociais e econômicas do país e a maneira pela qual a empresa foi apreendida pela reflexão sociológica, sobretudo durante o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990.

O texto está dividido em três partes, as quais pretendem ilustrar a diversificada produção acadêmica realizada durante o período mencionado. A primeira parte enfoca os anos de 1970 e 1980 e sugere a progressiva substituição dos marcos teóricos da sociologia do desenvolvimento pelos da sociologia do trabalho para o tratamento de questões relativas ao universo das empresas. Na segunda parte, referida à década de 1990, são apresentadas as análises que se debruçam sobre questões concernentes às empresas brasileiras no novo cenário da globalização. Finalmen-

te, a terceira e última parte caracteriza a distância entre a prática científica e o mundo da empresa, chamando a atenção para uma benfazeja tendência à reapropriação dos temas econômicos pela sociologia, o que poderia estreitar o diálogo entre sociólogos e atores do setor produtivo.

Da Sociologia do Desenvolvimento à Sociologia do Trabalho

A partir dos anos de 1930, o Brasil insere-se no processo de industrialização, que culmina no final da década de 1970. Nesse processo, o Estado foi o grande promotor do desenvolvimento, por meio de uma política de subsídios industriais e agrícolas que visava sobretudo à exportação.¹

As ciências sociais desenvolviam-se a partir de um núcleo duro – o estudo sobre o tipo de capitalismo brasileiro –, tentando responder às questões fundamentais de uma sociedade que queria se conhecer. Algumas pesquisas propuseram-se a deslindar as origens e as aspirações dos atores, empresários e trabalhadores rurais e urbanos. Seguindo essa linha, alguns sociólogos estudaram a classe operária, privilegiando suas origens culturais e étnicas (Brandão Lopes, 1964) ou a vinculação estrutural entre sindicalismo populista e Estado, com o intuito de elucidar o papel dos sindicatos para a formação da classe operária (Simão, 1966). Outros analisaram a

constituição do empresariado industrial ou a convivência da sociedade industrial com os valores do Brasil arcaico (Cardoso, 1969). A partir deste tema central – o capitalismo e seus atores –, as reflexões se desdobram, tentando apreender o papel dos empresários para o desenvolvimento social e econômico do país e suas relações com o Estado.

A sociologia do desenvolvimento foi o grande marco teórico dessa época. Tratava-se de uma sociologia voltada para os problemas macrossociais do desenvolvimento, influenciada pela perspectiva funcionalista e apoiada na matriz dualista tradicional/moderno. A cultura nacional, as práticas clientelistas e o populismo eram considerados entraves ao processo de racionalização e à introdução da ciência e da tecnologia na produção (Abramo e Montero, 1995, pp. 67-68). Paralelamente, as questões da marginalidade e da exclusão social eram analisadas como consequências estruturais do capitalismo brasileiro retardatário e dependente (Leite Lopes e Machado da Silva, 1979; Nun, 1969).

O Estado no Centro do Modelo Brasileiro

Boschi (2002) destaca que o Executivo manteve a preponderância entre os poderes, da década de 1930 até agora. Segundo o autor, o papel dos atores sociais na configuração dos arranjos institucionais e na dinâmica de relacionamento entre os poderes depende de características conjunturais. Tentaremos mostrar exatamente as principais mudanças no papel desses atores para o período analisado.

Anos de 1970, a época da esperança:
o milagre econômico

A partir do golpe de 1964, os presidentes militares foram sistematicamente aniqui-

lando as oposições políticas para permitir a implementação de um projeto econômico para o país que, entre outras políticas, implicava a manutenção do arrocho salarial. Entretanto, a notável expansão quantitativa do emprego urbano e a elevada diversificação da estrutura ocupacional não foram suficientes para contrarrestar uma notável piora da distribuição de renda e um considerável aumento do emprego informal, revelados no Censo Demográfico de 1980 (Cano, 1994, p. 595).

A política industrial dos governos militares foi fortemente nacionalista e sustentada pelo tripé formado pelas empresas nacionais, empresas estatais e multinacionais. Se levarmos em consideração apenas o desempenho econômico, a década de 1970 foi excepcional: as taxas de crescimento da economia atingiram cerca de 10%.² Foram feitos grandes investimentos no setor petroquímico e metalúrgico para produção de insumos e bens de capital, graças ao forte estímulo do Estado. A pauta de exportações diversificou-se, o que permitiu um grande avanço do processo de substituições de importações. Esse desempenho consolidou o setor produtor de bens de capital e elevou a complexidade e a integração da estrutura industrial, constituindo a base para a evolução futura da economia brasileira (Abramo, 1990, p. 23).

A agricultura voltada para a exportação recebeu incentivos para se modernizar. Os governos militares estimularam bastante as pesquisas agrônômicas, obtendo resultados extraordinários que trouxeram vantagens indiretas para alguns segmentos de indústria, como pôde se observar no caso da soja e do trigo.

Em grande medida, esse desempenho econômico se deve à centralidade do Estado, o qual se afirmava por duas vias: como sujeito de desenvolvimento e modernizador por excelência, e como o agente que define os parâmetros de ação da classe trabalhadora e

de suas formas de organização (Abramo e Montero, 1995, p. 72).

A influência dos militares não se limitou às macroesferas do poder, mas também foi forte no mundo empresarial. Na esfera política, os empresários apoiaram o regime militar. Não foram raros os casos de grandes empresários próximos do poder executivo. Além da proximidade com as agências governamentais reguladoras, muitas das grandes empresas passaram a ter militares aposentados em seus quadros de funcionários, em geral de alta patente e bem relacionados com os militares que ocupavam altos cargos do executivo. Isso significava a obtenção de um canal de acesso às informações concernentes à política econômica, ou, em alguns casos, influenciá-las (Kirschner, 1995).

Após a crise do petróleo (1974-1975), tornou-se evidente a derrocada do modelo fordista. Os formuladores de política e os empresários passaram a se preocupar mais com a competitividade, o que aumentou o interesse desses atores pelo estudo empírico do processo de trabalho (Abramo e Montero, 1995, p. 70).

O autoritarismo reproduzia-se no interior das empresas, mas, no final da década de 1970, o movimento sindical recuperou sua capacidade de ação, após um longo período de exclusão da política nos locais de trabalho. O padrão de relações de trabalho vigente nesses anos caracterizou-se por um estilo de utilização da força de trabalho extremamente repressivo e predatório, do qual podemos assinalar como características a deterioração salarial, os elevados índices de acidentes de trabalho e doenças profissionais, as elevadas taxas de rotatividade no emprego, o aumento de horas-extras e a intensificação da jornada de trabalho (Abramo, 1990, p. 24).

Nesse período, a sociologia, partindo das análises sobre o trabalho, começou, afinal, a se aproximar das empresas.

O processo de industrialização mostrou seus limites em relação à sua capacidade de reduzir a pobreza e integrar as massas populares. Os sociólogos estavam perplexos diante dos processos simultâneos de crescimento econômico acelerado e agudização da pobreza. Muitas pesquisas mostraram as diferentes estratégias de sobrevivência de famílias trabalhadoras (Bilac, 1978) numa época de forte contenção salarial e desarticulação do movimento sindical realizada por meio da repressão política (Castro e Guimarães, 1987, p. 12). O acúmulo de análises empíricas permitiu uma crítica à visão da classe trabalhadora como passiva e destituída de consciência de classe.

O trabalho de Pereira (1979) é um dos que trazem a sociologia de volta às empresas. A autora analisou o chão da fábrica, revelando a heterogeneidade dos trabalhadores, os quais desenvolviam diferentes estratégias de resistência à dominação.

Não se pode esquecer que o apogeu do milagre econômico durante a ditadura militar e a conseqüente repressão política coincidiram com uma dominância do marxismo no meio das ciências sociais brasileiras. Os empresários, considerados “exploradores da classe operária”, eram, portanto, pouco analisados, e as fábricas eram vistas como o *locus* privilegiado do conflito de classe, ou a arena na qual se dava a exploração dos trabalhadores.

Os anos de 1980, a década perdida

Entre 1979 e 1982, o Brasil atravessou a chamada “crise da dívida”, traduzida pela violenta elevação da taxa de juros e pelas primeiras medidas de ajuste ortodoxo na

base do chamado “Consenso de Washington”. Essas políticas de ajuste macroeconômico envolveram cortes no gasto público, restrições monetárias, arrocho salarial e altos juros. Tudo isso para gerar excedentes com a finalidade de atender ao serviço financeiro da dívida. Essa foi, segundo Cano (1994), a origem da “ciranda financeira”. Ainda que os saldos na balança comercial fossem positivos, o desempenho econômico foi medíocre.³ O setor industrial foi o mais severamente afetado.

Os Efeitos de uma Crise Econômica Duradoura

O problema da pobreza piorou muito na década de 1980, tanto pelo aumento da relação população pobre/população total (de 24,89%, em 1980, passou a 27%, em 1990), como, sobretudo, pelo fato de que o número de pobres passou de 29,5 milhões para 30,2 milhões em 1990 (Baltar e Henrique, 1994).

Os efeitos de um crescimento industrial praticamente nulo na década foram graves, implicando acentuada diminuição do emprego formal, deterioração dos salários e maior rotatividade, muito mais como decorrência da crise do que da introjeção tecnológica mais intensa (Cano, 1994, p. 596). Verificou-se o crescimento da ocupação de serviços mais especializados, que exigem maior qualificação do trabalho e pagam melhores salários, nas localidades e unidades onde o avanço tecnológico foi maior (Cano, 1994, p. 596). No entanto, o desemprego aberto nunca foi um fenômeno muito grave no país, nunca superando a média de 8%, mesmo com as taxas de crescimento do PIB abaixo de 1,5% (Machado da Silva, 1997, p. 28).

Empresas: As Dificuldades se Agravam...

O cenário da produção brasileira altera-se em função de fatores endógenos, ligados à crise, e exógenos, associados aos novos padrões de competitividade dominantes no mercado internacional que, numa conjuntura de restrição da demanda interna, transformam a qualidade dos produtos em fator fundamental de êxito da estratégia da reconversão exportadora.

Abramo (1990) credita ao crescimento do movimento sindical num quadro de transição política a imposição de certos limites ao despotismo vigente no interior das empresas. Para a pesquisadora, a existência de uma mão-de-obra mais estável, qualificada e confiável passa, assim, a ser uma necessidade nos setores produtivos mais modernos e mais vinculados ao setor externo.

A influência das elevadas taxas de inflação sobre as estratégias empresariais foi estudada por Jetin (1991), o qual mostrou que, no Brasil, os empresários privilegiaram a flexibilidade financeira à flexibilidade produtiva durante a década de 1980. Douvot (1992) seguiu a mesma linha de argumentação, demonstrando que, em conjuntura de inflação cada vez maior, a reação inicial dos empresários é preferir a liquidez para preservar uma flexibilidade decisional. A consequência sobre o crescimento industrial foi clara: o pequeno interesse na adoção de inovações tecnológicas, as quais exigiam investimentos de vulto, contribuiu para a fraca competitividade nos setores mais modernos da economia. Esses dois autores descrevem o circuito perverso do aumento dos preços para salvaguardar o lucro e a conseqüente redução da demanda do mercado interno. Segundo Douvot (1992, p. 8), o processo de hiperinflação favoreceu no Brasil a busca de uma flexibilidade fi-

nanceira em detrimento de uma busca deliberada de ganhos de produtividade.

A crise recessiva do começo da década teve um impacto duplo e contraditório sobre a modernização das empresas. Ao mesmo tempo em que retardou a introdução de novas tecnologias, em função da queda dos investimentos e das conseqüentes dificuldades para a aquisição de novos equipamentos, aumentou a necessidade de buscar novas formas de elevar a produtividade (Abramo, 1990).

A resposta das empresas e setores mais dinâmicos não foi apenas de uma racionalização defensiva, expressa em demissões maciças de trabalhadores. Também se produziram mudanças que visavam a reorganização da produção e da flexibilização do trabalho (Abramo, 1991, p. 24).

Nas empresas, do ponto de vista do trabalho, Abramo (1991) mostra casos em que os trabalhadores puderam influenciar as decisões sobre as condições da introdução dos processos de novas tecnologias. Porém, até mesmo nesses raros casos, eles não chegaram a discutir os projetos de modernização. A participação dos trabalhadores não se fez pelas vias formais e institucionais. Os empresários alegavam que, além dessas decisões serem estratégicas e confidenciais, os sindicatos de trabalhadores não se mostravam interessados em discutir os processos de modernização tecnológica.

Se a gestão da mão-de-obra melhorou nos setores de ponta com a introdução de novas tecnologias e inovações para melhorar a qualidade das relações de trabalho, a tensão entre a gestão da empresa e a organização dos trabalhadores não desapareceu, apesar do movimento sindical ter se fortalecido exatamente nesses setores.

A Sociologia Quer Explicar a Crise

Os anos de 1980, como esboçamos, foram caracterizados pelas dificuldades econômicas – elevadas taxas inflacionárias e perda de competitividade da indústria – e pela redemocratização do país. As ciências sociais nesse momento responderam às demandas das empresas em relação às condições de redefinição da inserção internacional da economia brasileira. A empresa e os empresários aparecem nas análises acadêmicas tangenciando os temas ligados à flexibilização da produção e do trabalho, à introdução de novas tecnologias e ao novo sindicalismo que surge redefinindo as lutas sindicais na região do ABC paulista.

Durante essa década, ressurgiu o tema da modernização, agora identificada não como mudança social, mas com a adequação necessária a um novo padrão, o paradigma pós-fordista, o qual supõe um modelo de empresa que tende a apagar a oposição entre os interesses do capital e do trabalho. As análises seguiram duas vertentes: uma que aceitava o paradigma pós-fordista como um modelo a ser alcançado e outra que o relativiza, admitindo distintos estilos de modernização tecnológica (Abramo e Montero, 1995).

Em relação às novas tecnologias, os estudos são setoriais e consideram principalmente o contexto internacional e os determinantes estruturais da economia brasileira. Esses trabalhos setoriais abriram espaço para análises das transformações ocorridas na natureza dos processos e dos conteúdos do trabalho. Alguns deles trouxeram à tona estudos de caso sobre empresas, geralmente empresas de ponta do setor (Abramo, 1990), estudadas sob a ótica do trabalho, ou seja, enfocou-se basicamente as transformações ocorridas no processo de produção, gestão e organização do trabalho.

O reaquecimento da economia, iniciado em 1984-1985, caracterizou-se por uma difusão significativa de equipamentos de base microeletrônica. Esta conjuntura estimulou novas pesquisas sobre as formas pelas quais os trabalhadores percebiam a inovação tecnológica, as significações que lhe atribuíam e as representações produzidas acerca da experiência subjetiva do trabalho. A tematização em torno da dimensão simbólica presente na organização e na gestão do trabalho ganhou fôlego, e categorias como “cultura técnica” e “cultura de empresa” passaram a ocupar mais espaço.

A ampliação do escopo de análise levou os sociólogos a integrar a contribuição de outras áreas do conhecimento já familiarizadas com o cotidiano de trabalho, como administração de empresas, engenharia de produção e psicologia. Tomemos como exemplo Abreu, que sublinha

[...] a clara percepção por parte dos cientistas sociais [...] da necessidade de equacionar o problema a partir de uma perspectiva multidisciplinar, movimento replicado por alguns profissionais das outras áreas mencionadas, leva a um desafio que vem sendo, de uma maneira ou de outra, enfrentado seriamente, embora com resultados ainda não totalmente satisfatórios (Abreu, 1985, p. 5, *apud* Castro e Leite, 1994, p. 41).

A sociologia do trabalho, estudando a reestruturação produtiva, passou a enfatizar a flexibilização ou a precarização do trabalho no contexto pós-fordista. Ramalho (2000) comenta que flexibilidade e especialização flexível se tornaram as palavras-chave nas explicações sobre os processos de trabalho e sobre os processos de reestruturação produtiva. Segundo o autor, percebe-se uma aproximação entre os estudos acadêmicos e os discursos dos empresários, os quais consideram a

flexibilização da organização da produção, dos salários e dos processos de trabalho indispensáveis na nova ordem econômica.

Podemos afirmar, portanto, que as ciências sociais começaram a se apropriar de uma temática que já tinha pertencido à sua área de interesse (Kirschner, 1999) – os fenômenos que ocorrem no mundo econômico – e que isso se fez pela via dos estudos de caso.

Anos de 1990: O Brasil no Turbilhão da Globalização

As reformas econômicas efetuaram uma reestruturação radical da estrutura produtiva e financeira herdada da era da industrialização por meio da substituição de importações. O Estado privatizou setores estratégicos, como a telecomunicação e a eletricidade, desregulamentou o setor financeiro e abriu à competição alguns serviços monopolizados por grupos privados. A abertura de setores industriais, comerciais e financeiros ao capital estrangeiro provocou uma rápida internacionalização da economia brasileira, especialmente na segunda metade da década de 1990 (Kirschner e Leopoldi, 2001). Em poucos anos, a participação das empresas estrangeiras na economia brasileira cresceu e se tornou majoritária: de 28%, em 1990, a 44%, em 2000 (Birchal, 2000).

A política de liberalização da economia e de menor intervencionismo estatal afetou profundamente a economia brasileira. Salientamos a redução de 50% da produção de algodão, 70% da de trigo, o fechamento de várias linhas de produção de eletrônicos na Zona Franca de Manaus e o crescimento dos níveis de importações de autopeças e bens de consumo, com destaque para os automóveis (Cano, 1994; Kirschner, 1995).

A reestruturação patrimonial a partir da abertura da economia não incentivou a maior parte dos grandes grupos nacionais e reforçou suas fragilidades intrínsecas. Esses grupos passaram a se concentrar em *commodities*, enquanto a participação do capital estrangeiro no PIB saltou de 10%, em 1995, para 15%, em 1998 (Miranda e Tavares, 1999; Gonçalves, 1999).

As discussões sobre o Estado e seu papel começaram a ocupar um espaço que não se limitava à área acadêmica. Boschi discorda da vertente majoritária que considera que

[...] as reformas orientadas ao mercado tenham destituído o Estado de sua capacidade de intervenção. [...] é surpreendente a recomposição que se opera, tanto no plano das iniciativas do Estado, como no plano das respostas dos atores privados em termos de readaptação e reconstrução da representação dos interesses privados (Boschi, 2002, p. 13).

O autor identifica uma das alterações fundamentais verificadas na década de 1990: a lógica do Estado é agora atravessada pela lógica do mercado. O mercado interpõe-se entre as relações no interior do próprio aparelho estatal, entre este e a sociedade e entre os principais atores organizados.

As Empresas no Novo Cenário

Nos anos de 1990, uma grande reviravolta aconteceu no meio empresarial brasileiro com o fechamento de empresas tradicionais, as quais sucumbiram aos juros altos, ao câmbio oscilante e às incertezas no mercado internacional. Em vários setores ocorreu um acelerado processo de concentração em mãos de poucas e grandes empresas. Por outro lado, surgiram muitas empre-

sas de médio e grande porte nos espaços rural e urbano. Algumas desapareceram logo depois; outras se estabeleceram e marcaram presença. Há quem fale que o saldo dessas mudanças foi um conjunto de tipos empresariais: alguns continuaram a crescer no período; outros sobreviveram a uma série de crises; muitos venderam a firma e passaram a viver de renda, e alguns tornaram-se sócios minoritários de empresas multinacionais, sem falar dos que foram à falência ou viveram a experiência de um rápido auge seguido de completo declínio (a partir de Kirschner e Leopoldi, 2001).

Houve uma grande diversidade nas estratégias postas em prática por grandes grupos nacionais para fazer frente aos novos desafios. O caso Vicunha revela um grupo familiar que efetivamente se preparou para enfrentar as dificuldades da nova realidade econômica. Benjamin Steinbruck diversificou as atividades do grupo, investindo nos setores fundamentais para a economia do país (siderurgia, energia e aço) com a compra de estatais. Outros grupos tradicionais consolidados estão buscando uma reorganização societária para manter sua participação no mercado. É o caso do grupo Ipiranga, cobijado por grandes multinacionais do setor de petróleo, exatamente por ser enxuto e contar com uma rede de distribuição que se estende por todo o território nacional.

Se as reformas produzem perdedores, dão origem a coalizões vencedoras da mesma forma que intensificam clivagens inter e intra-setoriais e golpeiam antigos padrões de representação corporativa, abrindo espaço para novas formas de pressão com a difusão de poderosos *lobbies* e alianças transnacionais, envolvendo atores externos e internos e a montagem de uma ampla rede de conexões que atravessa os espaços nacionais (Diniz, 2000, p. 30).

A Volta do Debate sobre Desenvolvimento Regional

O debate sobre desenvolvimento regional, muito vigoroso nos anos de 1970, reaparece em torno da busca realizada pelos Estados por captação de investimentos. A redução de investimentos privados e de gastos públicos gerou uma guerra fiscal entre os Estados, que passaram a concorrer ferozmente pelos investimentos estrangeiros, especialmente no setor automobilístico. Arbix (2000) afirma que, além de causar desperdício de recursos públicos, essa concorrência entre os Estados não gera projetos de desenvolvimento regional capazes de atenuar as desigualdades entre as regiões.

Dulci (2001) mostra com limpidez o impacto dos deslocamentos do capital sobre o cenário inter-regional. O autor considera que, para o país como um todo, as conseqüências da guerra fiscal são negativas. Deslocando a análise para outro nível, acrescenta:

Os efeitos sobre o cenário empresarial também são consideráveis. As principais vencedoras da guerra fiscal são as empresas multinacionais, às quais se destinam os maiores incentivos. As grandes empresas nacionais se arranjam, pelo volume de vendas internas, mas perdem relativamente se não receberem incentivos. Já os micro e pequenos empresários perdem em competitividade de seus concorrentes dos Estados que adotam esquemas de incentivo. Estabelece-se uma situação de franca desigualdade: enquanto algumas empresas poderosas são beneficiadas, as demais são oneradas com a carga normal de impostos, que tendem a considerar muito alta (porque mal distribuída), queixando-se ainda dos governos por um tratamento que identifica inadimplência com sonegação. Nesse sentido, não surpreende o avanço da economia informal, que corresponde à fatia

substancial das atividades econômicas no Brasil (Dulci, 2001, p. 18).

*Recomposição das Ações Coletivas**

A diversidade de trabalhos que analisam setores específicos do empresariado demonstra que não se pode falar de “um” empresariado nacional. Por exemplo, Minella (1994) demonstrou os novos desafios enfrentados pelo empresariado financeiro a partir do contexto da redemocratização. No interior do próprio setor financeiro, o autor identifica posturas divergentes entre grandes empresários (ligados a grupos como Bradesco, Itaú, Unibanco e outros) e aqueles de pequeno ou médio porte. Por outro lado, este segmento como um todo é percebido de forma crítica pelos empresários ligados à indústria, os quais o apontam como o responsável pela crise vivida pelo país – vale lembrar que enquanto a inflação era tida como um entrave ao crescimento econômico geral, ela proporcionava aos bancos uma lucratividade bastante alta. O empresariado financeiro, por sua vez, tendeu a jogar para o Estado a responsabilidade pela crise (em função do déficit público, com os diversos mecanismos que levam a ele, e que caberia ao Estado controlar).

A complexidade que caracteriza o empresariado brasileiro se expressa também do ponto de vista regional. Canosa (1998), por exemplo, traça a história das organizações representativas do empresariado do Rio de Janeiro desde o século XIX até sua versão mais recente, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan. A autora enfatiza a tendência da entidade de apoiar os diferentes governos, apesar de criticá-lo de maneira recorrente, considerando-o intervencionista, burocratizado etc. Contudo, a autora verifica que, a partir da década de 1980, sob

o argumento de que se viveu um período de crise e esvaziamento econômico, a Firjan começa a reivindicar um apoio à indústria por parte do Estado. Ademais, a ação política da entidade, com vistas à negociação de soluções para a crise da economia fluminense, limitou-se à reivindicação de incentivos diversos, ao mesmo tempo em que se limitou a negociar com os trabalhadores uma “parceria”, na qual buscava limitar direitos trabalhistas consagrados, sem maiores concessões por parte da classe empresarial.

Medeiros (1999), por sua vez, analisa os dilemas da Confederação Nacional da Indústria em apresentar mudanças à legislação trabalhista e sindical do Brasil. Estudando o período de 1988 a 1998, o autor mostra as dificuldades dessa entidade para adotar uma postura consistente e eficaz em favor da flexibilização da legislação trabalhista sem colocar em risco sua própria sobrevivência. Depois de indicar como a atuação da CNI se desdobrou nessa década, discute como a agenda dessa organização de cúpula ficou reduzida à demanda pela flexibilização da legislação trabalhista e pelo fim da unicidade sindical. Contudo, como este último dispositivo está na base do financiamento de toda a estrutura corporativista – que repassa às entidades de todos os níveis os recursos compulsoriamente pagos pelos industriais –, a CNI fica com uma margem de manobra muito estreita para levar a cabo suas propostas, o que torna evidente a importância da dimensão institucional dos interesses organizados para o entendimento das classes como atores políticos.

A Associação Comercial de São Paulo foi analisada por Paulo Roberto Neves da Costa (2000). Seu estudo mostra que essa entidade tradicional, detentora de um peso político importante, está administrando atualmente uma tensão entre as duas dimensões em que atua – a empresarial e a políti-

co-representativa. Isso significa que ela está fazendo a passagem de uma atuação predominantemente *lobbysta* a uma atuação mais empresarial.

O autor traz à luz o conflito entre essas dimensões. A Associação Comercial de São Paulo viu-se “obrigada” a adotar estratégias de gerenciamento empresarial – oferta de serviços, captação de recursos, *marketing* (usando o peso de sua tradição e credibilidade) e atração de sócios (às vezes com possibilidades de concorrer com alguns associados). Atualmente, cabe a seus técnicos e assessores a responsabilidade da representação, o que implica a atribuição de um papel importante para os técnicos na condução política (e cultural, em termos de valores e tradições) da entidade.

As análises sobre entidades e movimentos surgidos no contexto da Nova República identificaram algumas mudanças, como, por exemplo, o fato de algumas entidades não limitarem a sua atuação a representar ou defender interesses setoriais e específicos, efetuando uma ação ideológica mais ampla. É o caso dos institutos liberais, presentes nos principais Estados brasileiros, os quais visam a divulgar e afirmar os princípios clássicos do liberalismo, com ênfase na eficácia do mercado como ordenador da produção e das relações sociais. Esse trabalho certamente teve algum impacto, haja vista a hegemonia cada vez maior que o neoliberalismo conquistou na sociedade brasileira, não só entre as elites econômicas, mas entre a população de um modo geral. Surgiu também o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE, uma dissidência da Fiesp. Sediado em São Paulo, o PNBE desejava romper com o estilo de ação política da Fiesp, reclamando a criação de canais institucionalizados para a relação entre Estado e empresariado, diferentemente do padrão “direto”, informal e clientelista tradicional. Por fim, o Iedi é apresen-

tado como um órgão de que são colaboradores muitos “notáveis” da lista da *Gazeta Mercantil* (muitos ligados à Fiesp/Ciesp), cujo objetivo é renovar as práticas do empresariado e formular uma nova estratégia de desenvolvimento para o país. Este instituto também propõe uma nova inserção social do empresariado, a qual operaria por meio de outros canais para dialogar com o Estado, os trabalhadores e a sociedade em geral (Diniz e Boschi, 1993).

Estudos mais específicos sobre essas organizações, por outro lado, explicitam os limites dessas iniciativas. No caso do PNBE, Gomes e Guimarães (1999) mostram que, de fato, esse movimento esteve voltado para uma discussão mais ampla sobre o país, tendo por base a construção de um “empresário cidadão”. Segundo Oded Grajew, um dos líderes do PNBE, seu papel político perdeu força com a eleição de Cardoso, que acabou concretizando muitas das suas demandas. Por outro lado, o movimento permanece ativo, com projetos ligados à ecologia, à educação e à saúde, caracterizando-se por uma certa forma de assistencialismo, entendida pelo movimento como “prática cidadã”.

Reestruturação Produtiva, Flexibilização do Trabalho e Redução de Custos

As reestruturações de muitas empresas acarretaram várias mudanças, entre as quais diminuição do custo efetivo do trabalho, aumento significativo da terceirização nas empresas de grande porte, alterações qualitativas de quadros funcionais, grande eliminação de chefias intermediárias, diminuição de cobertura sindical, aumento do tempo de desemprego, expansão do trabalho a domicílio e autônomo, aumento da rotatividade etc.

Durante a segunda metade da década de 1990, houve uma redução significativa nos níveis hierárquicos, principalmente em bancos e na indústria, correlata da introdução de novas formas de organização e gestão empresarial. Isso provocou um enxugamento nos postos de trabalho e concentração nos níveis de gestão, mas se estendeu até mesmo à direção e à assessoria. As funções mais sensíveis à terceirização, sobretudo aquelas qualificadas da área de comercialização – corretores, agentes, representantes etc. – também apresentaram redução significativa (Machado da Silva, 1997, pp. 34-35). Essas mudanças ocorreram sobretudo nas grandes empresas.

As estratégias empresariais de competição e terceirização vêm afetando o perfil da força de trabalho em vários aspectos, tais como trajetória profissional e qualificação, condição de gênero e etária etc. (Castro e Leite, 1994, p. 48). À guisa de exemplo, Cavalcanti de Oliveira (1999) problematiza a conformação do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, mostrando que, embora características consideradas femininas, como intuição e polivalência, sejam agora valorizadas no mundo flexibilizado do trabalho, ainda existem lugares sociais distintos para o feminino e o masculino tanto no mundo do trabalho, como no espaço privado.

Os estudos sobre a flexibilização do trabalho adentram a esfera das regras de recrutamento de trabalhadores e analisam, sob essa perspectiva, as relações entre as firmas e a localização dos investimentos (Ramalho, 2000).

Paralelamente, em pesquisa já mencionada, Diniz e Boschi mostraram que os empresários não admitem participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, tampouco comissões de fábrica. Eles são favoráveis a uma certa descentralização nas relações capital/trabalho, mas de-

sejam que o Estado continue como o árbitro do conflito redistributivo (Diniz e Boschi, 1993, p. 115).

Somente nos anos de 1990 as empresas começaram a adotar formas de gestão do trabalho mais compatíveis com as necessidades de flexibilização e de envolvimento dos trabalhadores. Tais mudanças

[...] apontam para a crescente preocupação empresarial com a estabilização e qualificação da mão-de-obra, com a significação da estrutura de cargos e salários e com a diminuição dos níveis hierárquicos, ao mesmo tempo, busca-se substituir as políticas autoritárias de relacionamento com os operários, introduzindo formas menos conflituosas de gestão do trabalho (Castro e Leite, 1994, p. 47).

Enquanto as empresas tentavam reduzir os custos do trabalho, a corrupção, cujo combate constituiu uma das bandeiras da campanha de Collor, se intensificou a tal ponto que gerou um aumento de custo para as empresas.

Os esquemas de corrupção pressionavam as empresas a contribuir financeiramente para a obtenção de vantagens ou mesmo para ter seus interesses contemplados pelas políticas públicas. Esse novo esquema foi sem dúvida um “aperfeiçoamento” da articulação anterior, fruto da falta de transparência e da ausência da participação da sociedade nas decisões econômicas (Ribeiro Guimarães, 1994, p. 46).

Crescimento Econômico, Pobreza e Busca de Alternativas

No Brasil, os sociólogos retomam a discussão de uma questão cara à sociologia do desenvolvimento, em pauta nos anos de 1960 e 1970, sobre a relação entre crescimento econômico e exclusão social, mos-

trando que a industrialização e o crescimento econômico não são suficientes para combater a pobreza (Leite e Silva, 1996; Castro e Leite, 1994; Brandão Lopes, 1993).

Essa questão teve um desdobramento na sociologia do trabalho, a qual aponta para a necessidade de os sindicatos se adaptarem à heterogeneidade do mundo do trabalho, devendo ampliar suas atividades de modo a permitir a inclusão dos trabalhadores desempregados ou em situação de precariedade (Laranjeira, 1998; Ramalho, 1998).

A tendência ao aumento da concentração da riqueza acentuou-se na década de 1990. Machado da Silva observa que

[...] ao desemprego estrutural que sempre caracterizou os países de industrialização recente – que pôs em pauta as dimensões do exército industrial de reserva e suscitou considerações sobre um contingente de trabalhadores sem função econômica para o capital, chamado de “massa marginal” na década de 1960 (Nun, 1969) – acrescenta-se hoje as dificuldades e mudanças nas formas de absorção produtiva dos segmentos mais qualificados da força de trabalho. Dificuldades e mudanças que as empurram com frequência crescente para atividades alternativas, com as quais buscam cada vez mais contra-arrestar os efeitos pessoais e familiares das transformações mas também, sob o estímulo do poder público, do empresariado e da mídia, realizar o desejo de autonomia profissional por meio da criação de pequenas empresas “familiares-modernas” (racionalizadas e capazes de se adaptarem criativamente às condições de funcionamento sempre cambiantes) e/ou do “auto-empresariamento” (profissionais capazes e dispostos a descobrir e/ou criar novas alocações para seu trabalho), em conexão com a estruturação de novos estilos de vida e de padrões de consumo (Machado da Silva, 1997, pp. 35-36).

Até as Empresas Emblemáticas Mudam

Do ponto de vista da cultura empresarial, ou seja, o conjunto de valores e de práticas internas à empresa, é possível identificar o surgimento de alguns trabalhos preocupados em entender, por um prisma sociológico, o que poderíamos definir como a “construção social” da empresa.

Por exemplo, Rodrigues (1999) discute as transformações vividas pelo Banco do Brasil num período de transição das políticas governamentais. Ao fazê-lo, identifica no discurso dos funcionários uma dupla representação do banco: de um lado é visto de maneira idealizada (“O Banco de 190 anos”, “o nosso Banco”), de outro, faz-se uma imagem de sujeição do Banco ao Estado. No contexto atual, políticas públicas específicas enfatizam a necessidade de um banco voltado para o mercado, que, de acordo com a fala de atores ligados ao governo, precisa gerar lucro.

O discurso desses atores traz subjacente uma idéia de nação, em que pese cada ator usá-la para defender uma posição particular. A idéia de “promotor do desenvolvimento” e seu correlato, “atenuador das desigualdades regionais”, é um dos argumentos utilizados. Rodrigues enfatiza a necessidade de uma leitura crítica do argumento “moderno *versus* tradicional”, o qual figura mais ou menos aparente na fala das autoridades que defendem a “modernização” do Banco Central por meio de uma política mais voltada para o lucro e menos para as comunidades, ou, ainda, para o desenvolvimento local.

Quando se instaura esse processo de mudança no papel social da empresa, o resultado é a negociação. As comunidades precisam se articular para garantir a permanência do Banco, de forma que seu papel não se transforme a ponto de estar destituído de um conteúdo propriamente social. A ques-

tão não é avaliar se o banco privilegia o “econômico” em detrimento do “social”, mas perceber quais significados estão sendo conferidos aos mesmos termos e elementos simbólicos (“modernização”, “desenvolvimento” etc.) que aparecem na fala desses atores.

Monteiro (1999) interpreta as estratégias da Varig de um ponto de vista semelhante, ao demonstrar que essa empresa travou distintas “relações de significado” com a sociedade brasileira no contexto dos governos militares e das reformas para o mercado. No primeiro caso, isso pode ser constatado no *slogan* “Varig e Brasil Grandes” – as estratégias da empresa baseavam-se na idéia de uma “empresa a serviço do desenvolvimento nacional”. Nesse contexto, e na condição efetiva de empresa designada para representar o país no âmbito do transporte aéreo internacional, a Varig pautou suas ações na constante ampliação da frota, das rotas, do quadro de funcionários e na diversificação de investimentos. No segundo momento, temos uma reversão dessa postura nos marcos de um processo de desregulamentação e abertura do setor. A Varig perde seu *status* de empresa oficial e se vê ameaçada pela entrada de novos atores no mercado (com a privatização da Vasp e, posteriormente, a ascensão da Tam ao grupo das grandes empresas nacionais, além da entrada de novas empresas brasileiras e norte-americanas nas rotas entre Brasil e Estados Unidos). A antiga postura teve de se modelar para a inserção da empresa em um mercado competitivo. Ganha força, dessa maneira, uma concepção de empresa “enxuta”, ou seja, passa-se a alardear, ao contrário do período anterior, estratégias como a alienação do patrimônio e a redução do quadro de pessoal, das rotas e da frota, ao mesmo tempo em que se buscam parcerias com empresas estrangeiras (das quais se destaca a entrada da Varig na *Star Alliance*) e a reformulação dos serviços prestados, que ga-

rante aos usuários de maior poder aquisitivo uma maior comodidade (introdução da classe executiva nos vôos nacionais, serviço de bordo diferenciado na ponte aérea e elevada concentração de vôos nas regiões mais ricas do país, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília).

Kirschner (2000) recupera a trajetória da empresa Ipiranga por meio das estratégias desenvolvidas por esse grande grupo, explicando a maneira pela qual se deu sua expansão e consolidação no mercado brasileiro de distribuição de petróleo e a conservação de sua condição de empresa familiar.

Apesar de todas as mudanças no mercado e nas conjunturas econômicas nacionais e internacionais, a Ipiranga permanece, sem dúvida, uma empresa sólida. As empresas controladas pelo grupo são consideradas bem capitalizadas e com baixo índice de endividamento pelos analistas do mercado, e os seus resultados durante o ano 2000 foram positivos.

As mudanças na esfera econômica e institucional contribuíram muito para a crise que esse grupo atualmente atravessa, mas as dificuldades não são exclusivamente externas ou de caráter sociopolítico, dizem respeito também às relações estratégicas entre os proprietários do grupo. Tal crise se deve, como já foi dito, à oposição entre uma lógica política e econômica do tipo empresarial e uma lógica econômica patrimonial.

Novas Culturas Empresariais?

Barbosa (2000) procura desvendar a complexa relação entre empresas transnacionais, tecnologias gerenciais e sociedade contemporânea. Parte dessa relação é intermediada pela cultura de negócios, considerada

[...] uma instância privilegiada para a observação de como atuam os mecanismos da “globalização” e “localização” a que estão submetidos os fluxos culturais no âmbito do “mundo dos negócios” em diferentes sociedades (p. 4).

De um ponto de vista regional, pesquisas recentes encontraram indícios da formação de uma nova mentalidade empresarial no Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito à sua capacidade de gestão. Essa conclusão é reveladora, uma vez que as pesquisas abrangeram diferentes segmentos de empresários na cidade do Rio de Janeiro, em cidades do interior do Estado e em áreas rurais.

Ribeiro de Oliveira (1999) analisa as novas formas de gestão dos recursos existentes especialmente no município de Nova Friburgo, no sudeste do Estado do Rio de Janeiro, e o surgimento de inovações que estão transformando a realidade do setor primário estadual. Essas inovações estão sendo geradas pela introdução e a difusão de cultivos raros, com a criação, sobretudo, de caprinos leiteiros e de trutas implementada por produtores-empresários. A autora mostra que, mesmo entre os pequenos e médios empresários, estão surgindo traços que apontam para uma nova mentalidade empresarial, revelada pelas possibilidades de uma atividade lucrativa moderna no espaço rural, no qual não se esperava esse tipo de desenvolvimento.

Kirschner (1999), por sua vez, questiona se no Brasil, a exemplo de outros países latino-americanos (Chile), o novo modelo de desenvolvimento pós-substituição de importações está favorecendo o surgimento de uma nova mentalidade empresarial. A autora escolhe o momento da sucessão como ponto de partida de sua análise, já que boa parte das grandes empresas familiares brasileiras fundadas entre 1940 e 1950 passaram recente-

mente ou estão passando pelo difícil processo de transmissão do comando da empresa ou do grupo. No Brasil, o envelhecimento de muitas das grandes empresas adquire um caráter ainda mais delicado, pois ocorre simultaneamente às profundas mudanças na ordem econômica mundial, as quais têm tido claros efeitos sobre a economia nacional.

A comparação entre a Mesbla e o grupo Vicunha, dois grandes grupos brasileiros representativos em diferentes épocas, centrada na questão da sucessão, permitiu confrontar a mentalidade dos empresários tradicionais e seu estilo de administração com uma nova mentalidade, a qual difere bastante dos antigos padrões.

O trabalho de Cappellin e Giuliani (1999) faz uma reflexão sobre o processo de transmissão dos patrimônios econômicos e culturais e sobre as influências que tais processos têm nos projetos de reorganização das empresas. Os depoimentos da nova geração de empresários de municípios serranos do Estado do Rio de Janeiro revelam a convicção de que hoje, para ser um empresário bem-sucedido, não bastam mais somente os dotes da coragem e da tenacidade que animaram os fundadores, mas são exigidas também competências específicas e uma boa formação profissional. De fato, a nova geração de empresários tem uma formação especializada, freqüente a universidade, visita feiras e exposições nacionais e internacionais, cria associações e participa de entidades profissionais e de classe, mostrando uma clara preocupação com a necessidade de articular competências técnicas, financeiras e comerciais. Surge, assim, um perfil de titular de empresa de porte médio e familiar que demonstra ser capaz de articular racionalidades diversas, que se utiliza da tradição para poder enfrentar os desafios da modernização e que se dispõe a buscar todos os meios à dis-

posição para enfrentar os desafios de administrar com competência e eficiência os patrimônios herdados.

A Sociedade Chama a Empresa

As intensas transformações pelas quais passou a sociedade brasileira explicitam que um dos pilares da sociedade contemporânea é constituído pelas empresas, ainda que profundamente afetadas pelas mudanças. A redução dos investimentos sociais, assim como a visibilidade que a empresa adquiriu nos anos de 1990, fez com que ela passasse a responder por diversas demandas sociais.

Organizações empresariais, empresários, organizações não governamentais e imprensa vêm mantendo um debate intenso sobre a responsabilidade social das empresas. Uma vertente considera que no Brasil dos anos de 1990 consolidou-se um novo discurso e uma nova prática empresarial: uma postura pautada pela responsabilidade social, na qual as empresas são motivadas pela ética e pela responsabilidade, imbuídas de um interesse público (Torres da Silva, 2000, p. 150). Outros questionam a própria noção de responsabilidade social, à qual são atribuídos diferentes significados, podendo inclusive ser considerada tão-somente o cumprimento de obrigações legais e a obtenção de lucros para pagar impostos (Cheibub e Locke, 2002, p. 284). Cheibub e Locke consideram que é do interesse econômico das empresas promover ações socialmente responsáveis, ressaltando que

[...] não temos o direito de esperar que empresários e as empresas sejam obrigadas a praticar estes atos. Pelo menos, não temos este direito em relação às empresas enquanto não tivermos também o direito de esperar

o mesmo de qualquer outro ator social (2002, p. 283).

A ação social e o balanço das empresas e a filantropia empresarial são discutidos tanto na academia como no meio empresarial e na imprensa. Cappellin, Giuliani, Pessanha e Morel (2002), ao analisar diversas organizações empresariais brasileiras, mostram que atualmente “os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental”. Essa pesquisa confirma a tese de que a empresa é um sistema social com dimensões que ultrapassam os objetivos econômicos e um espaço ao mesmo tempo socializador e socializado, em contínua interação com a sociedade.

Um Campo Aberto para a Sociologia Brasileira

Uma primeira análise dos trabalhos acadêmicos expostos aponta que a sociologia brasileira durante a década de 1990 foi capaz de dar respostas às questões levantadas pelos atores sociais, que se viram obrigados a agir e a tomar decisões em meio ao turbilhão ocasionado pelo reordenamento da economia.

Um olhar mais atento revela que a sociologia apreendeu diversos aspectos das transformações da estrutura socioeconômica, ou seja, grande parte dos trabalhos ultrapassa em muito os objetivos propostos, chegando, algumas vezes, a delinear aspectos estruturais. Por exemplo, os estudos sobre a guerra fiscal entre os Estados trouxeram um acréscimo substancial ao conhecimento do Brasil pós-reformas, uma vez que explicitam como o movimento espacial do capital redefine as diferenças regionais. O acúmulo de pesquisas sobre o papel social da empresa e de sua res-

ponsabilidade social não apenas mostra a mudança na relação empresas/sociedade, mas também aponta para a grande virada das políticas sociais nos anos de 1990.

Atualmente, observa-se que muitos estudos não se limitam à simples crítica do modelo liberal e ao exame de alguns – e localizados – efeitos sociais do neoliberalismo. As pesquisas sobre as ações coletivas dos empresários mostram a notável capacidade de recomposição destes e de suas organizações, sendo complementadas pelas análises que questionam a existência de novas culturas empresariais, as quais, por sua vez, mostram um empresariado muito reativo e até inovador.

A revisão da literatura salienta as lacunas que persistem no âmbito da sociologia, entre as quais a mais evidente é a ausência de teorias intermediárias capazes de integrar as microanálises pontuais a um quadro analítico mais amplo.

Entretanto, notamos que já se apresentam algumas soluções para dificuldade de se ir além da análise específica e adentrar o campo teórico, o que, certamente, amplia a compreensão da sociedade brasileira como um todo. Como exemplo de uma dessas soluções, porém ainda em estado embrionário, podemos citar os estudos sobre os atores da modernização, sejam eles o Estado, os grupos multinacionais, os empresários, os setores técnicos, sejam os trabalhadores e seus sindicatos. Esta lacuna já tinha sido observada por Abramo em 1990, e, embora os estudos realizados da década de 1990 tenham feito avanços nesse sentido (ver trabalhos de Boschi, Diniz e Leopoldi sobre o Estado), ainda há carência de mais conhecimento sobre os demais atores.

Outra abertura foi dada pela sociologia da empresa. Essa área considera a empresa um fato social, possuidora de uma dimensão institucional própria, uma vez que influi sobre as representações e as estruturas sociais,

e não é somente um lugar onde os conflitos sociais se estabelecem. Há uma necessidade imperiosa de se estudar a produção do social no âmbito da produção, ou seja, discutir com mais afinco a formação de representações, a construção de interesses e as negociações. Nessa conjuntura de mudanças muito rápidas, os atores sociais precisam ter mais conhecimento sobre si próprios e sobre as empresas. No que diz respeito a suas representações, relações de poder, cultura e estruturas sociais nas empresas, o olhar sociológico é capaz de ter um alcance bem maior do que o dos atores, os quais não dispõem dos instrumentos, nem, por vezes, do distanciamento necessário para compreender as situações críticas de seu cotidiano.

Por fim, faremos um rápido comentário sobre a relação entre a sociologia, as questões sociais e a empresa na França e no Brasil. Sobretudo no período do pós-guerra, o intervencionismo e o protecionismo econômico foram fundamentais para reorganizar o parque produtivo francês, destruído pela Segunda Guerra Mundial. A política intervencionista permaneceu forte até meados dos anos de 1980, mas desde a década de 1970 vinha sofrendo fortes críticas, que se tornaram menos virulentas ao longo do tempo. Na França, assim como posteriormente no Brasil, o Estado foi acusado de todos os males: atraso tecnológico, ineficácia das políticas sociais para a redução das desigualdades sociais, entre outros aspectos. Nos anos de 1980, a França implementou o modelo denominado economia mista, pelo qual se iniciou a vaga de privatizações estendida até meados da década seguinte (Mauchamp, 2002).

O Estado intervencionista e protecionista francês garantiu o desenvolvimento econômico, e as políticas sociais conduziram ao *welfare state*. O Estado brasileiro – sobretudo na época dos governos militares – também foi bem-sucedido no que diz respeito ao cresci-

mento econômico; contudo, largas parcelas da população foram excluídas dos processos de modernização. Os contextos políticos, institucionais e sociais dos dois países nos últimos trinta anos eram absolutamente diferentes, mas em ambos podemos reconhecer a centralidade do Estado. Essa característica auxilia a compreensão das questões levantadas pela sociedade e trabalhadas pelos sociólogos. A sociologia da empresa francesa dá seus primeiros passos nos anos de 1980, cerca de dez anos antes de seu início no Brasil. Assim como os debates sobre o intervencionismo, sobre o papel do Estado, sobre as privatizações, a introdução de novas tecnologias e a busca de uma gestão das empresas mais motivadora para os empregados se fazem com um intervalo de, pelo menos, uma década entre os dois países.

A inserção da ciências sociais nas sociedades latino-americanas caracterizou-se pela distância entre a prática científica e o mundo da empresa, diferentemente da França. Entretanto, os estudos sobre a implementação de novas tecnologias abriram uma brecha para a entrada da sociologia nas fábricas e para uma postura mais aberta por parte dos atores envolvidos na produção em relação ao discurso sociológico.

Podemos ainda sugerir que, na última década, as ciências sociais começaram a se apropriar de fenômenos que ocorrem no mundo econômico. Trata-se de um primeiro passo para que efetivamente se quebre a separação radical entre os campos da sociologia e da economia e para que a sociologia brasileira possa recuperar uma vertente da sociologia clássica – Marx, Durkheim, Simmel, Weber, Schumpeter – que trazia para a análise sociológica objetos como o mercado e a empresa. O que se convencionou chamar de nova sociologia econômica é um campo que já encontra espaço na França e na Inglaterra. No Brasil, a sociologia não precisa permanecer como “a ciência dos restos”, para retomar a expressão de Small,

um dos primeiros sociólogos de Chicago (Swedberg, 1994), que se referia ao fato de a sociologia estudar somente objetos que não interessavam aos economistas.

Notas

1. A respeito do papel do Estado no desenvolvimento econômico do Brasil, ver a excelente obra de Leopoldi (2000). A autora sustenta a tese de que o empresariado, desde o início do século XX, desempenhou um papel fundamental para a consolidação do setor industrial. Leopoldi atribui a esse papel uma importância complementar à desempenhada pelo Estado.
2. Entre 1968 e 1973, a indústria teve um crescimento de 13% ao ano.
3. Entre 1981 e 1983, o aumento das exportações neutralizou parcialmente os efeitos contractionistas da política de ajuste. As exportações em 1984 foram a principal fonte de expansão do produto industrial. Por exemplo, a indústria automobilística exportou 20% de sua produção.
4. Esta seção retoma a argumentação desenvolvida em Kirschner e Monteiro (2001).

Bibliografia

- Abramo, Laís.
1990 “Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço”. *BIB*, 30.
- 1991 “Nuevas tecnologías, y movimiento sindical en Brasil: desafíos en los años 90”. *Revista Paraguaya de Sociología*, 28 (82).
- Abramo, Laís & Montero, Cecília.
1995 “A sociologia do trabalho na América Latina: Paradigmas teóricos e paradigmas produtivos”. *BIB*, 40.
- Abreu, Alice.
1985 “Processo de trabalho e ciências sociais: a contribuição do GT Processo de trabalho e reivindicações sociais”. *Textos para discussão*, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Arbix, Glauco.
2000 “Guerra fiscal e competição intermunicipal”. *Dados*, 43(1).
- Baltar, Paulo Eduardo de A. & Henrique, Wilnês.
1994 “Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Barbosa, Livia.
2000 “Globalização e cultura de negócios”. Trabalho apresentado no II Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, 30 e 31 de outubro de 2000, Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense.

- Bilac, Elisabete Dória
1978 *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*, São Paulo, Símbolo.
- Birchal, Sérgio.
2000 “Globalização e desnacionalização de empresas brasileiras: 1990 a 1999”. Trabalho apresentado no II Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, 30 e 31 de outubro de 2000, Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense.
- Boschi, Renato Raul.
2002 *O Executivo e a redefinição das relações público/privado no Brasil: um novo corporativismo?* Trabalho realizado durante a permanência na França, Cátedra Sérgio Buarque de Holanda de Ciências Sociais, Université Toulouse le Mirail e École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, mimeo.
- Brandão Lopes, Juarez.
1965 *Sociedade Industrial no Brasil*, Rio de Janeiro, Difel.
1993 “Resstruturação produtiva, mercado de trabalho e condições de vida”. *Educação e Sociedade*, 45.
- Cano, Wilson.
1994 “Industrialização, crise, ajuste e reestruturação”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Canosa, Lourdes.
1998 *Todas as fatias e a cereja também: o pensamento político da FIRJAN em quinze anos de crise (1980-1995)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, PPGSA, IFCS/UF RJ.
- Cappellin, Paola & Giuliani, Mario.
1999 “Os herdeiros: estudo de caso das empresas de porte médio na região serrana do Estado do Rio de Janeiro”, in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Cappellin, Paola; Giuliani, Mario; Pessanha, Elina & Morel, Regina.
2002 “As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social”, in A. M. Kirschner, E. Gomes, e P. Cappellin (orgs.), *Empresa, empresários e globalização*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Cardoso, Fernando Henrique.
1969 *Mudanças sociais na América Latina*. São Paulo, Difel.
- Castro, Nadya Araújo & Guimarães, Antonio Sérgio.
1987 “Movimento sindical e formação de classe: elementos para uma discussão teórico-metodológica”. *Caderno CRH*, 4, UFBA/CRH
- Castro, Nadya Araújo & Leite, Márcia de Paula.
1994 “A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações”. *BIB*, 37.

- Cavalcanti de Oliveira, Zuleica.
- 1999 "Trabalho de escritório em uma empresa multiconcional: igualdade X diferença", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Cheibub, Zairo & Locke, Richard.
- 2002 "Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social", in A. M. Kirschner, E. Gomes, e P. Cappellin (orgs.), *Empresa, empresários e globalização*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Diniz, Eli.
- 1996 "Corporativismo em transição", in _____, *Crise, reforma do Estado e governabilidade*, Rio de Janeiro, FGV.
- 1999 "As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- 2000 *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Diniz, Eli & Boschi, Renato.
- 1993 "Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23, out.
- Douvot, Hubert.
- 1992 "L'influence d'un contexte d'hyper-inflation sur le comportement stratégique des entreprises (Le cas du Brésil)". *GRESAL*, 92, abr.
- Dulci, Otávio Soares.
- 2001 "Itinerários do capital e seu impacto no cenário interregional". Trabalho apresentado durante encontro na Anpocs.
- Francfort, Isabelle; Osty, Florence; Sainsaulieu, Renaud & Uhalde, Marc.
- 1995 *Les mondes sociaux de l'entreprise*. Paris, Desclée de Brouwer.
- Gomes, Eduardo & Guimarães, Fabrícia.
- 1999 "Empresários, o Brasil em reformas e o corporativismo em transição: um estudo sobre o PNBE: pensamento nacional das bases empresariais", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Gonçalves, Reinaldo.
- 1999 *Globalização e desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra.
- Hirata, Helena.
- 1983 "Receitas japonesas, realidade brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, 2.
- Jetin, Bruno.
- 1991 "Incertitude, flexibilité décisionnelle et flexibilité productive: un essai d'interprétation du comportement des entreprises brésiliennes durant la crise". Trabalho apre-

- sentado no colóquio Conséquences Structurelles de L'hyper-inflation, Récession et Politiques d'Ajustement en Amérique Latine, Salvador, 6-8 nov.
- Kirschner, Ana Maria.
- 1995 *Les entrepreneurs face à l'intervention et au retrait de l'Etat: l'industrie du blé au Brésil, 1967/1992*. Tese de doutorado, Paris, Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine/Université Paris III.
- 1999 "Empresários brasileiros dos anos 90: sucessão e mudança de mentalidade?", in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- 2000 *Globalização e grandes empresas familiares brasileiras*. Trabalho apresentado no II Worrkshop Empresa, Empresários e Sociedade, 30 e 31 de outubro de 2000, Rio de Janeiro, Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense.
- Kirschner, Ana Maria & Leopoldi, Maria Antonieta P.
- 2001 "Dilemas e perspectivas das empresas e dos empresários", *Gazeta Mercantil*, maio.
- Kirschner, Ana Maria & Monteiro, Cristiano Fonseca.
- 2001 "Notas introdutórias a uma sociologia da empresa no Brasil". *Contemporaneidade e Educação*, 6 (9), Rio de Janeiro.
- Laranjeira, Sonia.
- 1998 "Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional". *São Paulo em Perspectiva*, 12 (1), São Paulo, Fundação Seade.
- Laville, Jean-Louis; Levsque, Benoît & This-Saint Jean, Isabelle.
- 2001 "La dimension sociale de l'économie selon Granovetter". *Le marché autrement: essais de Mark Granovetter*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Leite Lopes, José Sérgio & Machado da Silva, Luiz Antonio.
- 1979 "Introdução: estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos", in Leite Lopes *et al.*, *Mudança social no Nordeste: estudos sobre trabalhadores urbanos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Leite, Márcia de Paula & Silva, Roque Aparecido da.
- 1996 "A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica". *BIB*, 42.
- Leopoldi, Maria Antonieta P.
- 2000 *Política e interesses na industrialização brasileira*. São Paulo, Paz e Terra.
- Machado da Silva, Luiz Antonio.
- 1996 "Informalidade e crise econômica". *Tempo e Presença*, 288.
- Machado da Silva, Luiz Antonio & Chinelli, Filipina.
- 1997 "Velhas e novas questões sobre a informalização no Brasil atual". *Contemporaneidade e Educação*, 2 (1), Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada.

- Mauchamp, Nelly.
2002 “Le modèle français de l’entreprise publique”. *Cahiers de Recherche de CRISES*, I-O2O2 (Entreprises publiques françaises et fonction publique canadienne: innovations et transformations en cours. Québec).
- Medeiros, Marcos.
1999 “Ajuste estrutural e flexibilização das relações de trabalho”, in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Minella, Ari.
1994 “O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiro”. *Ensaio FEE*, 14 (2).
- Miranda, José Carlos & Tavares, Maria da Conceição.
1999 “Brasil: estratégias de conglomeração”, in J. L. Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, Vozes.
- Moisés, José Álvaro.
1978 *Greve de massas e crise política*, São Paulo, Polis.
- Monteiro, Cristiano.
1999 “Empresas de aviação comercial e projetos de modernização do Brasil: anos 70 X anos 90”, in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Noronha, Eduardo Garuti.
1994 “Greves e estratégias sindicais no Brasil”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Nun, José.
1969 “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”. *Revista Latino Americana de Sociologia*, 5 (2), jul.
- Pereira, Vera Maria Cândido.
1979 *O coração da fábrica: estudo de caso entre trabalhadores têxteis*, São Paulo, Campus.
- Pessanha, Elina G.
1999 “Os sem-fábrica: crise e sobrevivência da indústria naval do Rio de Janeiro”, in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Piore, Michael J. & Sabel, Chales F.
1984 *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. Nova York, Basic Books.
- Pochmann, Marcio.
1994 “Trinta anos de políticas salariais no Brasil”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.

- Ramalho, José Ricardo.
 1998 “Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil”, in R. Antunes (org.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*, São Paulo, Boitempo.
- 2000 “Trabalho e sindicato: posições em debate na Sociologia hoje”. *Dados*, 43 (4).
- Ribeiro Guimarães, Ivan G.
 1994 “A experiência das câmaras setoriais: democratizando a política econômica”, in C. A. Oliveira; M. A. Oliveira e J. Eduardo Mattoso (orgs.), *O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século*, São Paulo, Página Aberta.
- Ribeiro de Oliveira, Renata.
 1999 “Inovações empresariais no espaço rural do Estado do Rio de Janeiro”, in A. M. Kirschner e E. Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*, Rio de Janeiro, Sete Letras.
- Rodrigues, Léa.
 1999 “O Banco do Brasil e as construções simbólicas sobre a idéia de nação”, *Mosaico, Revista de Ciências Sociais*, 1 (2).
- Sainsaulieu, Renaud.
 1997 *Sociologie de l'entreprise: organisation, culture et développement*. 2 ed., Paris, Presses de Sciences Po et Dalloz (ed. revista e ampliada).
- 2001 *Des sociétés en mouvement: la ressource des institutions intermédiaires*. Paris, Desclée de Brouwer.
- Simão, Aziz.
 1966 *O sindicato e o Estado: suas relações na formação do proletariado industrial*. São Paulo, Dominus.
- Torres da Silva, Ciro Valério.
 2000 *Entre o bem estar social e o lucro: histórico e análise da “responsabilidade social das empresas” através de algumas experiências selecionadas de balanço social*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, PPGACP/Universidade Federal Fluminense.
- Velasco e Cruz, Sebastião.
 1992 “Política empresarial em tempos de crise”. *Primeira Versão*, 48, Campinas, Unicamp/IFCH.
- Weffort, Francisco.
 1972 “Participação e conflito industrial: as greves de Osasco e Contagem”. *Cadernos do Cebrap*, 6, São Paulo.

Resumo

A Sociologia Brasileira e a Empresa

Este texto discute a maneira pela qual as ciências sociais perceberam a empresa e os empresários e como responderam às questões levantadas pela sociedade civil, pelos trabalhadores e empresários no período de 1970 a 2000. A análise leva em conta as seguintes dimensões: estrutura econômica e social, empresas e ciências sociais. Escolhemos algumas estratégias empresariais para mostrar com mais clareza a estreita relação entre o desenvolvimento social e econômico das empresas e as diferentes conjunturas, com ênfase na década de 1990.

Palavras-chave: Atores sociais; Empresas e ciências sociais; Desenvolvimento social e econômico; Mundo do trabalho.

Résumé

La sociologie brésilienne et l'entreprise

Ce texte aborde la façon par laquelle les sciences sociales perçoivent l'entreprise et les entrepreneurs et comment ils répondent aux questions soulevées par la société civile, par les travailleurs et entrepreneurs entre 1970 et 2000. Cette analyse prend en compte les dimensions suivantes : la structure économique et sociale, les entreprises et les sciences sociales. Nous avons choisi quelques stratégies d'entreprises pour démontrer de façon plus claire l'étroite relation entre le développement social et économique des entreprises et les différentes conjonctures, en particulier dans les années 1990.

Mots-clés: Acteurs sociaux; entreprises et les sciences sociales; développement social et économique; travail

Abstract

Brazilian Sociology and Entrepreneurship

This paper discusses how the social sciences have perceived companies and entrepreneurs as well as their responses to matters called forth by the civilian society, workers, and businessman from 1970 to 2000. The analysis takes into consideration the following dimensions: economical and social structure, companies, and the social sciences. It chooses some entrepreneurial strategies in order to show more clearly the narrow relationship between the social and economical development of companies and the different conjunctures, with emphasis on the nineties.

Key words: Social actors; companies and the social sciences, social and economical development, labour

Barbosa, Atilla Magno e Silva

O Futebol enquanto exemplo da identidade cultural brasileira. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 112 pp. Orientador: Raymundo Heraldo Maués.

O futebol tem sido um dos mecanismos mais importantes da auto-estima do povo brasileiro. Algumas de nossas características culturais podem ser percebidas no jogo criativo e inventivo que caracterizou o estilo brasileiro de jogar no transcorrer da história desse esporte. O objetivo principal desta dissertação é abordar o futebol não como mera representação da sociedade brasileira, mas como exemplo de alguns aspectos socioculturais dela, seguindo a linha de pensamento introduzida por Clifford Geertz quando de sua análise sobre a briga de galos entre os balineses. A intenção é analisar esse esporte como elemento cultural integrador da sociedade, levando em conta, inclusive, o caráter de construção ideológica que dele se fez.

Barreto, Mauro Vianna

O romance da vida amazônica: uma leitura sócio-antropológica da obra literária de Herculano Marcos Inglês de Sousa. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 164 pp. Orientadora: Maria Ângela D'Incao.

Partindo do princípio de que as obras literárias podem ser usadas como fontes de pesquisa histórica e social, este trabalho apresenta uma leitura socioantropológica dos romances e dos contos do escritor realista-naturalista paraense Inglês de Sousa, o qual, em seus livros, aborda a Amazônia oitocentista. Comparando a produção literária do autor com dados históricos e relatos de viajantes e naturalistas contemporâneos, procura-se evidenciar de que forma sua obra revela aspectos da vida cotidiana na sociedade cacauicultora amazônica do terceiro quartel do século XIX. O foco desta análise concentra-se mais especificamente nas representações da ideologia da civilidade, a qual enfatizava a superioridade do meio citadino em detrimento do rural, no ritmo da vida diária, nas condições de existência material e nas formas de sociabilidade manifestas no convívio comunitário, no entretenimento e no trabalho.

Cañete, Voyner Ravena

Memória e herança da terra: a história de uma família camponesa do nordeste paraense. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 134 pp. Orientadora: Déborah de Magalhães Lima.

Trata-se do estudo de uma família típica do contexto de colonização do nordeste paraense, na qual a lembrança de um ancestral comum legitima o acesso à terra. A metodologia utilizada durante a pesquisa fundamentou-se no trabalho de campo. A análise das informações coletadas possibilitou concluir que o acesso do grupo à terra foi modificado no decorrer de quatro gerações. A lembrança da descendência de um ancestral comum abriu espaço aos seus integrantes para acionar a herança como estratégia de utilização da terra. E, para perpetuar a lembrança, o grupo recorre a experiências individuais e coletivas, o que resulta na construção de uma memória comum, a qual opera pela movimentação em estruturas criadas e recriadas a partir de suas necessidades. O parentesco perpetuado pela memória figura como o elemento legitimador do acesso à terra.

Cardoso, Denise Machado

Mulheres catadoras: uma abordagem antropológica sobre a produção de massa de caranguejo, Guarajubal (PA). Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 207 pp. Orientadora: Lígia T. L. Simonian.

A pesca desenvolvida nas áreas de manguezais na vila de Guarajubal é feita artesanalmente e direcionada à captura e beneficiamento do caranguejo. Essa produção passou a contar, em sua fase de beneficiamento, com o trabalho decisivo da mulher a partir da maior demanda nos centros urbanos próximos a essa vila. O trabalho das catadoras, embora não seja enfatizado no âmbito público, possibilita que essas mulheres se manifestem em relação aos problemas educacionais e de infra-estrutura e à falta de saneamento da vila. Permite, ainda, que a relação entre os sexos não seja totalmente marcada pela hierarquização, que privilegia o homem em detrimento da mulher. Esta análise discute a problemática ambiental e as relações de gênero a partir de uma abordagem antropológica sobre uma parcela da população tradicional amazônica. Quando a questão ambiental é tratada em termos acadêmicos, reconhece-se a importância da mulher em termos de conservação, manejo e conhecimento de recursos ambientais. O trabalho das mulheres catadoras da vila de Guarajubal acarretou não só mudanças referentes aos aspectos econômicos desta localidade, mas também a aspectos relacionados à sua organização social e ao seu ambiente.

Costa, Gercilene Teixeira da

Na rota do camarão: um estudo sobre pesca e comércio do camarão em zona costeira. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 122 pp. Orientadora: Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado e Raymundo Heraldo Maués (co-orientador).

Este estudo descreve e analisa a rota do comércio de camarão verificada entre os povoados insulares do litoral norte do Estado do Maranhão e a cidade de Belém (PA). O camarão marinho é pescado artesanalmente em toda a região litorânea e, há mais de cem anos, encontra demanda significativa no consumo de comidas típicas na capital paraense. Esta análise reconstituiu a rota do comércio a partir da rede social empreendida pelos sujeitos envolvidos, os quais, em sua maioria, fazem uso das relações de parentesco em todas as etapas do comércio.

Domingues-Lopes, Rita de Cássia

Desvendando significados: contextualizando a Coleção Etnográfica Xikrín do Cateté. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 108 pp. Orientadora: Jane Felipe Beltrão.

Esta dissertação tem como objetivo estudar a Coleção Etnográfica Xikrín do Cateté, a qual está sob a guarda da Reserva Técnica do Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará. Essa coleção é formada por 144 artefatos, coletados pelo antropólogo Protásio Friel (1912-1974) no início da década de 1960. O grupo Xikrín é considerado na literatura antropológica um subgrupo Kayapó, falante de um dialeto da língua Kayapó, da família Jê, pertencente ao tronco lingüístico macro-Jê. Vivem às margens do rio Cateté, no município de Parauapebas, na região sudeste do Estado do Pará. Atualmente, habitam duas aldeias: a aldeia Cateté, que conta com 600 pessoas, e a aldeia *Djudjê-kô*, com 240 pessoas, distante uma da outra cerca de 18 km. A Coleção é estudada com o propósito de contextualizar os artefatos que a constituem, na busca de desvendar significados e sentidos e de reconhecer potencialidades atuais de uso dos objetos. Para a pesquisa, tomei como base a antropologia interpretativa e a análise de discurso, associadas aos dados obtidos durante o trabalho de campo realizado junto ao grupo. A Coleção, classificada por Berta Ribeiro, compreende adornos plumários e de materiais ecléticos que ornamentam o corpo Xikrín no dia-a-dia e em momentos rituais, como o *Merêrêméi*; há, também, armas, instrumentos musicais, objetos rituais, mágicos e lúdicos, e objetos utilizados para a preparação de alimentos. A produção e o uso de 60% dos artefatos observados na Coleção refletem aspectos da realidade e da identidade Xikrín, apreendidos de geração a geração, considerando valores e concepções que os aproximam e os distinguem dos demais grupos indígenas.

Ferreira, Andrey Cordeiro

A antropologia, os Terena e o debate sobre aculturação. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002, 117 pp. Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho.

Ao analisar a ação dos antropólogos Herbert Baldus, Kalervo Oberg, Fernando Altenfelder Silva e Roberto Cardoso de Oliveira, e seus estudos etnográficos sobre os Terena, pudemos perceber que a categoria da aculturação pôde aparecer no Brasil devido à conjugação de fatores internos e externos ao campo antropológico e a elementos nacionais e internacionais. No momento da formação do campo das ciências sociais no Brasil, as interconexões estabelecidas com os Estados Unidos possibilitaram a migração de saberes e práticas, os quais foram apropriados localmente pelos antropólogos brasileiros. Os estudos estruturados em torno dessa categoria tornaram-se centrais para a maioria das pesquisas brasileiras. Além disso, essa categoria estava vinculada à crença de que os índios em contato com os brancos tenderiam ao desaparecimento, sendo necessária, então, a intervenção dos cientistas no sentido de proteger as populações indígenas. Os pressupostos e as crenças sobre as quais se apoiava a idéia de aculturação só passaram a ser questionados com mudanças no cenário institucional do campo antropológico e com a nova configuração das relações entre índios e o conjunto da sociedade, tanto no Brasil como no exterior.

Machado, Fernanda Eugenio

Crianças cegas: uma etnografia das classes de alfabetização do Instituto Benjamin Constant. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002, 102 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

O dia-a-dia de uma escola de alfabetização para crianças cegas, o qual observei de forma participante durante cerca de um semestre letivo, forneceu os dados para a elaboração das principais questões analisadas neste trabalho: a sistemática recusa do estigma gerado pela cegueira e os recursos utilizados para tal; a busca da *equalização* social por meio de didáticas especiais; a dificuldade para a implementação da disciplina entre os alunos, marcada pela impossibilidade das professoras cegas de exercer a vigilância pelo olhar e por uma acentuada tendência da escola em revestir-se de um caráter “pré-moderno”, em função de um aproveitamento não-otimizado do tempo, da ausência de rotina e de regularidade na grade curricular e do agrupamento de crianças de diversas idades e em diferentes níveis de aprendizado em uma mesma turma. A abordagem de todas essas questões é antecedida por um breve histórico da tematização da cegueira e da infância na cultura ocidental e por análise da trajetória de Louis Braille.

Julião, Maria Romélia Silva

Donas da história: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 175 pp. Orientadora: Maria Angelica Motta-Maués.

Este trabalho trata das versões de mães de famílias negras das camadas médias urbanas de Belém sobre relações raciais. Lembrando a trajetória de suas famílias, elas revelam como retomaram e atualizaram um antigo projeto de mobilidade social ascendente (formulado por seus pais) e conseguiram mudar a vida, pelo menos, de algumas de suas filhas. O cálculo continuou sendo, como anteriormente, o mesmo: alcançar a ascensão social por intermédio da escolaridade. Considerando a situação da população negra em nossa sociedade e das mulheres negras, em particular, elas se tornaram, de um certo ponto de vista, “donas da história”, pois foi a partir de suas experiências que traçaram (com seus maridos) os rumos da vida das filhas: as “doutoras” da família. A análise volta-se, pois, para essas interpretações e esse processo.

Lago, Syane Sheila Costa de Paula

“Namoro pra casar? Namoro pra escolher (com quem casar): idéias e práticas de namoro entre adolescentes/jovens em Belém/PA. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 127 pp. Orientadora: Maria Angelica Motta-Maués.

Namorar é comumente tomado como um ato banalizado pelo cotidiano. Neste trabalho, tomo o namoro como uma categoria passível de análise científica, objetivando conhecer, identificar, compreender e interpretar as idéias, os valores e as práticas, assim como as regras e as normas que regulam as relações entre adolescentes e jovens pertencentes a camadas populares, na cidade de Belém (PA). O namorar não é uma categoria homogênea. Em torno dessa relação, constrói-se uma gama de significados advindos da pluralidade da vida social. Nesse sentido, investiguei as classificações existentes sobre o namoro na atualidade, identifiquei seus componentes, suas formas e os padrões em que são produzidos e reproduzidos no cotidiano. Detectei que ele se atualiza de forma particular, específica, apresentando-se, entre o grupo pes-

quisado, diferente de outras formas de relacionamentos e/ou técnicas de aproximação, tais como o “ficar”, a “azaração”, a “catitagem” e a “paquera”. Além disso, procurei compará-lo com o namoro à antiga, referido exemplarmente por Thales de Azevedo (1986), verificando que muitas das regras expressas nessa forma de namoro ainda modelam os namoros da atualidade, embora reinventadas, re-elaboradas, re-significadas em função, entre outras coisas, do processo de modernização da sociedade.

Maciel, Carlos Alberto Batista

Rito, poder e socialização nos programas de atendimento aos meninos e meninas de rua. Mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Pará, 2000, 117 pp. Orientadora: Maria Ângela D’Incao.

Este trabalho resulta de uma discussão analítica que envolve rito, poder e socialização nos programas de atendimento aos meninos e às meninas de rua em Belém do Pará, no período de 1986 a 1999. Teve como objetivo investigar o processo de comunicação recíproca entre as organizações sociais e os meninos e meninas de rua. A entrevista e a análise do discurso serviram de instrumentos para a coleta de dados. Os resultados indicam que a passagem do mundo da rua para o mundo da organização social ECON (Espaço de Convivência) é conflituosa dados os avanços e os retrocessos da política do poder público e da resistência/aceitação dos grupos sociais observados. Os conflitos, manifestos nas formas de resistência do adolescente atendido, contribuíram para sua condição de interlocutor com a organização social por meio do processo de passagem entre a rua e o ECON.

Malcher, Leonardo Fabiano Sousa

Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 117 pp. Orientadora: Maria Angelica Motta-Maués.

Este estudo tem como objetivo analisar de que maneira jovens de camadas médias urbanas de Belém (PA) concebem a noção de amor e vivenciam suas práticas amorosas no contexto de construção da sexualidade. O estudo enfoca as noções e as práticas de amor a partir do que pensam e dizem os próprios homens jovens entre 18 e 25 anos. Meus interlocutores foram definidos e delimitados como jovens pertencentes a camadas urbanas médias/altas, frequentadores de espaços de socialização comuns, e com nível de instrução de segundo a terceiro grau. Essa escolha deveu-se pelo fato de esses jovens serem filhos de uma geração que vivenciou, ativamente ou não, as mudanças impulsionadas pelo feminismo da década de 1970. De que forma esses jovens estariam, hoje, lidando com o sentimento de amor em seus relacionamentos? Os mundos do sentimento e o da razão estariam hoje mais dispersos entre homens e mulheres? São essas as questões discutidas nesta dissertação.

Matos, Lucília da Silva

Equilibristas da vida cotidiana: arte circense, lazer e corpo a partir da Escola Circo em Belém (PA). Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 136 pp. Orientadora: Jane Felipe Beltrão.

Este trabalho etnográfico trata de vivências, representações e redes de relações sociais de equilibradas da vida cotidiana: crianças e adolescentes da Escola Circo em Belém do Pará, integrante dos projetos culturais da Prefeitura Municipal de Belém sob a direção da Fundação Papa João XXIII. Tomando como ponto de partida as dinâmicas culturais no fazer cotidiano das relações sociais estabelecidas sob a lona do picadeiro, esta pesquisa traz à tona o ritual de troca de saberes que se processa por meio da arte circense, vivida a partir da dimensão lúdica do lazer, com intensa participação corporal. São pontos importantes neste trabalho: o processo de construção da pesquisa no encontro etnográfico entre a pesquisadora e os interlocutores; a discussão da construção cultural do corpo no decurso das trocas de saberes com a arte circense, fazendo uma comparação entre o circo e a escola de ensino fundamental e médio; os conceitos de lazer e sociabilidade e, por fim, a descrição e a análise da preparação do espetáculo e do próprio espetáculo como um rito mágico que desperta emoção e prazer.

Mastop-Lima, Luíza de Nazaré

O tempo antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 146 pp. Orientadora: Jane Felipe Beltrão.

Entre os Suruí/Aikewára, mitos e histórias do contato caracterizam o tempo antigo, remetem aos costumes e às tradições do grupo antes e a partir do contato e representam marcas étnicas. A existência dessas marcas implica a manutenção de fronteiras que os caracterizam como grupo étnico diferenciado dos demais e dos membros da sociedade. A maneira como os Suruí/Aikewára explicam sua existência no mundo e no meio ambiente é expressa pelos mitos e pelas histórias do contato. É objetivo deste trabalho verificar de que maneira esses fatores se relacionam e como revelam a identidade dos Suruí/Aikewára. O trabalho de campo revelou a importância da memória das pessoas mais velhas e experientes do grupo para a manutenção da identidade Suruí. Narrativas míticas e históricas foram analisadas a partir de referenciais teóricos da antropologia estrutural e da análise de discurso, indicando elementos da cultura Suruí que são mantidos, renovados e recriados, o que, por fim, expressa a identidade étnica do grupo.

Melo, Leila do Socorro Araújo

Trilhas da ginga: tradição e fundamento consolidando a prática educativa da capoeira em Belém. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 144 pp. Orientador: Raimundo Heraldo Maués.

Perceber a necessidade de desenvolvimento de uma educação capaz de entender o homem como vivência e ser complexo, portanto cultural, histórico e social, constitui a indagação inicial deste trabalho para adentrar o rico campo das práticas culturais, de onde a capoeira emerge com as suas diversas possibilidades educativas. Assentada em um prisma de autoconhecimento como elemento formativo da capoeira, a busca da reconstrução e da readaptação de sua historicidade é o mecanismo reafirmador de seu complexo educativo, o qual tem na figura dos mestres o fio condutor do ensino de noções como respeito, integridade, companheirismo, entre outros. Essas noções são trabalhadas num diálogo polissêmico na pequena roda, o qual objetiva mudanças na grande roda, a vida.

Patrício, Marlinda Melo

Índios de verdade: o caso dos Xipaia e Curuaia. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 139 pp. Orientador: Louis Carlos Forline.

Este trabalho discute o tema dos índios citadinos. Embora muito presentes nas cidades brasileiras, esses índios são pouco ou quase nada levados em conta pelas políticas públicas. Trata-se de um estudo de duas etnias, os Xipaia e os Curuaia. Tais grupos buscam (re)construir a identidade étnica junto a longos períodos de migração e aprender a ser um cidadão indígena, por meio da memória dos velhos, dos cantos, das danças e da pintura corporal. O trabalho de pesquisa foi dividido em duas fases: a primeira, mais reclusa, correspondeu às atividades em arquivos e bibliotecas e a leitura da bibliografia; a segunda constituiu o trabalho de campo na cidade de Altamira. Nessa fase, participei de reuniões e tomei conhecimento das questões que envolviam o mundo dos Xipaia e Curuaia. De um montante de 404 pessoas, entrevistei membros de 34 famílias. O resultado da pesquisa mostrou que esses índios desejam reconhecimento da cidadania indígena, organizando-se em movimentos, participando de encontros e de tudo o que diz respeito às suas vidas. O sucesso do movimento dos Xipaia-Curuaia deve-se a seus próprios esforços e a alguns mecanismos do mundo globalizado que proporcionaram a eles um meio de (re)construir sua identidade.

Pereira, Madian de Jesus Frazão

O imaginário fantástico da Ilha dos Lençóis: estudo sobre a construção da identidade albina numa ilha maranhense. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 163 pp. Orientadora: Marilu Márcia Campelo.

Este trabalho aborda a construção de identidade de um determinado grupo humano singularizado por marcas corporais que ultrapassam o limite imediato da percepção visual, revestindo-se de um imaginário marcado pela pluralidade simbólica. Apresenta-se o universo da pesquisa e os elementos ímpares desse universo: os albinos da Ilha dos Lençóis, no Estado do Maranhão. Esse grupo é envolvido pelo “imaginário fantástico” da população, que, diante da presença marcante de albinos nessa região, alocados numa ilha, passou a considerá-la “encantada”, “isolada” e “misteriosa”. A presença desse grupo possibilitou a emergência de um processo de identificação referenciado nas relações de “alteridade” e na própria percepção do “eu”. O trabalho de campo foi indispensável para a apreensão do objeto e sua problematização, por meio de técnicas de observação direta, registro de depoimentos, entrevistas e imagem. A discussão de noções como “imaginário fantástico”, “identidade contrastiva”, “estigma”, “encantaria sebastianista”, entre outras, possibilitaram a compreensão das práticas discursivas do “universo de fora” (sobretudo matérias veiculadas na imprensa e fragmentos encontrados na literatura, nas artes e nos registros de visitantes da ilha) e do “universo de dentro” (representações nativas) sobre duas denominações que sintetizam o imaginário sobre os albinos da Ilha dos Lençóis: “filhos da Lua” e “filhos do Rei Sebastião”.

Pereira, Telma Nazaré de Souza

Um centro comunitário entre o ideal e o real: um espaço de educação política?. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 163 pp. Orientador: Samuel Maria de Amorim e Sá.

Este estudo, inserido no campo da antropologia política e educacional, contribui para o entendimento das relações sociais entre moradores “nativos” e “não-nativos” de Riacho Doce, em Belém (PA). Criou-se, em 1990, uma fundação com o objetivo de proteger e representar os moradores, “Centro Comunitário”, cujo modelo tem sido bastante difundido em Belém. O trabalho de pesquisa analisa a maneira pela qual se dá essa interação, mostrando a luta dos moradores em construir um ideal comunitário, permeada de êxitos e fracassos. O Centro Comunitário é o lugar por excelência onde afloram os conflitos e os sonhos dessa população e representa, portanto, uma opção de educação política informal.

Pinheiro, Mauro Nazareno Raiol

Monitorias: recursos de intermediação educativa?. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 143 pp. Orientador: Samuel Maria de Amorim e Sá.

Este estudo analisa mediadores educacionais em situações de sala de aula, no âmbito da graduação no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPa (Universidade Federal do Pará). Os monitores, considerados estudantes de talento, são formal ou informalmente selecionados para apoiar seus colegas, sob a orientação de um professor. A cronologia de *flashes* abrangeu, de modo geral, o período que se estende de 1970 até 2001. Como esses atores atuam no sentido de uma melhoria dos resultados didáticos? Quais são esses resultados e a quem eles beneficiam? O trabalho de monitoria foi se transformando com o passar do tempo e com a experiência? Quais seriam as contradições e os sucessos desse trabalho e o que poderia ser feito para lhe garantir uma maior eficiência? São essas as principais questões investigadas e discutidas neste trabalho.

Ponte, Laura Arlene Saré Ximenes

Tradição e mercado: um estudo dos produtores de farinha-de-tapioca do distrito de Americano (PA) de suas representações. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 130 pp. Orientadora: Déborah de Magalhães Lima.

Esta dissertação trata da estrutura da produção de farinha-de-tapioca de três locais (Vila de Americano, Colônias de Ferreira Pena e São Luiz) pertencentes ao Distrito de Americano (PA), bem como das representações desse distrito, elaboradas pelas lideranças locais com a finalidade de amenizar a imagem negativa do lugar em virtude da existência de uma penitenciária. Tomo, como referência empírica, os dados das unidades produtivas pesquisadas e, como referências teóricas, a literatura que discute o campesinato e os pequenos produtores de mercadoria. Juntamente aos dados “contábeis” das unidades produtivas registrei, por meio de entrevistas e observação direta, o material que permite observar as construções das representações de si mesmos e dos prisioneiros da Penitenciária de Americano. As lideranças locais, que têm contribuído bastante para a construção dessas representações, elegeram como ícone do distrito os produtores de farinha-de-tapioca, pois essa categoria social apresenta um vínculo forte com o passado, o que ajuda em muito o projeto de melhorar simbolicamente a imagem do lugar.

Ponte, Romero Ximenes

Amazônia: a hipérbole e o pretexto. Mestrado em Antropologia da UFPa, Universidade Federal do Pará, 2000, 181 pp. Orientador: Raymundo Heraldo Maués.

Este estudo trabalha a idéia de uma “sociedade de mulheres” como o caminho do imaginário amazônico para criar formas hiperbólicas e pré-textuais da definição e da representação da região amazônica, as quais se converteram em arquétipos reproduzidos ao longo da história. As Amazonas, como hipérbole fundadora, não representam o fantasioso, nem o falso, mas significam a “teoria da sociedade”. A coincidência entre os imaginários indígenas e europeus em torno da idéia da “sociedade de mulheres” deu ao mito/fábula um poder avassalador, o qual o converteu em arquétipo do modo de pensar a realidade.

Quintela, Rosângela da Silva

Corpo desabrochando no jardim secreto: um estudo sobre imaginário do corpo, gênero e sexualidade, entre adolescentes, em Belém. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 175 pp. Orientadora: Jane Felipe Beltrão.

Este trabalho relaciona corpo, gênero e sexualidade no universo das vivências e das representações de 25 adolescentes, membros de um grupo pertencente a uma entidade filantrópica, com sede no bairro do Guamá, em Belém do Pará. O objetivo fundamental é a construção do olhar antropológico, capaz de contribuir para o entendimento do mundo adolescente, a partir das próprias acepções dos adolescentes. Trata-se de um estudo etnográfico, realizado por meio do trabalho de campo entre abril de 2000 e junho de 2001. A linha de reflexão pretende dar conta do entrelaçamento entre imaginário social, individualidade e alteridade no contexto estudado.

Rodrigues de Souza, Maurício

“A igreja em movimento”: um estudo sobre identidades religiosas carismáticas em Belém, Pará. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 118 pp. Orientador: Raymundo Heraldo Maués.

No quadro atual da prática religiosa brasileira, a Renovação Carismática adquire notoriedade não só pela grande quantidade de fiéis que abarca, mas também pelo fato de que, embora ressaltando as potencialidades individualizantes dos carismas do Espírito Santo, permanece vinculada a uma instituição mediadora e burocratizada como a Igreja Católica. A despeito do número cada vez maior de trabalhos publicados sobre o tema, pouca atenção tem sido dada à questão específica da identidade religiosa deste movimento. Buscando preencher essa lacuna a presente pesquisa acompanhou os modos de atuação de dois dos mais influentes grupos carismáticos de Belém (PA). O trabalho assume uma perspectiva comparativa, ou seja, toma por base a construção de identidades sociais como um jogo de oposições. Nesse sentido, foram utilizadas algumas técnicas consagradas pela disciplina antropológica, como observações diretas aos encontros de oração, levantamento de opinião via entrevistas semi-dirigidas junto a leigos, coordenadores de grupo e sacerdotes. Buscou-se confirmar ou reformular as características observadas em campo para, a partir daí, contrastá-las com os debates sobre religião e identidade empreendidos pelas ciências sociais acerca de outras modalidades religiosas dentro e fora do catolicismo.

Sá, Guilherme José da Silva

Uma história de nós mesmos: considerações sobre o discurso determinista no Projeto Genoma Humano. PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002, 110 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

Este estudo consiste na compreensão, segundo um olhar antropológico, do Projeto Genoma Humano, considerado pelos empreendimentos da ciência moderna uma representação da construção cosmológica ocidental. Analisamos algumas de suas instâncias representativas, problematizando as noções de determinismo biológico e cultural a ele associadas. Como foco principal, discutimos a questão do discurso determinista veiculado no projeto. O determinismo é trabalhado em sua forma biológica e cultural no contexto do projeto, e suas manifestações aparecem no discurso de divulgação pública e na linguagem restrita ao meio científico. Além disso, transpassam o trabalho as discussões sobre “natureza humana”, fisicalismo, sistemas de representação e apropriação ideológica de modelos científicos. Por fim, situamos o Projeto Genoma Humano no debate histórico entre natureza e cultura.

Sales, Lilian Silva de

Escola mista, mundo dividido: infância e construção de gênero na escola (Belém, Pará). Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 94 pp. Orientadora: Maria Angelica Motta-Maués.

A escola é uma instituição social que tem o papel importante de transmitir os valores aprovados pelo grupo. Valores relacionados a comportamentos, gestos e atitudes considerados “naturais” ou que identificam cada um dos gêneros, tendo o corpo, muitas vezes, como *locus* de expressão. Neste estudo, analiso como crianças entre seis e nove anos constroem suas identificações de gênero a partir das experiências vividas em uma escola pública de orientação religiosa, situada no Bairro do Guamá, em Belém (PA). Trata-se de uma pesquisa na qual os interlocutores são crianças no início de seu processo de escolarização e que, portanto, ainda não dominam adequadamente a escrita. Por esse motivo, utilizei como técnicas de coleta de dados: 1) observação do cotidiano das crianças na escola, com registro fotográfico e no diário de campo; 2) realização de oficinas com utilização de técnicas de desenho, pintura e modelagem; e 3) conversas informais sobre fatos do cotidiano relacionados (ou não) com a temática estudada. Os dados coletados demonstraram que, mesmo sendo uma instituição que admite o ingresso de crianças de ambos os gêneros, ou seja, de orientação mista, a referida escola incentiva, com diversas ações diferenciadoras, a separação entre meninos e meninas, demarcando fortemente dois mundos distintos. Essa postura tem influência direta na maneira pela qual as crianças percebem os gêneros feminino e masculino.

Salviani, Roberto

As propostas para participação dos povos indígenas no Brasil em projetos de desenvolvimento geridos pelo Banco Mundial: um ensaio de análise crítica. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002, 104 pp. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

Este trabalho concentra-se nas representações da “alteridade cultural” no âmbito de discursos, propostas e intervenções para o desenvolvimento das populações etnicamente diferenciadas que norteiam o atual “campo do desenvolvimento”, com particular atenção à atuação e ao papel do

Banco Mundial. A análise tem como foco o uso de conceitos como “participação”, “empoderamento”, “comunidade”, “capital social” e *indigenous knowledge* nos documentos do Banco Mundial. Procura-se individualizar, desse modo, os mecanismos de construção da – e intervenção sobre a – realidade, com os quais operam o Banco e agências similares para avançar hipóteses, e propostas metodológicas relativas às oportunidades que os processos de interação social, consequência de formas particulares de intervenção, oferecem à análise das relações sociais.

Santa Brígida, Myrle do Socorro Monteiro

Anônimos e humanos: moradores de rua em Belém. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 154 pp. Orientadora: Jane Felipe Beltrão e Carmem Izabel Rodrigues (Co-orientadora).

Este estudo trata dos anônimos moradores de rua, a partir da observação e da análise dos fragmentos do cotidiano desse grupo em Belém do Pará. Trata-se de contar e entender como vivem as pessoas que ocupam o espaço da rua como local de moradia, sociabilidade, trabalho, lazer e, sobretudo, sobrevivência. O estudo foi feito por meio de trabalho de campo, registrando o cotidiano de um grupo composto de cerca de 22 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos (homens e mulheres), que se agrupam movidos por solidariedade, afetividade, sociabilidade e educação, residentes na cidade de Belém, na área do centro comercial, espaço denominado “Complexo do Ver-o-Peso”. As informações da pesquisa foram coletadas por observações e anotações de campo, fotografias e entrevistas com os moradores de rua. Os resultados revelaram que os moradores de rua levam uma vida nômade e transitória nas ruas de Belém, mudando constantemente de lugar, motivados por perseguições policiais. Este estudo revela a vida dessas pessoas nas ruas, seus laços de amizade, afeto e sua memória, bem como as agressões que sofrem nos espaços que freqüentam. Este trabalho pretende retirá-los do anonimato, revelando sua humanidade.

Santos, Kátia Bárbara da Silva

Entre as rosas e o Espírito Santo: em busca do self sagrado. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 93 pp. Orientador: Raymundo Heraldo Maués e Maria Angélica Motta-Maués (Co-orientadora).

Esta pesquisa versa sobre a Renovação Carismática, um dos movimentos da Igreja Católica que traz de volta a cura ao contexto religioso católico, a partir dos dons do Espírito Santo, e que apresenta uma grande participação feminina. A pesquisa desenvolveu-se no período de 1999 a 2001, na Igreja de São José de Queluz, no bairro de Canudos, Belém (PA), no Ministério de Cura Realeza de Deus. Pretendi, com esse estudo, compreender e interpretar, por meio das práticas de cura, como os carismáticos concebem e vivenciam seu universo religioso, dando ênfase às questões de gênero. O objetivo foi trabalhar não apenas a dinâmica interna do ritual da cura, mas também a perspectiva dos atores envolvidos no processo terapêutico, em especial dos ministros de cura. Dessa forma, a partir das perspectivas de gênero e dos atores envolvidos, busquei compreender como, utilizando a *performance* de cura, os carismáticos constroem seu *self* sagrado, visto que essa mesma cura representa “um instrumento para moldar o *self* tanto para ministros como para pacientes. Identifico o fato de que, nesse processo, há uma afirmação do modelo tradicional referente ao gênero feminino.

Santos, Marinéa do Socorro Carvalho dos

Da doença à cura carismática: implicações e transformações numa prática terapêutica religiosa. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 89 pp. Orientador: Raymundo Heraldo Maués.

A Renovação Carismática Católica, por meio do Ministério de Cura, vem mostrar como ainda hoje vivemos num mundo cercado pelo sobrenatural. A presença constante do Espírito Santo, das curas, das imposições de mãos, entre outros, enfim, o ritual carismático de cura como um todo é apresentado neste trabalho a partir da interpretação do pensamento carismático (ministros e doentes). Essa etnografia enfatiza aspectos ligados à antropologia da saúde, propondo uma discussão analítica que envolve saúde/doença e religião dentro do contexto católico carismático, em Belém do Pará, no período de 1996 a 2001. Tem como objetivo investigar a importância do Ministério de Cura para as pessoas que o frequentam, assim como para a Renovação Carismática.

Saraiva, Luís Júnior Costa

Lúcia, Maria, Carmem: mulheres em trânsito. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 104 pp. Orientadora: Jane Felipe Beltrão e Cristina Donza Cancela (Coorientadora).

Como vivem as “damas da noite” quando não estão nos cabarés? Mais do que rotular essas mulheres como “prostitutas”, “garotas de programa”, ou qualquer outra denominação é preciso conhecê-las em suas múltiplas vivências. São mulheres, com individualidades, saberes, modos de agir e de pensar, inseridas em tramas de um cotidiano que não cabe ao antropólogo julgar, mas entender em toda sua riqueza cultural. A pesquisa realizou-se na orla ribeirinha do Jurunas, em Belém do Pará, área portuária com grande movimento de pessoas e de mercadorias. Discute-se como mulheres que têm na prostituição sua atividade econômica vivenciam outras esferas de suas vidas. Nesse sentido, um dos temas pungentes nesse contexto é a família, importante referencial na vida dessas mulheres divididas entre a rotina do lar e a atividade de como prostituta, realidades que, em alguns momentos, se afastam e, em outros, se aproximam. A pesquisa está inserida na tradição antropológica que valoriza o trabalho de campo, e foi por meio dele que pude entrar em contato com múltiplas facetas da vida dessas mulheres, cuja atividade foi o eixo principal de discussão, ocasionando serem comumente olhadas pelas lentes do desvio, da falta, da doença e do estigma. Procuo ir além, adentrando redes de sociabilidade presentes na vida de tais mulheres, as quais dão sustentação e sentido para um cotidiano que, a primeira vista, pode parecer caótico. Enredado em brigas, fofocas, comemorações do dia-a-dia e outros momentos de festa ou mesmo de angústias, pude aproximar o olhar e desfazer alguns dos estereótipos que deturpam as visões sobre o tema.

Sousa, Isabel Soares de

Aviamento e reciprocidade: estudo da vila de pescadores Apeú Salvador, Viseu. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 137 pp. Orientadora: Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado.

Esta dissertação trata de acordos morais, fundados no princípio de reciprocidade, que estruturam o sistema de aviação presente nas relações de produção de pescadores e comerciantes de pescado da vila de Apeú Salvador, município de Viseu, região nordeste do Estado do Pará. Mostramos, a partir de uma análise da extensão desse sistema de crédito informal, fundada em relações socioculturais, que o sistema de aviação extrapola seu caráter econômico e se transforma numa relação de ajuda mútua entre pescadores e patrões (comerciantes de pescado). O patrão, além de representar o principal meio de inserção dos produtos no mercado, presta outros serviços aos pescadores e a suas famílias, fazendo com que fiquem presos a ele por uma dívida eterna.

Souza, César Augusto Martins de

Quando a “Santa Teresinha” é o ponto de encontro: sociabilidade, amor e família na paróquia do Jurunas, Belém (PA). Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2002, 124 pp. Orientadora: Jane Felipe Beltrão e Cristina Donza Cancela (Co-orientadora).

No presente estudo tive a oportunidade de constatar, com surpresa, a maneira pela qual a igreja se constitui um espaço de sociabilidade. Por meio de entrevistas abertas, fotografias, observação direta e participante, foi possível construir uma etnografia da paróquia do Jurunas, investigando festividades, cursos de noivos, missas, visitas missionárias, bem como uma gama de relações estabelecidas entre os paroquianos. Nesse sentido, as árvores localizadas à entrada da paróquia ganham significados diversos, a portaria torna-se ponto de reuniões, a quadra atrás do templo vira praçinha após as missas, de modo que os espaços são ocupados numa relação de territorialidade e identidade, definidores do cotidiano. A realidade social, portanto, é muito rica, e as relações dos grupos nos revelaram um grande número de alternativas socioculturais.

Souza Filho, Benedito

Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 281 pp. Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Esta dissertação trata da organização social dos autodenominados descendentes de Bom Sucesso, uma terra de preto localizada no município de Mata Roma, na parte Leste do Estado Maranhão, cuja ocupação remonta ao período da escravidão, mais precisamente à primeira metade do século XIX. Tomando como referência os dados de memória oral e as práticas sociais, apreendidos por meio da pesquisa etnográfica, este trabalho visa a analisar, num contexto de disputa pela terra, verificada entre os chamados descendentes e seus antagonistas, os elementos que marcam a identidade étnica do grupo e sua ação com vistas à manutenção do território. Nesse contexto, território e identidade formam o eixo sobre o qual as discussões são balizadas.

Tavares, Aderli Góes

Velhices: saberes tradicionais e inovações no rio Tauá. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 106 pp. Orientador: Samuel Maria de Amorim e Sá.

Esta pesquisa aborda os modos de vida de idosos, habitantes das imediações do rio Tauá, no município de Abaetetuba (PA). Enfoca-se a vivência dessas pessoas em contexto de mudanças sociais no ambiente rural e nas adjacências. Carlos Rodrigues Brandão, Ellen e Klaas Woort-

mann, Guita Debert, o educador Paulo Freire e o filósofo Luiz Carlos Bombassaro formam o caminho teórico que orienta a pesquisa. Como conclusão, o trabalho aponta um quadro no qual as pessoas vivenciam diferentemente seus papéis etários no meio rural amazônico.

Villacorta, Gisela Macambira

“As mulheres do Pássaro da Noite”: pajelança e feitiçaria na região do salgado (Nordeste do Pará). Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 105 pp. Orientador: Raymundo Heraldo Maués.

Abordagens do tema discutido neste trabalho, a mulher na pajelança cabocla, são praticamente inexistentes na literatura antropológica. No entanto, utilizando os estudos de alguns antropólogos, foi possível fazer uma incursão a essa temática, identificando, assim, qual o papel conferido à mulher na pajelança. Diante dessa questão é que pajelança e feitiçaria se entrelaçam em relações de conflitos, nas quais a mulher pajé (ou curadora) é freqüentemente apontada como “matintaperera”, termo local para designar uma espécie de feiticeira. A matintaperera, esta feiticeira da Amazônia, é geralmente descrita como uma mulher possuidora de um pássaro homônimo, seu “xerimbabo”, que usa o silêncio da noite como horário principal para realizar seus “malefícios”, sendo identificada a sua presença por um longo assobio. Essa personagem, em termos simbólicos, traz a desordem e, ao mesmo tempo, restabelece a ordem, podendo ser vista, na pajelança cabocla, como uma espécie de mediadora da oposição curador e curadora. Esta dissertação, que busca fazer uma análise, do ponto de vista antropológico, dessa personagem tão presente nas histórias regionais, foi elaborada principalmente a partir das inquietações que surgiram em decorrência do trabalho de campo desenvolvido em duas ilhas do litoral da Amazônia, Colares e Itapuá, situadas na região do Salgado, Nordeste do Pará.

Xavier, Mário Jorge Brasil

Nem Anjos, nem demônios! Etnografia das formas de sociabilidade de uma galera de Belém. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2000, 134 pp. Orientador: Lígia T. Lopes Simonian.

As discussões em torno das formas de sociabilidade, entre as quais a dos “grupos juvenis”, são sempre estimulantes, pois revelam a diversidade da organização social. A partir disso, procurou-se neste trabalho desvendar a razão de, na sociedade e nos últimos anos, certos grupos juvenis terem sido identificados como de natureza violenta. Do que foi possível observar e analisar, o fenômeno social “ganguês” é construído, ganha importância e, em certo sentido, se relaciona a questões sociais mais amplas. Entre essas, podemos citar a pobreza ou a falta de infra-estrutura nas condições materiais de vida e os embates do cotidiano, o que implica discursos oficiais e da mídia, dos próprios integrantes das galeras e da sociedade como um todo, e ainda assume dimensões sociais muitas vezes distorcidas. O grupo observado autodenomina-se a galera dos “Demônios Alados” – “DA” –, e habita um bairro da cidade de Belém (PA), Val-de-Cans. Por intermédio dos dados obtidos, sejam bibliográficos sejam etnográficos, compôs-se a base das informações desta pesquisa. Esses grupos fazem parte de um quadro socialmente construído, em uma relação entre aqueles que estabelecem as normas e os que não a cumprem. O que pode ser percebido por intermédio da delinqüência infanto-juvenil é uma forma de “diálogo” e de “representação” dos denominados “desviantes”. Conforme a perspec-

tiva teórica aqui definida, esse grupo seria uma espécie de “equipe”, que estabelece sociabilidades por meio de determinadas ações entendidas como situações dramáticas e teatrais. Nessa premissa, os integrantes da galera são atores que buscam expressar “rituais de interação” junto à sociedade. Numa perspectiva mais realista e pelo que as evidências indicaram, é preciso entendê-los como grupos sociais que procuram, na “representação” ou na “dramatização social” com atitudes “violentas”, a garantia de um espaço de “interação” social.

TRABALHOS PUBLICADOS PELO BIB – 1975-2003

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil.”

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Lícia do Prado Valladares*

e *Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilberme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Lícia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sônia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Givalda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lats Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Rammalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil".

1980-1990”; *Guita Grin Debert*, : Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campeinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais”); *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas”); *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lats Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, "Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo"; *José Maurício Domingues*, "Evolução, História e Subjetividade Coletiva"; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, "A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; *Marco A. C. Cepik*, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; *Angela Alonso*, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

BIB 43

Sérgio Costa, "Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo"; *Eduardo C. Marques*, "Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos"; *Paulo J. Krischke*, "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização".

BIB 44

Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, "Depoimento de Darcy Ribeiro"; *Christina de Rezende Rubim*, "Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira"; *Gláucia Villas Bôas*, "A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão"; *Carlos Pereira*, "Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente"; *Flávia de Campos Mello*, "Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates".

BIB 45

Eli Diniz, "Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Re-

cente"; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, "Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol"; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, "Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)"; *Lúcio Rennó*, "Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes".

BIB 46

Julia S. Guivant, "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social"; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, "Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social"; *Alotísio Ruschinsky*, "Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos"; "Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, "Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior"; *José Vicente Tavares dos Santos*, "A Construção da Universidade Autônoma"; *Gilberto Velho*, "Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica"; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, "A ANDIFES e a Autonomia".

BIB 47

Eduardo G. Noronha, "A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho"; *Cecília Loreto Mariz*, "A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia"; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, "A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico"; *Jawdat Abu-El-Haj*, "O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica".

BIB 48

Priscila Faulhaber, "Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira"; *Fernanda Wanderley*, "Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica"; *Celina Souza e Márcia Blumm*, "Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura"; *Fabiola Rohden*, "Honra e Família

em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*,

“Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história cum estudo bibliográfico”; *Jorge*

Zaverucha e Helder B. Teixeira, "A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese"; Delma Pessanha Neves, "O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais"; Ana Maria Kirschner, "A Sociologia Brasileira e a Empresa".

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou 6 mil palavras.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma – (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza

substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

Crítérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ *título da obra em itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2a edição, São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas"

/VÍRGULA/ *in (em itálico)*/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ *título da coletânea, em itálico*/VÍRGULA/local da publicação/VÍRGULA/nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O. B. Lima & S. H. Abranches (org.), *As origens da crise*, São Paulo, Iuperj/Vértice.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ *título da tese em itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Publicações **ANPOCS**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)** existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB)** é uma publicação semestral que já conta com 55 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60

Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90

Intenacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP

Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____

Data: _____ Tel.: _____



A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para mantermos a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à:

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**

Editoria da Revista BIB
Universidade de São Paulo - USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
05508-900 São Paulo - SP